

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
**Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social – Interações Midiáticas**

**A COBERTURA COTIDIANA DA POLÍTICA NO  
*JORNAL NACIONAL* E NO *JORNAL DA GLOBO***

**Acácio Salvador Vêras e Silva Júnior**

**Belo Horizonte**

**2010**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Acácio Salvador Vêras e Silva Júnior**

**A COBERTURA COTIDIANA DA POLÍTICA NO  
*JORNAL NACIONAL E NO JORNAL DA GLOBO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social: Interações Midiáticas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires

**Belo Horizonte  
2010**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S586c Silva Júnior, Acácio Salvador Véras e  
A cobertura cotidiana da política no *Jornal Nacional* e no *Jornal da Globo* / Acácio Salvador Véras e Silva Júnior. Belo Horizonte, 2010.  
148f. : il.

Orientadora: Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires  
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social.

1. Telejornalismo. 2. Jornalismo político. 3. Jornal Nacional (Telejornal). 4. Jornal da Globo (Telejornal). I. Pires, Teresinha Maria de Carvalho Cruz. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. III. Título.

CDU: 070:654.197

**Acácio Salvador Vêras e Silva Júnior**

**A COBERTURA COTIDIANA DA POLÍTICA NO  
JORNAL NACIONAL E NO JORNAL DA GLOBO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em comunicação Social: Interações Midiáticas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires

---

Dra. Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires (Orientadora) – PUC Minas

---

Dr. Márcio de Vasconcellos Serelle – PUC Minas

---

Dr. Ricardo Fabrino Mendonça – Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 02 / 03 / 2010

*Existem três pessoas que diretamente contribuíram para a realização deste momento especial: Meu Pai: Acácio Vêras; minha mãe: Reia Silvia e minha amiga/mãe: Dora da Cunha, a estes três em especial dedico o presente trabalho.*

## **AGRADECIMENTOS**

A minha orientadora Dra.Teresinha Cruz, que dedicou muito do seu conhecimento para que essa obra tivesse valia, e pela dedicação sincera e diária à pesquisa;

Ao Programa de Pós-Graduação da PUC Minas, por me propiciar a possibilidade ao conhecimento;

As valiosas contribuições dos professores Márcio Serelle e Ricardo Fabrino durante a banca de qualificação;

A FAPEMIG, por fomentar esta pesquisa.

Ao coordenador do programa, professor Dr. Júlio Pinto, pelo exemplo de culturalidade, humildade e dedicação ao mundo acadêmico. Por meio dele agradecer a todos os professores do Programa, que colaboraram de alguma forma para o desenvolvimento do trabalho.

A minha querida mãe, que em nenhum momento deixou de acreditar na minha capacidade, por seu incondicional amor, que além de aporte financeiro, foi aporte psicológico;

Ao meu amado pai, que foi quem me inspirou, através do exemplo, a seguir nos estudos, ensinou-me ainda os verdadeiros valores de um homem de bem.

A minha tia Maria do Socorro, que, com dedicação, fez as correções de português, e sempre foi grande incentivadora das minhas buscas.

A minha amiga, Dora Cunha e sua família, da qual me sinto membro, pois se não fosse a forma acolhedora que me receberam e me aportaram em Belo Horizonte as dificuldades seriam muito maiores;

Ao meu avô, professor Joaquim Magalhães, de quem herdei o gosto pela literatura e a minha querida vovó Alzira (in memorian), que se ainda estivesse entre nós, certamente seria a mais feliz de todos por essa vitória.

Aos companheiros de curso e aos grandes amigos que fiz por aqui, em especial: Prof. Dr. Lúcio Barros, Cadson Alexandre, Rafael Cardoso, Diógenes Lycarião, Guilherme Ibraim, João Luís e Mário Viggiano, amigos que acredito carregarei para vida toda;

Aos meus familiares, e aos amigos de Teresina – PI, que fazem parte da minha vida, da minha história;

E por fim, a Deus, que certamente não escreveu um parágrafo sequer dessa dissertação, mas não me abandonou na dura tarefa de escrevê-los.

*Se você mantiver o povo informado dos  
fatos, a república estará salva.*

Abraham Lincoln

## RESUMO

Esta dissertação consiste em um estudo da cobertura cotidiana da política realizada pelo Jornal Nacional e pelo Jornal da Globo, em 2009, recorrendo-se à técnica de “semana composta” entre os meses de maio e setembro. A opção pelo método se deu pela tentativa de escapar de uma possível contaminação da cobertura, causada por um escândalo político específico, e desta maneira possibilitar um material menos homogêneo. Assim os dias coletados para análise foram: 11/05/2009, 26/05/2009, 10/06/2009, 25/06/2009, 10/07/2009, 20/07/2009, 04/08/2009, 19/08/2009, 03/09/2009 e 18/09/2009. Realizou-se, num primeiro momento, uma análise quantitativa com intuito de mapear como se dá a cobertura cotidiana dos três poderes nos telejornais estudados, observando os seguintes aspectos dessa cobertura, assunto das matérias, tempo destinado a cada uma, bloco onde se localizam e formato das notícias. O passo seguinte se deu pelo mapeamento de quais as temáticas mais recorrentes da cobertura desses telejornais, e, como esperado inicialmente, os escândalos políticos e as eleições estavam entre essas temáticas. No entanto, para além das duas, encontramos ainda entre temáticas freqüentes a cobertura: do presidente Lula e de seu Vice José de Alencar, as disputas entre governo versus oposição e política internacional, essa última não entrou na fase seguinte de análise, uma vez que o que nos interessava era a política nacional. Em seguida, realizou-se uma análise do enquadramento dado a cada temática e os critérios de noticiabilidade empreendidos por cada telejornal. Traçou-se uma abordagem comparativa entre os dois telejornais, considerando que os mesmos possuem horários, públicos e objetivos diferentes na construção da narrativa jornalística da emissora. Partiu-se da hipótese de que existe uma cobertura ordinária dos temas políticos, que fogem exclusivamente da cobertura de escândalos políticos e eleições tão estudadas pela área da comunicação e política.

**Palavras-chave:** Telejornalismo político. Cobertura cotidiana de política. *Jornal Nacional. Jornal da Globo.*

## ABSTRACT

This paper is a study of daily coverage of the policy conducted by 'Jornal Nacional' e 'Jornal da Globo' in 2009, by resorting to the technique of "semana composta" between May and September. The choice of method is given for the attempted escape of a possible contamination of coverage, caused by a specific political scandal, and thus enable the material less homogeneous. So the days were collected for analysis: 11/05/2009, 26/05/2009, 10/06/2009, 25/06/2009, 10/07/2009, 20/07/2009, 04/08/2009, 19/08/2009, 03/09/2009 and 18/09/2009. Held, first, a quantitative analysis in order to map how is the daily coverage of the three powers in the newscasts studied by observing the following aspects of the coverage of the subject matter, time devoted to each, the block where they are located and format of the news. The next step was given by the mapping which the most recurrent themes of television news coverage, and as originally hoped, the political scandals and elections were among those themes. However, apart from two, we still find common themes among the topping: President Lula and Vice José de Alencar, the disputes between the government versus the opposition and international politics, the latter did not enter the next phase of analysis, since What interested us was the national policy. Then there was a review of the guidelines given to each theme and the criteria for newsworthiness undertaken by each news. He drew up a comparison between the two news programs, considering that they have time, public and different objectives in the construction of the station's journalistic narrative. It arose from the assumption that there is regular coverage of political issues, fleeing only coverage of political scandals and elections as studied for the media and politics.

**Keywords:** Political Newscast. Coverage daily. *Jornal Nacional. Jornal da Globo*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Pág.
FIGURA 1 - Modelo da mediação de Verón.....	26
QUADRO 1 - Quadro geral quantitativo das manchetes sobre política no Jornal Nacional.....	101
QUADRO 2 - Quadro geral quantitativo das manchetes sobre política no Jornal da Globo.....	101

## LISTA DE TABELAS

	Pág.
Tabela 1 - Dias coletados para análise.....	91
Tabela 2 - Distribuição das notícias destinadas aos diferentes poderes nos telejornais da Rede Globo.....	93
Tabela 3 - Distribuição das notícias sobre o Poder Executivo, por bloco, por tipo matérias e tempo de apresentação nos telejornais da Rede Globo.....	94
Tabela 4 - Distribuição das notícias sobre o Poder Legislativo, por bloco, por tipo matérias e tempo de apresentação nos telejornais da Rede da Globo.....	94
Tabela 5 - Distribuição das notícias sobre o Poder Judiciário, por bloco, por tipo matérias e tempo de apresentação nos telejornais da Rede Globo.....	94
Tabela 6 - Distribuição em percentual dos principais temas abordados nas notícias dos telejornais da Rede Globo.....	97
Tabela 7 - Distribuição em percentual, por bloco, dos principais temas abordados nas notícias dos telejornais da Rede Globo.....	98
Tabela 8 - Distribuição em percentual dos principais temas abordados e o seu formato das notícias nos telejornais da Rede Globo.....	98
Tabela 9 - Distribuição das matérias no Jornal Nacional (JN) de acordo com seu enquadramento.....	103
Tabela 10 - Distribuição das matérias no Jornal da Globo (JG) de acordo com seu enquadramento.....	104
Tabela 11 - Distribuição das notícias sobre eleições de acordo com seu enquadramento no Jornal Nacional (JN).....	107
Tabela 12 - Distribuição das notícias sobre eleições de acordo com seu enquadramento no Jornal da Globo (JG).....	108
Tabela 13 - Enquadramento das notícias do Jornal Nacional (JN) considerando a disputa Governo <i>versus</i> Oposição.....	110
Tabela 14 - Enquadramento das notícias do Jornal da Globo (JG) considerando a disputa Governo <i>versus</i> Oposição.....	110
Tabela 15 - Enquadramento das notícias do Jornal Nacional (JN) considerando a noticiabilidade do Presidente Lula e o Vice Presidente José de Alencar.....	112
Tabela 16 - Enquadramento das notícias do Jornal da Globo (JG) considerando a noticiabilidade do Presidente Lula e o Vice Presidente José de Alencar.....	113

# SUMÁRIO

	Pág.
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1 MÍDIA &amp; POLÍTICA: dilemas, paradoxos e tensões.....</b>	<b>18</b>
1.1 Campo midiático, campo político e suas tensões.....	18
1.1.1 O campo midiático.....	18
1.1.2 O campo político e conceito de política institucional .....	35
1.2 Política de Negociações e Interesse.....	40
<b>2 DO (TELE)JORNALISMO POLÍTICO A REDE GLOBO COMO REFERÊNCIA.....</b>	<b>44</b>
2.1 Da arte a técnica: a televisão e seus telejornais.....	44
2.2 Jornalismo político: suas características.....	53
2.3 Telejornalismo político.....	63
2.4 Telejornalismo Político da Rede Globo.....	69
2.4.1 Jornal Nacional e Jornal da Globo: A história do telejornalismo no ar..	73
<b>3 DA COBERTURA COTIDIANA DE POLÍTICA INSTITUCIONAL NO JORNAL NACIONAL E O JORNAL DA GLOBO.....</b>	<b>79</b>
3.1 Caminhos metodológicos.....	79
3.1.1 Agendamento (Agenda-Setting).....	80
3.1.2 Enquadramento (Framming).....	82
3.1.3 Noticiabilidade.....	87
3.2 Iniciando a análise e expondo as fases da pesquisa .....	90
3.2.1 A primeira fase.....	90
3.2.2 A segunda fase.....	92
3.3 A visibilidade da política institucional .....	93
3.3.1 Temáticas mais recorrentes da cobertura diária da política.....	97
3.4 Os enquadramentos dados a cobertura política no Jornal Nacional e Jornal da Globo.....	100
3.4.1 A cobertura dos escândalos políticos.....	102

3.4.2	A cobertura de eleições.....	105
3.4.3	A cobertura das disputas entre governo <i>versus</i> oposição.....	109
3.4.4	A cobertura do Presidente Lula e do Vice José de Alencar.....	111
	Noticiabilidade do Jornal Nacional e Jornal da Globo: uma	
3.5	abordagem comparativa.....	113
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>122</b>
	<b>REFERÊNCIAS. ....</b>	<b>129</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>138</b>

## INTRODUÇÃO

Temos hoje um panorama social no qual nossas experiências estão cada vez mais permeadas por relações comunicacionais que, em determinado momento, são perpassadas pela mídia, promovendo assim novas formas de interação social: as esferas da vida social e individual se reorganizam em função da lógica midiática, “a mídia deixou de ser um apêndice da vida contemporânea, e passou a fazer parte dela” (SILVERTONE, 2002, p. 11).

Nesse contexto, os mais diversos campos sociais passaram a ser “afetados” pelas formas representativas da mídia, e o campo político não se configura como exceção. Diante de tal configuração, o imbricamento entre o campo político e a mídia provoca uma série de peculiaridades, tensões e paradoxos, capazes de gerar inúmeras possibilidades de estudos no meio acadêmico.

Esta dissertação busca, entretanto, inserir-se nessa relação com o intuito de fazer um mapeamento do que é veiculado cotidianamente sobre política, nos telejornais brasileiros (no estudo identificado pelos telejornais da Rede Globo – Jornal Nacional e Jornal da Globo), a partir de uma análise quantitativa e qualitativa da cobertura diária desses jornais.

Ao longo de nosso desenvolvimento nos estudos da interface entre comunicação e política, percebeu-se um enviesamento das pesquisas da área que abordavam sobre cobertura da mídia dos temas políticos, para estudos de período eleitorais e seus desdobramentos e para recorrência de uma cobertura pautada em escândalos políticos. No entanto nos instigou verificar quais as outras temáticas abordadas pelo telejornalismo ao tratar de política e a partir daí, também perceber como essas são tratadas pelos telejornais e sua cobertura cotidiana de política. Ou seja, o trabalho, levando em conta alguns aspectos da cobertura cotidiana da política, se propõe a responder às seguintes questões: Quais as temáticas mais recorrentes sobre política no telejornalismo noturno da Rede Globo (Jornal Nacional e Jornal da Globo) ? Quais enquadramentos e critérios de noticiabilidade que norteiam essa cobertura?

Nosso objetivo central é, pois, apreender e analisar quais outras temáticas são mais abordadas pelo telejornalismo, além de escândalos políticos e eleições.

Nesses termos, não desconsideramos o privilegiamento dado a essas duas temáticas, e, como esperado, elas constituíram-se dentro das mais recorrentes, e, dessa maneira, também fizeram parte de nossa análise de enquadramento e critério de noticiabilidade.

Diante de tal desafio, após o achado das temáticas mais recorrentes, observamos, o enquadramento dado a elas (escândalos políticos, eleições, disputas entre governo *versus* oposição, presidente Lula e o seu vice José de Alencar) e os critérios de noticiabilidade empreendidos por cada telejornal na abordagem dos temas políticos. Como *corpus* de análise, estudamos duas “semanas compostas” da cobertura política de cada um dos telejornais, constituindo 20 edições, entre os períodos de maio a setembro de 2009.

Com esse intuito, no primeiro capítulo, tratamos da estreita relação entre o campo da mídia e o campo da política por meio da apresentação de discussões e dos conceitos de midiatização, esfera de visibilidade midiática, política, representação política e jornalismo político.

O conceito pilar deste capítulo é o de campo político, fundamental para o conceito de política que utilizamos na pesquisa. O conceito de campo político utilizado é o delineado por Bourdieu, em seu livro *O poder simbólico* (1983). Entendido pelo teórico como sendo “ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que tem em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento” (BOURDIEU, 2009, p. 164). O campo político pensado pelo autor é formado, portanto, pelas instituições políticas (parlamentos, governos, prefeituras, câmaras...), pelos políticos que ocupam posições nestas instituições, pelos partidos que disputam o poder político. É o lugar que gera, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos (BOURDIEU, 2009). Interessa-nos investigar, como nos sugere o autor, as relações objetivas que se estabelecem entre o campo da mídia e o campo da política. Enfim, será adotado um conceito mais “formal” de política; o que nos interessa é a “política institucional”.

No segundo capítulo tratamos da televisão: de sua centralidade como mediadora social e de sua linguagem; do telejornalismo político e, em específico, do telejornalismo político da Rede Globo de Televisão; do Jornal Nacional e do Jornal

da Globo: histórico e estudos já realizados sobre eles. Considera-se que o telejornal é, hoje, uma das grandes praças públicas do Brasil. “É o *lugar* em que grandes temas nacionais ganham visibilidade, convertendo o exercício de publicização dos fatos como a possibilidade prática da democracia” (VIZEU, 2008, p.7). O telejornalismo é feito através de fragmentos capturados da realidade, para a construção da representação de acontecimentos noticiáveis, cuja narrativa se dá no tempo presente para mostrar seu nível de atualização em relação aos acontecimentos representados.

Ainda, neste capítulo, trazemos à tona a hegemonia da Rede Globo no Brasil, e a trajetória histórica de seus principais telejornais: o *Jornal Nacional* e o *Jornal da Globo*, para só depois entrarmos nas particularidades de seu telejornalismo político. Para tanto, apresentamos um estado da arte dos estudos já realizados sobre o *Jornal Nacional* e *Jornal da Globo*.

No terceiro e último capítulo desta dissertação, de início apresentamos a estratégia metodológica elaborada para aferir o que se cobre no cotidiano da cobertura política do *Jornal Nacional* e do *Jornal da Globo*. Propomos fazer uma análise conjugada de elementos que tem sido apontados como fundamentais da cobertura política: (1) a visibilidade (tempo) dos assuntos e fatos políticos; (2) O enquadramento dado aos temas abordados sobre política e (3) Os critérios de noticiabilidade empreendidos pelos telejornais, podendo, a partir daí, também se perceber as diferenças da cobertura política dos dois telejornais, considerando que pertencem a uma mesma emissora, mas possuem públicos distintos

De modo a caracterizar a visibilidade dos assuntos políticos, foi feita uma medição da proporção com que os fatos políticos ganham espaço em cada telejornal analisado, a partir de uma análise quantitativa.

Nessa perspectiva, essa medição foi feita a partir de uma divisão da cobertura política em relação ao tempo total de duração do telejornal (GOMES, 2008), quantificando os seguintes gradientes:

1. Posição da matéria nas partes do jornal (bloco em que esta posicionada);
2. Quantidade de notícias sobre política;

3. Formato das matérias;
4. Temas abordados;
5. Tempo de duração das abordagens.

Para configurar aquilo que é da natureza da política institucional, foram consideradas todas as matérias e notícias que se relacionavam com uma das três instituições de poder: executivo, legislativo e judiciário. Desse modo, as matérias que trataram das instituições formais do poder público, foram computadas como sua visibilidade pública política.

Depois de levantados os dados que respondem todas as esferas da política institucional, separamos as temáticas mais freqüentes em outra tabela, porque essas é que foram submetidas à análise dos enquadramentos e a noticiabilidade na etapa seguinte da análise.

Nesse momento da pesquisa verificamos os critérios de noticiabilidade empreendidos por cada telejornal pautados pelos interesses da mesma emissora que os transmite. Isto só foi possível devido a uma análise de enquadramentos, conforme proposta por Entman (1993), Guazina (1998) e Porto (2002) acerca dos temas abordados.

Ao final, as diferenças entre as coberturas foram mensuradas pela densidade da abordagem (comentários de especialistas e declarações dos atores públicos políticos), pelo tempo destinado em cada telejornal para os assuntos políticos e pela análise de enquadramento e de noticiabilidade.

Acreditamos que compreender que tipo de cobertura política é feita pelos telejornais brasileiros tem uma grande importância, uma vez que sabemos que boa parcela da população os utilizam como única fonte de atualização e conhecimento dos rumos políticos do país.

É preciso uma reflexão mais profunda dos profissionais do campo acerca da suas práticas, uma vez que o jornalismo ocupa um lugar central nas sociedades contemporâneas, e é o principal elo entre a política e a maioria dos cidadãos. Uma cobertura sem grande fortuna de responsabilidade coloca o jornalismo político como “vilão” social invertendo a sua real responsabilidade.

Portanto, saber o que é notícia política nesses telejornais na sua cobertura cotidiana, o enquadramento dado às temáticas políticas e os critérios de noticiabilidade utilizados, conseqüentemente nos darão indícios de que imagem está sendo construída pela Rede Globo e seus telejornais da política brasileira e de seus atores políticos.

É, assim, com este percurso investigativo que este trabalho possa ter valia social e acadêmica para futuras reflexões acerca da interface entre os campos da comunicação e da política.

# 1 MÍDIA & POLÍTICA: dilemas, paradoxos e tensões

O presente capítulo visa tratar do imbricamento entre os campos da mídia e da política, tendo como fio condutor a caracterização do fenômeno de midiaticização social; a questão da representação política e, por fim, as especificidades do jornalismo político, entendido como o espaço de visibilidade no qual a relação entre os campos se dá a ver.

## 1.1 Campo midiático, campo político e suas tensões

### 1.1.1 o campo midiático

A reflexão sobre as relações entre o campo midiático e campo político e suas tensões exige-nos a definição, primeiro, da própria idéia de campo. Bourdieu, em seu livro *O poder simbólico* (1989), nos propõe considerá-lo como um modo de pensar, um espaço estruturado e estruturante, com relações de força, posições em jogo e regras para esse jogo, imanentes e internalizadas. O reconhecimento destas lógicas pelos agentes do campo e da própria forma de operatividade deste constitui o *habitus*, uma disposição incorporada (BOURDIEU, 2009, p.61), uma lógica própria das práticas legitimantes do campo e de quem a ele pertence.

Para Rodrigues (1997), a esfera da comunicação pode ser considerada como um campo cujo princípio legitimador é a própria mediação entre os demais campos sociais, de tal forma que o campo midiático possui a característica de atravessar os diversos campos sociais, condicioná-los e adequá-los às suas formas expressivas e representativas. Este processo, denominado por muitos autores de *mediatização*, tomou fôlego na segunda metade do século XX, outorgando à mídia um papel estratégico em nossa sociedade.

Dentro da teoria dos campos sociais (BOURDIEU, 1989), já citada acima, como modelo teórico das relações que se dão entre uma sociedade setorizada em áreas de alta especialização. Um campo social – o campo político, o campo jurídico, o campo científico, o campo econômico, o campo eclesiástico, o campo midiático – carrega uma série de *valores, regras, liturgias e experiências* próprias, em muito independentes das de outros campos. A *hierarquia de valores* que se propõe e se defende no interior de um campo acaba por determinar uma série de *lógicas* ou *linguagens próprias* que tornam este campo ainda mais distinto, especializado, em relação a outros.

Para Sodré, o processo de midiatização refere-se à tendência à virtualização ou televirtualização das relações humanas, “presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação” (SODRÉ, 2002, p. 21).

Braga (2000), por sua vez, relaciona a palavra mediatização<sup>1</sup> a “pelo menos dois âmbitos sociais”: um em que são tratados processos sociais específicos que passam a se desenvolver inteira ou parcialmente, segundo as lógicas da mídia; em outro âmbito, em um nível “macro”, trata-se da mediatização da própria sociedade. Enxerga, nesse aspecto, a mediatização como processos interacional de referência: “a expressão, em parte, decorre de considerarmos determinados processos como principais, tendencialmente prevaletentes” (BRAGA, 2000, p.142). Os outros processos, que não são considerados “de referência” teriam estes como parâmetros, como modelo de funcionamento. Referir-se-iam a eles como critérios de validade e definidores de lógicas centrais. Ele dá “o tom” aos outros processos subsumidos que passariam a funcionar – como gêneros de uma mesma espécie classificatória – segundo as lógicas desses processos “de referência”. Portanto, dentro da lógica da mediatização, “os processos sociais de interação mediatizada passam a incluir, a abranger os demais, que não desaparecem, mas se ajustam” (BRAGA, 2000, p.142).

Não se trata, porém, apenas da hegemonia na preferência por determinados modos de interação, mas o autor ressalta a sua importância dentro de uma

---

<sup>1</sup> A diferenciação entre mediatização e midiatização envolve muito mais uma questão etimológica do que propriamente semântica, ou seja, diz mais respeito a questões lingüísticas de formação dos diferentes autores que estudam a temática, do que propriamente do significado do termo. Optamos nesta dissertação por chamar de mediatização.

perspectiva de organização da sociedade. Eles são, então, os principais direcionadores na construção da realidade social.

O estudioso usa como exemplo o processo interacional de referência da escrita que abarcou os espaços da interacionalidade oral sem, no entanto, anulá-lo. O fato de processos interacionais de referência ser substituídos não pressupõe uma anulação do anterior, mas sim que são eles que passam a funcionar como:

Organizador principal da sociedade (...) a sociedade constrói a realidade social através de processos interacionais pelos quais os indivíduos e grupos e setores da sociedade se relacionam. (...) Construimos socialmente a realidade social, na medida em que tentamos organizar possibilidades de interação. Adotada essa perspectiva, fica evidente que a sociedade se constrói diferentemente conforme os processos interacionais a que dá maior relevância e hegemonia” (BRAGA, 2000, p.143).

O ingresso de um indivíduo na sociedade depende de seu processo de socialização que implica processos mais ou menos longos de aprendizagem e formação.

A situação na qual nos encontramos, ainda segundo Braga (2006), seria esta: Com os desenvolvimentos tecnológicos do século XX, vivemos em um momento de transição entre o processo interacional de referência da escrita para uma crescente midiática de base tecnológica. O autor vai, então, articular dois aspectos básicos da suposição acima levantada: as lógicas de transição e a tese de que tal processo deve ser percebido como não completamente estabelecido.

Segundo Braga (2006) na lógica de transição:

Podemos assumir que a sociedade não apenas produz sua realidade através das interações sociais a que se entrega; mas igualmente produz os próprios processos interacionais que utiliza para elaborar sua realidade [...] Um elemento central na construção da realidade é que toda produção concreta do humano e do social gera expectativas não atendidas e essa decalagem entre o que foi atingido e o que não foi atingido, funcionaria como um motor, como uma dinâmica, que move a contínua produção de realidade. (BRAGA, 2006, p.4)

Logo, um primeiro passo para o desenvolvimento da midiática é criação de tecnologias para atingir objetivos sociais e interacionais do mundo da escrita e da ordem burguesa que a originou. Alguns atributos dos processos midiáticos derivam

de objetivos característicos dessa época denominada pré-midiática. Alguns desses objetivos seriam: a) uma maior abrangência de envolvimento tanto geográfica como populacional; b) maior rapidez na comunicação; maior permanência das mensagens (o registro); c) maior diversidade de captura, objetivação, transformação, transmissão e circulação de todos os tipos de informações e comportamentos; d) busca de adesão mais direta e mais rápida a preposições dominantes (hegemonia); e) ampliação de consumo; maior agilidade e rapidez na captação de informações e de comportamentos sociais.

Para o autor, a midiatização aparece como um processo gerador de tecnologia. O teórico aponta para a ênfase inversa deste processo dialético: a tecnologia como geradora do processo da midiatização. Ou seja, tais lógicas não estão presentes somente na tecnologia, mas na própria sociedade que demanda por determinados objetivos que só podem ser alcançados por meio do desenvolvimento tecnológico. Há, então, no processo de midiatização, uma necessidade de tecnologia por si só. Essa demanda apriorística por mais tecnologia se faz dentro da midiatização, que, por sua vez, se põe dentro da tecnologização crescente da sociedade.

Esses processos tecnológicos e operacionais de interação, disponibilizados através da mediatização crescente na sociedade, abrem possibilidades sociais. Os *modos* segundo os quais a sociedade (...) realiza, escolhe e direciona aquelas possibilidades, é *que compõem* a processualidade interacional/social que vai caracterizar a circulação comunicacional – logo, a construção de vínculos, de modos de ser, do perfil social a que chamamos de “realidade” (...) “O processo de mediatização (...) corresponderia, grosso modo, a esta ‘evolução’ de implantações técnicas a serviço de objetivos de sociedade ‘anteriores’ para derivações autopoiéticas na elaboração de lógicas próprias” (BRAGA, 2000 p.147, grifo nosso).

No estágio atual de mediatização: já não se demarcam apenas os modos de organizar, transmitir mensagens e de produzir/transportar significados; mas também e, sobretudo, como os modos como a sociedade se constrói. São padrões de modos de “ver a coisa”, para “articular pessoas” e mais ainda, para relacionar sub-universos na sociedade e modos de fazer as coisas através das interações que propiciam. Constituindo, assim, processos - “diferidos e difusos” - são marca essencial do processo que Braga denomina como mediatização. Por meio dessa mediatização, a processualidade diferida e difusa adquiriu amplitude e diversas qualidades

adicionais. Uma delas é de “mostrar”, por meio de imagens e sons, os objetos e as situações. Com o acréscimo dessa possibilidade, em sua essência significativa, a “exposição de situações estimuladoras de experiência vicária se amplia, enquanto objetivações postas a circular na interação social” (BRAGA, 2000, p.150). Por meio do som e da imagem (referencial ou imaginária), é possível fazer circular “experiências”.

Com essa profusão de objetivações diferidas entre si – várias formas de registros – colocam-se questões específicas, para que tais materiais funcionem efetivamente a serviço das interações que constroem a sociedade. Eles devem ser disponíveis e acessíveis e deve ser possível recuperar as informações objetivadas. “Assim, as interações sociais passam a comportar uma freqüente passagem de articulações complexas entre participantes da sociedade e o acervo diverso de dados (...). Interagir em sociedade passa, crescentemente, a ser tratado ao modo de interações com o acervo dinâmico da rede informatizada e ao modo de referências a este acervo” (BRAGA, 2000, p. 151).

Uma questão da mediação tratada pelo autor e que se faz importante neste estudo é a deslegitimação de padrões esotéricos, ou seja, estranhos. Uma coisa que a mídia faz é deslegitimizar, ao expor diferentes sub-universos uns aos outros. Essa questão se torna relevante porque percebemos que, ao invés de tratar qualquer campo especializado nos termos deste, trata-os nos termos da recepção (ou no que os profissionais da mídia consideram que seja a recepção). Assim, nesses aspectos a mídia deslegitima e isso não implica que ela exerça uma função crítica ou fiscalizadora. A mediação realiza uma deslegitimação de outros campos sociais na medida em que estes não conseguem mais se subtrair “por distanciamento” do público em geral, nem manter uma proteção esotérica para suas lógicas de campo. Tudo é exposto, logo tudo se torna aberto ao esquadramento, se torna familiar. Porém “é preciso lembrar, também, que a mídia pode realizar o papel inverso em outros momentos, uma vez que estes universos não são transparentes e inteiramente traduzíveis na linguagem midiática, portanto, assim como ela deslegitima, ela pode também legitimar, existe, portanto, uma linha tênue nesse processo” (MENDONÇA, 2009, p.2).

Com isso – devido às características apontadas – a mediação é largamente responsável pela constituição do tecido social. Braga (2000),

diferentemente de Sodré (2002), prefere considerar que a midiática social já é dominante em múltiplos processos transmissivos e interacionais, mas ainda não conseguiu atender a vários requisitos de articulação e plausibilidade que são cobrados por sua própria lógica enquanto processo interacional. Essa incompletude – que o autor chama de “espaços lacunares” por uma questão de ordem semântica – além de insuficiência de atendimento, é relacionada a riscos de deformação interna da realidade constituída por seus processos. Para ele, há limites nos processos de midiática enquanto processo interacional com consistência para dizer a realidade.

Braga (2000) discrimina o que compreende por essa incompletude que pressupõe, de acordo com o seu raciocínio, que: a) a sociedade não vive ainda uma situação de predominância de processos midiaticizados enquanto um processo interacional de referência de que participa o mundo da vida; b) a suposta hegemonia dos processos interacionais conforme a lógica midiática apresenta lacunas; c) não há determinismo tecnológico e econômico com os quais não se possa lutar diante do qual o mundo da vida sofreria um retraimento inexorável; d) uma das formas de resistência afirmativa seria justamente fazer avançar o processo segundo dinâmicas propriamente comunicacionais.

O autor refuta o conceito de midiática no seu sentido mais restrito: pelo lado de sua lógica sistêmica, que coloniza o mundo da vida. Assume perspectiva mais abrangente e usa a expressão para nomear um conceito em que o mundo da vida utiliza procedimentos interacionais para resistir e subtrair-se à lógica do sistema. “A midiática da sociedade como processo interacional de referência inclui, então, necessariamente, tais processos, que são mais diversificados e complexos do que apenas “resistência” enquanto recusa” (BRAGA, 2000, p. 159).

Com a midiática novas repartições de pertinência vão se construindo. Com esse desenvolvimento, gera-se a impressão de que desaparecem as habituais separações entre campos de significação – entre entretenimento e aprendizagem; política e vida privada; economia e afetos; essências e aparências; cultura e diversão.

Uma sociedade ‘na qual os mundos discrepantes são geralmente acessíveis em uma base de mercado acarreta particulares constelações da realidade e da identidade objetivas’ – o que leva à consciência ‘da relatividade de todos os mundos, inclusive o do

próprio indivíduo'. Isso obriga a comutações entre diversas realidades. Reduzidas as fronteiras habituais da realidade, com a crescente midiatização, geram-se dificuldades de comutação, logo, dificuldades de tratar, selecionar e usar" (BRAGA, 2000 p. 161).

Essa "incompletude" se evidencia pela indefinição dos sub-universos ou setores sociais em que a realidade possa ser apreendida e constituída de modo suficientemente "estável" para viabilizar comutações eficientes além de dificuldade de percepção de papéis sociais.

A partir disto, Braga (2006) levanta o seguinte questionamento:

Que papéis estáveis estariam se formando na midiatização?. Estes podem decorrer da adaptação de papéis anteriores, através de deslocamentos sucessivos ou serem elaborados na tentativa e erro. A cultura escrita distribui papéis sociais segundo os quais as interações podem ser reconhecidas. Na midiatização, o processo experimental ainda não gerou estabilidade suficiente de papéis para que a sociedade possa situá-los com clareza. (BRAGA, 2006, p.11)

Essa teoria da midiatização aponta, portanto, para uma supremacia das lógicas do *campo midiático* ou *campo das mídias* sobre as lógicas de outros *campos sociais* que compõem a experiência contemporânea (o campo político, o campo econômico, o campo jurídico, o campo científico, o campo eclesiástico etc.).

Devido ainda às dimensões e à complexidade das sociedades, o trânsito entre esses campos se dá pela figura do *especialista* – o profissional contemporâneo que faz a "tradução" das diferentes lógicas entre um campo e outro. O necessário e crescente trânsito dos campos sociais diversos com o campo midiático levou à proliferação das assessorias de comunicação.

Já o trânsito entre os campos e o *corpo social* (a sociedade tomada de forma genérica) deve dar-se através do campo das mídias – o campo que reúne os profissionais da expressão e do discurso, bem como as tecnologias de circulação de mensagens. Para fazer seu discurso chegar ao corpo social, um campo terá de "servir-se" do campo midiático, e submeter-se a adaptações, cortes, reformatações que este último campo aplicará, segundo suas lógicas, sobre o discurso. O ritmo, a liturgia, as especificidades do campo que cede suas funções expressivas perdem-se, e dão lugar às do campo midiático.

Nesse sentido o campo da mídia é definido por Rubim:

Como um novo campo social, deriva e simultaneamente, congrega (novas) instituições, papéis, funções, axiologias, interesses, poderes. Enfim, uma (nova e própria) lógica de estruturação e funcionamento que, inaugurada no social, instala a comunicação, em sua modalidade de campo da mídia, em posição de tensão e de autonomia relativa frente à cultura e à política, campos sociais já conformados historicamente (RUBIM, 1998, p.9).

Ainda que a idéia de midiatização dê um caráter de fluidez, de quebra de barreiras estanques, que seria em princípio destoante da idéia de campo, como um espaço estruturado e estruturante, acredita-se que a idéia de campo midiático permanece através das lógicas que o constituem. Nesse sentido o que justificaria a nossa opção por tratar das duas 'vertentes' diz respeito a convicção que as duas idéias complementam-se, na construção dos elos de ligação dos demais campos.

Então essa necessidade de comunicação inter-campos e dos campos com o corpo social, se dá, segundo Rodrigues (1997), pela busca por *legitimidade* que é o grande valor que configura as necessidades das sociedades democráticas na contemporaneidade. O campo deve estar constantemente procurando por reconhecimento, respeito e para ser legítimo aos olhos de todos agentes sociais.

Não são raros os momentos na contemporaneidade, em que é requerida aos campos sociais, esta explicitação de procedimentos à sociedade, para adquirir legitimidade. Dadas as dimensões e a complexidade das sociedades atuais, este processo de explicitação – um processo de *expressão, discursivo* – deve dar-se através do *campo midiático* ou *campo das mídias*. Este abarca todas as instituições de mediação e suas funções de interligação mediada do espaço público. É um campo eminentemente de desenvolvimento das técnicas de expressão, que centraliza as tecnologias de circulação de enunciados. (RODRIGUES, 1997)

Assim, o campo midiático presta aos demais campos sociais o serviço de integração, de alinhar o tecido social fragmentado.

O campo dos media (...) é uma noção abstracta com a qual se pretende dar conta de todo um conjunto de funções indispensáveis ao funcionamento de uma sociedade dividida e confrontada com a necessidade de assegurar, apesar de tudo, uma relativa homogeneidade da sua estrutura e um entendimento acerca dos seus princípios, objectivos, prioridades e modalidades de acção. (RODRIGUES, 1997, *apud* ASSIS, 2005, p.37)

Com a responsabilidade de estabelecer pontes e buscar legitimidade, o campo da mídia passa, a assumir a tarefa de representação dos demais campos perante a sociedade. Dessa maneira, o campo midiático absorve o papel de figura que representa, que fala, pelos outros campos (científico, jurídico, político, religioso, dentre outros).

Para que isso seja possível, é necessário, pois, que os outros campos, adotem as lógicas do campo midiático. De tal modo, que quando as instituições de outros campos concedem a mídia o poder de por elas comunicar-se, passam necessariamente a se inserir em um jogo em que seus valores passam a se conflitar com os próprios valores do campo midiático.

Para que possamos entender melhor esse aspecto, retirei de Assis (2005) um “esquema para a análise da midiática”, proposto por Verón (1997), onde o autor constrói um modelo gráfico de representação do processo midiático:

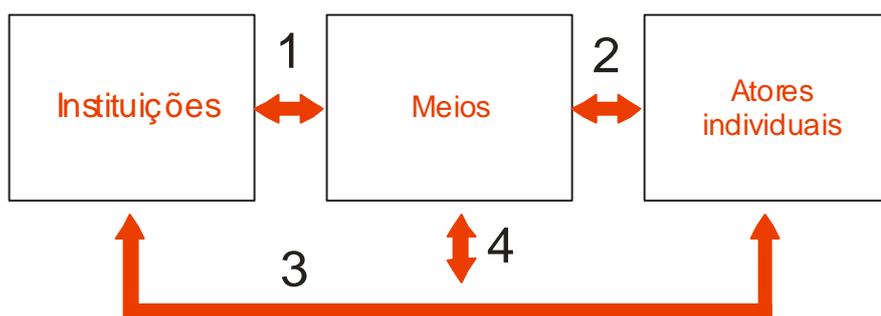


FIGURA 1 – Modelo da midiática de Eliseo Verón (1997, p.15)  
FONTE: ASSIS 2005, p.38.

O Modelo representa que as “instituições” (termo utilizado por Verón, que substitui a idéia de campos sociais) possuem contato com os “atores individuais”, ainda que Verón (1997) entenda o campo midiático também como uma instituição, no modelo, ele está colocado separadamente para ressaltar a centralidade dos meios no processo de midiática social, passando pelos meios (1 e 2) ou de forma direta (3). No entanto, mesmo do segundo modo, há uma incidência de lógicas das mídias (4) sobre a comunicação campo-corpo social. Portanto:

São lógicas que determinam posturas, decisões de comportamento, regras de apresentação e todos os elementos que compõem o discurso, as mesmas lógicas que incidiriam sobre o discurso, caso

ele fizesse o trânsito através do campo midiático. Ou seja, mesmo que não se utilize das mídias para chegar ao corpo social, o discurso dos campos sociais, numa perspectiva da midiatização, é “afetado” pelas lógicas daquelas. (ASSIS, 2005, p.38)

Rodrigues (1997) também aponta para este modelo de Véron (1997) a partir de sua própria problematização:

O corpo social do campo dos media tende assim a ser considerado com desconfiança por parte dos corpos dos campos sociais especializados, que o acusam de atraindo a especificidade do seu saber, sempre que os publicitam. Mas, por outro lado, os corpos acreditados dos campos sociais especializados precisam cada vez mais da publicitação do seu saber, por parte do campo dos media, para assegurarem a visibilidade da sua própria legitimidade. (RODRIGUES, 1997, p. 207).

Portanto, o centro da teoria da midiatização, está ligado justamente, na idéia de que, na contemporaneidade midiatizada, os valores do campo das mídias sobrepõem-se aos dos campos que lhe delegaram as funções expressivas. De tal forma que os demais campos absorvem as lógicas do campo midiático, e passam a buscar ações capazes de gerar interesse da mídia e promover a circulação através dela. Assim, entende-se que esta sobreposição não se dá apenas no momento de representação, mas também influi sobre a própria formatação e ordenação dos campos. (ASSIS, 2005)

Delimitando essa análise aos campos da mídia e ao campo político, Gomes (2004) parece indicar que os estudos de comunicação e política já afirmavam que o campo da mídia teria aprofundado seu processo de autonomização frente ao campo político.

Hoje a esfera da comunicação controla praticamente todo o provimento de informação e comunicação de interesse político e praticamente todo o fluxo de mensagem da esfera política em direção a esfera civil, constituindo-se fundamentalmente na única janela para a realidade política para a maioria dos cidadãos (GOMES, 2004, p.419).

Há, em primeiro lugar, portanto, a constituição de um modelo social de *esfera de visibilidade* legitimadora do campo midiático. Mudada, então, a infra-estrutura da

comunicação para a política, parece natural que tal alteração tenha incidido significativamente sobre o funcionamento da “arte” política e provocado alterações importantes nas habilidades que ela demanda e nas competências que solicita. Esta transformação é decerto mais evidente, quando consideramos a política contada, narrada, exibida, comentada pela comunicação, a assim (mal) chamada *política na mídia*, conforme sugere Gomes (2004). Trata-se, aí, da política apropriada pelos recursos de expressão da comunicação, da política objeto dos seus sistemas de recolhimento, seleção e edição. “Além deste domínio da *política narrada* pela comunicação industrial existe, entretanto, um segundo domínio da vida política, onde estão as práticas, as habilitações, os valores, a cultura e as ações da política que eventual e parcialmente se tornam objeto da narração midiática” (GOMES, 2004, p.2).

Sabemos que a própria prática política envolve a produção constante de símbolos, cerimônias e ritos, de forma que o imaginário é componente fundamental do processo político. Essa simbologia sempre necessitou de uma dimensão de visibilidade pública que a torna reconhecida.

Na contemporaneidade, essa visibilidade passou a ser mediada e, por isso, foi redimensionada. Graças ao processo de midiatização, os atores políticos tornaram-se visíveis a um público massivo, estabelecendo-se um acesso diário entre governados e governantes que praticamente não existia.

Essa nova forma de interação, e o redimensionamento da visibilidade, provocam mudanças nas práticas políticas. A visibilidade midiática está estreitamente ligada a constituição de uma esfera pública; a cena pública é o espaço privilegiado de circulação das opiniões públicas; a constituição do próprio capital político dos atores políticos, que fica vinculado à conformação de uma imagem pública, também tem na zona de visibilidade midiática um *locus* fundamental (GOMES, 1999).

Gomes (1999) nos mostra a possibilidade de práticas de esfera pública via mídia ou fora dela, separando a cena pública política, do que seria propriamente uma esfera pública. Assim, as relações entre cena pública política e esfera pública poderiam dar-se de três maneiras distintas: a) a esfera pública externa à cena política; b) a esfera pública interna à cena política; c) a cena política sendo editada como esfera pública. A análise do terceiro capítulo privilegiará justamente o que é

tratado pelos telejornais da Rede Globo, na cobertura cotidiana do Congresso Nacional, quando não está se falando de um escândalo político iminente, e quando se está fora de um período eleitoral, ou seja, fora de um contexto de eleição.

Uma vez tratado dos argumentos que declaram a favor da transformação da política devido ao processo de midiaticização, a seguir, passamos a discutir alguns dos aspectos dessa mudança que interessam e muito à nossa pesquisa.

De início ressaltamos que os próprios agentes políticos passam a enxergar e atuar para essa esfera de visibilidade. Como aponta Gomes,

Sabemos bem o que querem da comunicação de massa os agentes políticos e como podem obtê-lo do mundo da comunicação. Querem exposição midiática favorável, ou seja, aparecer nos jornais, nas revistas, no rádio e na televisão de modo que lhes renda o máximo benefício junto ao público. Querem também exposição midiática desfavorável aos seus adversários. Querem, além disso, que os meios de comunicação lhes sejam instrumentos para formar uma opinião no público que se converta em voto (GOMES, 2004, p.155).

Para alcançar tais objetivos, ainda segundo o autor, os políticos e seus agentes precisam, em primeiro lugar, satisfazer os critérios de seleção de notícia da mídia. Ofertar discursos sobre temas em pauta da mídia e claro adequar comportamentos a expectativa dramatúrgica e espetacular da mídia. O segundo modo visa à produção artificial de fatos cuja função seja simplesmente converter-se em notícia - os fatos-notícia. É preciso, para tanto, conhecer os critérios de noticiabilidade praticados pela imprensa e organizar eventos da realidade, de tal forma que se tornem irresistíveis aos agentes do sistema midiático, na sedenta busca por audiência.

Existe ainda uma terceira possibilidade de se conseguir exposição midiática favorável sem de maneira explícita dobrar-se as condições do sistema informativo, produzindo fatos que os meios favoráveis darão como notícia, nesse caso faz-se necessário assegurar favorecimentos aos meios de comunicação, já que não há negar a veia corrupta da política.

Deste modo:

A política pode se servir de agentes dotados de competência comunicacional (domínio da linguagem da informação jornalística) e de conhecimento do mundo político, capaz além disso, de

estabelecer vínculos e relações favoráveis no interior do sistema informativo – os assessores de imprensa ou de comunicação. De alguém, em suma, que entende jornalismo e política, com bom acesso as redações. Também servem os agentes dotados de competência comunicacional vinculada ao domínio da linguagem publicitária e do marketing de imagem, capazes, portanto, de bem “vender” o cliente político através de peças ou campanhas publicitárias e de marketing. O melhor agente nesse campo realiza duplo serviço de produzir uma campanha que “venda” a “marca” ou imagem ao público e, ao mesmo tempo, transforme-se, ela mesma, em fato político irresistível para o sistema informativo (GOMES, 2004, p.157).

Desde a década de 1980 e mais fortemente nos anos 1990 – seja nas democracias das sociedades industriais avançadas, seja nas denominadas novas democracias, como é o caso do Brasil – reativou-se uma discussão que não é nova, a polêmica em torno da crise da representação, que estaria sendo intensificada em função do papel assumido pelos meios de comunicação na sociedade atual.

Os obstáculos para a plena realização da democracia nas sociedades contemporâneas são muitos e, em linhas gerais, bem conhecidos. O mais difundido, acreditamos, diz respeito à necessidade da *representação política*, motivada pelo tamanho e população dos Estados modernos e pela forte especialização funcional de suas sociedades, e aos fenômenos associados de autonomização dos representantes em relação a seus constituintes.

Nos dias atuais, os partidos de massa não estão sendo mais o principal elo entre os governantes, os parlamentares, e o eleitorado. Com isso, os cidadãos passaram a adotar atitudes mais “imprevistas”. É comum, em cada eleição, votarem em partidos diferentes, sem coerência ideológica e partidária. Nesse sentido, pode-se discutir a emergência de uma nova forma de representação política. No lugar dos partidos políticos, despontam líderes personalistas, que tendem a agregar os interesses momentâneos do eleitorado. Passamos, dessa forma, de uma “democracia de partido” para uma “democracia de público” (MANIN, 1995).

Um aspecto importante nessa concepção de “democracia de público” é a propagação e/ou circulação da informação, sobre isso Miguel traz que:

Um ponto de estrangulamento importante, quando se pensa no aprofundamento das democracias contemporâneas, é a difusão da informação. De forma um tanto esquemática, é possível dizer que,

para que o cidadão seja capaz de fazer uma opção política consciente, ele precisa estar provido de informações adequadas sobre: (a) quais são os projetos em disputa, quem os apóia, quais interesses eles promovem e quais prejudicam; e (b) o mundo social, isto é, quais são os desafios a serem enfrentados, as alternativas possíveis e suas conseqüências. O adjetivo “adequadas”, na frase anterior, costuma ser lido como “verdadeiras”. No entanto, para a grande maioria dos casos relevantes, o valor de verdade é discutível. O que está em jogo são os princípios de percepção do mundo político e social, envolvendo crenças, valores e convicções (2004, p. 3).

Em meio à difusão de informações necessárias para o “novo” sistema democrático, um papel fundamental passa a ser o da mídia (no estudo representado pelo telejornal) e o próprio jornalista, estes responsáveis diretos pelo provimento de informação e pela seleção do que terá visibilidade no dia-a-dia da política.

Contudo, os fatos não só são apresentados, eles são selecionados, interpretados, encaixados em narrativas dotadas de poder explicativo, e certamente tem seu peso relativo avaliado.

Vimos, portanto, que *representação política* nas democracias sofreu transformações substanciais, das duas décadas finais do século XX até hoje. Os partidos políticos grandes centralizadores de massas capazes de ordenar as identidades e preferências do eleitorado foram diminuídos por um fenômeno de *personalização midiática* política, que tomou força sob a figura de lideranças pebliscitárias.

Sobre a personalização midiática Piovezzani Filho aponta:

Com o advento de uma certa “personalização” da política, estabelece-se, em alguma medida, um apagamento das rivalidades público-institucionais, em proveito dos confrontos entre “personalidades”; o privado e pessoal, amiúde, rivaliza com o público e político. Enquanto a justificação de um campo, de um seu segmento ou, ainda, de uma função pública eletiva emerge, sob a forma de um “nós” ou da impessoalidade de uma instituição que se apóiam no Estado, no regime de governo, no escrutínio ou numa pesquisa, numa ideologia e/ou na notoriedade midiática, a confiança e, até mesmo, a legitimação do titular ou do candidato a titular de um cargo político pode manifestar-se como um “eu” que se fundamenta na autenticidade da pessoa e na verdade de seu *ego* profundo. A conjunção desses dois modos complementares de confiança e legitimação exige, seja na conquista seja na manutenção do poder, a adoção de medidas que visam tanto a afirmar a fundamentação das

pretensões em ocupar seus postos e exercer suas funções, quanto a empreender uma boa “produção” e apresentação de “si” (2007, p. 119).

Fabricar e expor o “eu”, na política contemporânea, consistem em ações que apontam para o deslocamento relativo da fonte de credibilidade e legitimidade; de algum modo, passa-se da função pública aos atributos pessoais: “sinceridade”, “honestidade”, “simplicidade”, “generosidade” são elevadas à condição de valores essenciais daqueles que exercem ou que estão destinados a exercer cargos públicos (PIOVEZZANI FILHO, 2007).

Com a evidente necessidade de exposição pública, o espaço de visibilidade midiática é fundamental para a conformação da *imagem pública*, e essa é relevante para a constituição do capital político de um ator político.

Tratamos aqui imagem pública tal qual é entendida por Gomes (1999b, p. 18): “um complexo de informações, noções, conceitos, posse comum de uma coletividade qualquer, reconhecidos como propriedades que o caracterizam (o indivíduo)”. Grande parte das informações sobre os atores políticos é retirada da mídia. Não há como negar que a mídia, de certa maneira, imprime um caráter intimista ao conhecimento da figura pública, dando importância também aos seus comportamentos, sua aparência, sua vida privada.

Apesar de aportados por lógicas próprias, uma similitude entre esses dois campos (político e midiático) está no discurso: ambos apelam à sedução. Na política, uma tradição retórica, na mídia, uma dominância imagética que busca o espetacular.

Um pequeno deslocamento do substantivo ‘espetáculo’ para o adjetivo ‘espetacular’ e é suficiente para explicar o sentido da aproximação contemporânea entre política e espetáculo, o espetacular não é exatamente o grandioso, o exagerado, o extraordinário, embora tudo isso faça parte do seu caráter semântico. O espetacular é o notável, o admirável, o apreciável, o que não pode deixar de ser visto, o que enche os olhos (GOMES, 2004, p.392).

A política e o poder político têm um relacionamento histórico com espetáculo. Seria até exaustivo lembrar todos os possíveis exemplos históricos, nos quais essas longas relações comparecem, além de exaustiva, também torna-se

desnecessária a citação de alguns deles, pois, com extrema facilidade, nossa memória histórica pode ser assaltada por inúmeros episódios, nos quais espetáculo, poder político e política aparecem em vital interação.

Gomes avalia que o espetáculo relacionado à política designa não apenas um fenômeno, mas sim, pelo menos, três. Enfatiza ainda que, para cada uso, há correspondentemente uma tradição de pensamento distinto. A primeira aponta que a política traduzida em espetáculo condiciona os cidadãos a uma situação de passividade, pois, sendo a política projetada e articulada para a cena mediática, metaforicamente para o palco, o que temos do outro lado é um público passivo, que não intervém na composição da fala nem emerge corporeamente na política.

Usa-se a idéia de espetáculo em seu sentido cênico, que afinal, é o emprego do termo com o maior número de garantias etimológicas. Espetáculo é o que se dá a ver, que coloca o seu apreciador na condição de espectador. O espetáculo separa os homens em duas condições: de um lado, os agentes ou atores, aqueles que representam homens em ação, segundo Aristóteles, de outro lado, os assistentes, pacientes, espectadores que desfrutam da ação representada (GOMES, 2004, p. 386).

A segunda enfatiza o artifício ficcional dos atores políticos - e aí atores incluindo a dimensão da representação cênica – em que sua fala, gestos e detalhes de comportamento são medidos e realizados estrategicamente para produzir determinados efeitos no público e não de acordo com aquilo que tais indivíduos realmente pensam e são em sua consciência íntima. Aqui os atores ditam seus textos “de cor e não de coração” (idem, p.390). Além disso, essa dimensão dramática tende a adequar a narrativa política ao formato da trama, na qual os atores políticos se apresentam na forma de personagens, atribuindo a si um lugar previamente delimitado por algum esquema narrativo dramático. O opositor se transforma em vilão e o autor/ator da peça tenta se enquadrar no lado do herói.

A terceira destaca o aspecto da excepcionalidade, da grandiosidade, dos elementos incomuns e atípicos ao que se apresenta na sociabilidade cotidiana. “E de tal forma esse é um recurso que a ele recorrem tanto à política profissional de partidos quanto a política civil dos movimentos na tentativa de impor-se visualmente e ocupar o centro da cena da comunicação de massa” (GOMES, 2004, p. 394).

Além disso, alegam que os políticos passam a ser “prisioneiros” dos profissionais da mídia, o que significa uma preponderância da dimensão técnica sobre a questão política.

Entretanto, esta visão pessimista sobre a política tem sido contestada. Acredita-se não numa desfiguração da vida pública, mas na emergência de uma nova forma de representação política, com a presença de cidadãos mais informados, que, muitas vezes, acabam dispensando a mediação de partidos políticos. Nesta concepção, nem mesmo o personalismo crescente é visto de forma negativa, mas é entendido como uma nova forma de agregação das identidades coletivas.

Se, por um lado, os agentes políticos se voltam a aprender as regras do *espetáculo midiático*, para conseguir adentrar na esfera de exposição pública controlada pela mídia, os agentes do campo comunicacional, por outro lado, trabalham para evitar que as encenações do campo político sejam aceitas na esfera de visibilidade pública (GOMES, 2004). Em um modelo ideal, os profissionais da mídia exerceriam a função de uma espécie de “antivírus” da esfera de visibilidade midiática, impedindo que as ações dos agentes do campo político, as ações que não atendessem aos critérios de noticiabilidade adentrem na mídia. Sabemos, porém, das tensões entres os campos que conformam um jogo complexo entre os diversos atores sociais. Dessa maneira, essa relação acaba por se tornar muito mais complexa, do que a citada a cima.

Na nossa concepção, estamos trabalhando com o pressuposto de que a relação entre política e comunicação constrói-se sem gerar uma desfiguração da vida pública, mas leva à emergência de um novo fazer político. Na relação tensa entre a política e a mídia, os dois campos preservam suas especificidades. Assim, descartamos a idéia de que a política se dilui face à influência da mídia. Da mesma forma, não podemos aceitar a concepção de esfera midiática como instrumento a serviço da política. São campos que se interpenetram numa relação de influência mútua.

### 1.1.2 O campo político e o conceito de política institucional

Um importante passo na nossa trilha de pesquisa é traçar uma compreensão do que entenderemos por política e por campo político. Para isso, faremos uma digressão histórica.

O termo política é derivado do adjetivo originado de *pólis* (*politikós*), que significa tudo o que se refere à vida da cidade e, conseqüentemente, compreende toda a sorte de relações sociais, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, tanto que o "político" vem a coincidir com o "social". É preciso, porém, deixar claro que há uma distinção entre os dois termos, uma vez que nem tudo que é social é político. Em português, a palavra "política" se refere tanto ao processo de disputa por cargos e negociação de interesses na sociedade quanto à implementação de ações governamentais específicas, na área de educação, saúde, meio ambiente, redução da pobreza e outras. Os cientistas políticos de língua inglesa usam palavras diferentes para estes dois processos, "politics" no primeiro caso, e "policy" no segundo, expressão que costuma ser traduzida para o português como "política pública" ou "política social". A tradição portuguesa e brasileira aponta para o fato de que estas duas coisas estão ligadas, e uma não pode ser entendida completamente sem a outra; a tradição anglo-saxã, por outro lado, nos lembra que a implementação de políticas públicas deve obedecer a uma lógica própria, que requer a existência de profissionais especializados, recursos definidos, metas explícitas, mecanismos de tomada de decisão, sistemas de avaliação de resultados, e assim por diante.

De acordo com Bobbio (2002) o termo política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada *Política*, primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo significação mais comum de arte ou ciência do Governo de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas (como é) ou também normativas (como deveria ser), dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade.

Mas afinal, o que é política? Muitas são as conceituações. Maquiavel, considerado o fundador da ciência política moderna, foi o primeiro a exprimir, com

clareza, a política como instância autônoma da moral, filosofia, direito ou religião, definindo-a como “a arte de conquistar, manter, expandir ou reaver o poder” (2006, p.34), associando a figura do príncipe como condutor do estado moderno ao político no sentido estrito. Essa concepção da política como instrumento de poder vai caracterizar o pensamento absolutista até hoje presente em abordagens modernas do conflito político.

Na concepção de Maria Helena Weber (1999, p. 56) está também enfatizada a questão do poder: “por política entenderemos tão somente a direção do agrupamento político hoje denominado Estado ou a influência que exerce nesse sentido”. Por conseguinte, afirma ainda a autora, “entenderemos por política o conjunto de esforços feitos visando à participação do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado”.

Na mesma perspectiva, Carvalho (2008, p. 95) define política como “o exercício de poder”. Nas palavras da estudiosa: “o poder está onde há força, a força está com aquele ou aqueles que conseguem influenciar o comportamento do outro ou outros”.

Ainda nesse sentido, segundo Rubim (2000, p. 22):

As relações de poder, imanentes as relações sociais, podem ser realizadas como força material (violência, coerção) e como força simbólica (convencimento, coesão). O processo civilizatório, por diversas razões e talvez por um ajuste de contas com a nossa origem animal, vem tentando historicamente afirmar o convencimento e a coesão sobre a violência e a coerção como procedimento (mais) legítimo. O predomínio da hegemonia intelectual e moral na realização das relações de poder.

Para Arendt (1993, p. 86), política trata da convivência entre diferentes, pois a política:

Baseia-se na pluralidade dos homens, assim se a pluralidade implica na coexistência de diferenças, a igualdade a ser alcançada através desse exercício de interesses, quase sempre conflitantes, é a liberdade e não a justiça, pois a liberdade distingue o convívio dos homens na pólis de todas as outras formas de convívio humanas bem conhecidas pelos gregos.

Se, como afirma Arendt (op. cit), a política baseia-se na pluralidade dos homens, isto explica porque a política sempre tem sido cenário de oposições e conflitos. Aliado a isso, tem ainda o fato de que cada um projeta na política suas experiências, convicções, aspirações, angústias e paixões. E como sabemos também, nem todos os que ostentam o poder o fazem de uma maneira legítima, posto que alguns regimes são mais totalitários que democráticos.

Considerando a política na perspectiva dos autores aqui ressaltados, podemos dizer que o político é aquele cidadão que exerce o poder público, no caso brasileiro, escolhido através do voto, seja vereador, prefeito, governador, deputado, senador, presidente.

No modelo constitucional das democracias liberais, o voto é o momento crucial de expressão da soberania popular. Ao menos em tese, através da eleição os cidadãos concedem sua *autorização* para que alguns de seus pares exerçam o poder político; e, ao mesmo tempo, manifestam seu veredito sobre o desempenho passado de seus representantes, reelegendo-os ou substituindo-os – isto é, a eleição é a realização da *accountability* (MIGUEL, 2003).

Na busca por esses votos, a política, hoje, irremediavelmente, depende da visibilidade midiática. Ou seja, o campo midiático tenciona o campo político assim como a recíproca é verdadeira.

Pela idéia de Bourdieu, cada campo possui um capital específico. “fundamento do poder ou da autoridade específica característica de um campo” (2009, p.90) É a posse de uma espécie de capital que permite a um agente ter influência, possuir poder em um determinado campo. Este capital o “gerador” de um poder simbólico é o que Bourdieu (2009, p.11) definiu desta maneira:

É um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, que dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências”. Durkheim – ou, depois dele, Radcliffe-Bronw, que faz assentar a “solidariedade social” no facto participar num sistema simbólico – tem o mérito de designar explicitamente a *função social* (no sentido do estruturo-funcionalismo) do simbolismo, autêntica função política que não se reduz a função de comunicação estruturalista.

Este poder simbólico, por sua vez, refere-se à capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e as crenças de outros e também criar acontecimentos mediante a produção e transmissão de formas simbólicas. Para exercer esse poder, é necessário utilizar vários tipos de recursos, mas basicamente usar a mídia, que produz e transmite capital simbólico. “É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação” (BOURDIEU, 2009, p.11).

Desse modo, o campo político, para o autor, é:

Entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que tem em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir na pele por intermédio, sobretudo da relação que os mandantes, em conseqüência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com seus mandatários e da relação que estes últimos, em conseqüência da suas atitudes, mantêm com as suas organizações (...) o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que neles e acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises (BOURDIEU, 2009, p. 164).

O campo político, pensando nestes termos, é conformado pelas instituições políticas (parlamentos, governos, prefeituras, câmaras...), pelos políticos que ocupam posições nestas instituições, pelos partidos que disputam o poder político.

É o lugar que geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, “entre os quais cidadãos comuns, reduzido ao estatuto de “consumidores”, devem, escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão. Sendo também o lugar de exercício do poder político, entendido como o monopólio da força (BOURDIEU, 2009, p.164).

Quando passa a ocupar um cargo público, tem-se, então, acesso ao poder político, e não é apenas esse poder que está em jogo neste campo. A conquista de

um mandato, nas democracias representativas como a brasileira, está vinculada a um processo eletivo. Esse processo eleitoral viabiliza a representação política, e a disputa no campo ocorre também por tudo o que possa proporcionar a escolha de um candidato por um público, aumentando dessa maneira o capital político deste agente. Dessa maneira, a luta entre os atores políticos assume “a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os poderes públicos” (BOURDIEU, 2009, p.174).

O campo político também possui um *habitus* próprio, que, de acordo com o autor, supõe uma preparação especial:

É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o corpus de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno indispensável nas relações com os profanos, ou a do debater necessária nas relações entre profissionais (op. cit. p.169).

É o que ele chama de *iniciação* e considera importante, para:

Inculcar o *domínio prático* da lógica imanente do campo político e a impor uma *submissão* de facto aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem seus constrangimentos e os seus controlos no seio de cada partido. Isso significa que, para compreender completamente os discursos políticos que são oferecidos no mercado em dado momento e cujo conjunto define o universo do que pode ser dito e pensado politicamente, por oposição ao que é relegado para o indizível e o impensável (BOURDIEU, 2009, p.170).

Temos, portanto, o entendimento da política no sentido de política institucional. Ou seja, ligado diretamente às instituições de poder (executivo, legislativo e judiciário) e seus agentes e atores políticos, inseridos nesse contexto das instituições do poder público, um conceito mais “formal” de política. Assim como ressaltou Miguel (2004), Bourdieu não entende como política apenas essa dimensão, mas, em sua conceituação do campo político, a priviligia, o que também faremos, para os fins de nossa pesquisa.

## 1.2 Política de negociações e de interesses

As questões a serem enfrentadas nesta dissertação não dizem respeito “somente” aos relacionamentos, historicamente existentes, entre espetáculo, poder político, política e vida em sociedade e política reduzida à disputa eleitoral, mas também, ao modo que se faz cobertura cotidiana jornalística da política e o que é abordado pelos telejornais do jogo político eminente que ocorre nos “bastidores” da política institucional.

Diante desse desafio, acreditamos que a representação não só faz parte da realidade, como aparece como dispositivo imprescindível de sua construção social e que o estatuto de realidade da representação nada fica a dever àquele atribuído ao restante da realidade, aliás, só possibilitada através do recurso às mediações. Em um “novo” olhar a cisão e a autonomização das representações poderiam anunciar e colocar em cena a questão da mediação e mediação crescentes da relação do homem com o mundo e, mais que isso, demonstrar uma abertura à atualidade e introduzir uma das problemáticas mais radicais da contemporaneidade: a descoberta e a emergência de um novo mundo, mediado (RUBIM, 2001).

Por mais que pareça mais evidente, e voltemos com mais frequência nossa atenção às formas mais recentes de práticas políticas, como a política de imagem e o espetáculo político, percebe-se que as competições entre forças “internas” dentro das atividades institucionais da esfera política são bastante evidentes. Nesse sentido, estamos nos referimos ao jogo político ou das negociações políticas, ou seja, tudo que tem haver, por exemplo, como acordo, a articulação, o acerto, as barganhas, as alianças, as retaliações, as composições e as compensações de que a esfera política esta repleta. (GOMES, 2003).

Nesse âmbito, a *política de negociações* é definida por Gomes (2003) como:

O conjunto de atividades, habilidades e princípios voltados para a composição de forças no interior do jogo político Essa *política de negociações* tem como característica fundamental a idéia de política como sendo a arena constituída por disputas e concorrências entre as forças políticas e que tais disputas e concorrências se estabelecem através de complexos jogos de alianças, barganhas, acertos, adesões, partilhas de poder, retaliações, concessões,

compensações e outras práticas de composição política. (GOMES 2003, p.1)

Isso geraria, ainda segundo Gomes (2003), uma contradição curiosa. Se de um lado tem-se teóricos/teorias que vêem o fenômeno da política e da democracia totalmente como uma zona de interface entre processos políticos tradicionais e comunicação de massa. Trazendo, desta maneira, a “política espetáculo”, “política mediática” e “videopolítica” hoje como se esses fossem designadores adequados para todo o fenômeno político. De outro lado, “a nossa atividade analítica concentra-se no estudo dos aspectos da política vistos do lado da comunicação ou do lado dos públicos, onde justamente a interface é mais explícita”. (GOMES, 2003, p. 2).

Por esse motivo, nos salta aos olhos uma cobertura política voltada para disputa entre governo e oposição, algo mesmo meio maniqueísta, em que a política e suas crises são tratadas como uma eterna disputa pelo poder.

Já fixamos anteriormente a centralidade dos meios de comunicação como um fato, e com isso, uma adequação da política a estes meios. As lideranças políticas necessitam da mídia e conseguem se firmar nesta situação à medida que sua imagem é veiculada por esta. A publicização torna-se fundamental para (des) construir qualquer carreira política. No entanto, este processo de publicização pode acarretar problemas para estas lideranças, pois a arena da política está mais exposta a riscos e os políticos não conseguem controlar a visibilidade e o poder da mídia.

Assistimos diariamente a uma “luta” pessoal dos políticos pela manutenção do seu cargo público em meio as mais variadas denúncias de corrupção oriundas da cobertura midiática.

Mesmo cientes dessa realidade, nos chama também a atenção o fato de que não é só o político que tem *interesse* no jornalista, mas o contrário é ainda mais evidente. O jornalista necessita do político para o seu fazer profissional, já o político necessita da empresa de comunicação que está por trás da figura do jornalista que a representa.

O senso comum admite a idéia de que o conceito de corrupção está relacionado com a sobreposição dos interesses privados aos interesses públicos. Entretanto, na modernidade, a relação de interesse e corrupção é modificada. De

acordo com Figueiras (2009), a etimologia da palavra *interesse*, em seu sentido moderno, remete à idéia de lucro, esse conceito, ao remeter ao plano de sociedades mercantis, cria um invólucro valorativo, em que a política passa ser concebida, fundamentalmente como o mundo dos interesses.

A recepção, porém, da palavra *interesse* na semântica da política ocorre apenas na modernidade. No mundo antigo, incluindo Grécia e Roma, a palavra *interesse* tinha uma acepção negativa na política, sendo ele o elemento que explicava a corrupção. Ou seja, agir por *interesse*, para a filosofia política grega e romana, não significava agir virtuosamente, pelo contrário, ser guiados pelo *interesse* era ser guiado por vícios políticos, que precisavam ser combatidos, visando à manutenção da ordem política (FIGUEIRAS, 2009, p.156). Os antigos não admitiam a presença do mundo privado na política, porque a necessidade corrompendo o poder político estaria, portanto, diretamente ligada à corrupção.

Se observarmos o mundo cotidiano da política, no sentido atribuído por Hannah Arendt à societalização da esfera pública, percebe-se que o *interesse* passou a ser o elemento fundamental da ação política, na modernidade. (1958, p.155).

Nessa dimensão política o *interesse* envolve muito mais os seus aspectos morais do que propriamente uma transação comercial. O conceito de *interesse* está alicerçado em uma concepção moral de mundo. Por consequência, há uma tendência a naturalizar o conceito de *interesses* para a política, promovendo a idéia de que ele seja, por definição, o espaço de vícios, onde os *interesses* privados imperam em relação ao *interesse* público (FIGUEIRAS, 2009, p. 155 - 156).

Assim, devido à compreensão dos *interesses*, pensar a corrupção significa pensar os elementos funcionais ligados ao plano das instituições políticas, de maneira que o problema da corrupção deixou de ser um problema político, para se tornar um problema econômico. Se por outro lado, o *interesse* for compreendido como um valor e não apenas como ganho monetário no plano de sociedades comerciais percebe-se que pensar a questão da corrupção significa pensar os elementos ligados à própria moralidade da política. E esta moralidade da política está em pensar a corrupção em confronto com a própria democracia, a qual representa o regime dos *interesses*, sem as quais não se domesticam as paixões,

muito menos, se pode pensar um valor típico de sociedades que se queiram democráticas (FIGUEIRAS, 2009, p. 161).

É enraizado nesses conceitos que, no próximo capítulo, entraremos na discussão sobre a televisão e o telejornalismo político (da Rede Globo), no esforço para avaliar como essas tensões do campo midiático e campo político e todos os conceitos tratados, neste capítulo, refletem-se no cotidiano da cobertura política do Jornal Nacional e do Jornal da Globo.

## **2 DO (TELE)JORNALISMO POLÍTICO A REDE GLOBO COMO REFERÊNCIA**

Propomos, neste capítulo, tratar da televisão: de sua centralidade como mediadora social e de sua linguagem; do telejornalismo político e, em específico, do telejornalismo político da Rede Globo de Televisão; do Jornal Nacional e do Jornal da Globo: histórico e estudos já realizados sobre eles.

### **2.1 Da arte a técnica: a televisão e seus telejornais**

Antes de tudo, se faz necessário, trazer à luz uma discussão sobre a televisão, suas características, capazes de lhe outorgar o papel de principal mídia do país - seja pela quantidade de aparelhos espalhados por nosso território, seja devido a sua indiscutível popularidade, e/ou ainda por sua grande inserção no ambiente político, interesse maior de nossa pesquisa.

A televisão que surgiu, no Brasil, na década de 1950 e teve sua popularização em meados da década de 1970, ganhou grande notoriedade. “Ocupando uma posição cada vez mais destacada na vida de seus espectadores, como fonte de informação e de entretenimento, a televisão reorganizou o ritmo da vida cotidiana” (MIGUEL, 2002, p 11).

Para termos uma noção atual desse contexto, a televisão ocupa o lugar de principal fonte de informação para 66% dos brasileiros (BRASIL, 2006, p. 31), ganhando, dessa maneira, importância entre os meios de comunicação de massa, fazendo com que as outras mídias procurassem se adaptar aos padrões televisivos, para manter seu público.

Segundo Rezende (2000), a tevê tem a capacidade de abolir a barreira do tempo. Imediatos, rádio e TV noticiam fatos, ao mesmo tempo em que eles ocorrem. Tem-se, então, a possibilidade de eliminar o intervalo que separa acontecimento de sua divulgação pela mídia, presentes antes no jornalismo impresso. Ainda que hoje a internet represente um ganho nessa perspectiva de tempo imediato, é preciso

lembrar que ela ainda não é uma mídia com grande inserção no país como é a televisão, ainda que seus usuários cresçam a passos largos.

O espaço é outro obstáculo superável pelo rádio e TV. Graças às transmissões via satélite, milhões de pessoas, nos mais diversos e distantes países, podem acompanhar o desenrolar de um evento. A comunicação eletrônica propicia o rompimento das fronteiras lingüísticas e culturais, tornando viável o sonho da aldeia global<sup>2</sup>.

Salienta-se, ainda, a grande vantagem da TV - a imagem – que a qualifica como um meio de comunicação fascinante. Por sua íntima afinidade com a emoção, a TV possui um potencial de forte mobilização afetiva, a possibilidade de exibir imagens dos fatos e não somente uma descrição verbal.

Além disso, a TV não exige escolaridade e poder aquisitivo como outros bens e serviços culturais, é relativamente barata, consumida mais do que uma geladeira, (segundo o IBGE) e quase a totalidade do país é servida pela rede elétrica, o que garante a distribuição de sua programação.

Essas e outras características fazem da televisão o mais poderoso e onipresente *mass media* eletrônico, mesmo atravessando um período de transição, marcado por importantes e rápidas transformações<sup>3</sup>, ainda assim tem aumentado e não diminuído sua influência decisiva no cenário mundial (SARTORI, 1993; BOURDIEU, 1997).

Um dos principais produtos da tevê é o que nos interessa neste estudo: o telejornal. “O telejornalismo percorreu a história da televisão brasileira nos últimos cinquenta anos. Trata-se de um *gênero* de programa televisivo comum a todas as emissoras, [...]” (LOPES, 2005, p.1).

---

<sup>2</sup> O conceito de “aldeia global” foi formulado pelo sociólogo canadense Marshall McLuhan, muito estudado na comunicação, quer dizer que o progresso tecnológico estava reduzindo todo o planeta à mesma situação que ocorre em uma aldeia, ou seja, a possibilidade de se intercomunicar diretamente com qualquer pessoa que nela vive. Como paradigma da aldeia global, ele elegeu a televisão, um meio de comunicação de massa em nível internacional. Ler: McLuhan e Marshall. **Guerra e paz na aldeia global**. São Paulo: Record, 1971 (Tradução de Ivan Pedro de Martins).

<sup>3</sup> As novas tecnologias da TV paga (por assinatura) – cabo, MMDS, ou satélite – e a convergência entre telefone, televisão e computador são os fatores frequentemente identificados como causa dessas transformações (LIMA, 2001, p. 253).

Fazer jornalismo é também aprender a produzir gêneros jornalísticos. O conhecimento mais profundo dos elementos que constituem os tipos mais freqüentes de composições discursivas da atividade jornalística implica um maior conhecimento sobre a própria prática, sobre as competências necessárias, para a realização da atividade e principalmente sobre as ações linguísticas que se pode realizar em cada composição. Os gêneros estão, assim, na gênese das finalidades institucionais desta atividade social, na essência do jornalismo moderno (SEIXAS, 2009).

O termo “gênero”, agora já incorporado pela comunidade acadêmica, adquiriu um sentido clássico ao longo do tempo. O “gênero” no caso do jornalismo deve ser pensado como composição discursiva, ou seja, através da sua dimensão discursiva o telejornalismo pode ser visto como:

Um dos gêneros mais universais da transmissão pública das informações. Não fez desaparecer os jornais escritos, mas modificou bastante suas características, assim como também a das revistas e com as transmissões radiofônicas. O telejornalismo integrou-se em um sistema de transmissão de mensagens, composto por inúmeros vasos intercomunicantes (LOPES, 2005, p.5).

O gênero telejornalístico, nesse sentido, diz respeito àquele que representa a realidade, integrado às maneiras de exibição e/ou produção da notícia, seja como recurso sistemático, para informar sobre o que, supostamente, deve ser divulgado, seja como gerador de segurança, em torno de repetições, vitais ao cotidiano do ser humano.

Dessa maneira, o que sofre mutações são os acontecimentos em si, mas não sua forma de representação, o que vale dizer que o telejornal constitui meio de difusão de informações consideradas de interesse público.

Outro fator de importância são as específicas características dos programas telejornalísticos com relação ao resto da programação da emissora. O telejornal é, pelas características dos assuntos que aborda e veicula, o tipo de programa que mais credibilidade proporciona as emissoras (SQUIRRA, 1993, p. 14).

Essa consolidação social do telejornalismo começa ainda no fim dos anos 1950, início dos anos 1960, fase que Umberto Eco (1984) denomina paleotevê, caracterizada pela “exportação” do modelo radiofônico de fazer jornalismo, em que o locutor lê as notícias com a mesma “interpretação” do rádio-jornalismo.

As novas tecnologias de comunicação - microfones menores e mais potentes, o próprio *teleprompter*, celulares, notebook, câmeras fotográficas e de vídeo cada vez mais portáteis, a internet<sup>4</sup>, ou mesmo tudo isso sintetizado em um aparelho só, como os smartphones - fez com que ao longo desses cinquenta anos, telejornalismo sofresse substanciais transformações, pois agilizaram os processos de coleta e distribuição da informação de maneira sem precedentes e criaram possibilidades inéditas para mídia e seus usuários (LIMA, 2001).

A tevê “cria”, através do telejornal, uma experiência diária e coletiva da nação<sup>5</sup>, permitindo uma aproximação mínima entre setores sociais diversos. Os telejornais, produtos de informação de maior impacto na sociedade contemporânea, buscam imprimir credibilidade, baseados nos seus conceitos de veracidade, imparcialidade e realidade e, dessa maneira, procuram atrair investimentos<sup>6</sup>. Eles “ofertam” conceitos, idéias e representações da cultura e da realidade nacionais, que são partilhadas por grande parte dos brasileiros (VIZEU, 2006).

---

<sup>4</sup> O mais novo desafio e/ou fronteira do telejornalismo parece ser a de conseguir se firmar ou se fundir no mais novo meio técnico de comunicação: a internet. Este meio tem características que tornam possível a transmissão dos telejornais e para, além disso, o desenvolvimento de modelos próprios de difusão, construídos a partir da experiência dos telejornais e a dos periódicos tradicionais. Esta passagem do telejornal da tevê para internet é analisada em profundidade por Gustavo Abreu na dissertação intitulada: “O Jornal Nacional na tevê e na web: um estudo sobre a remediação das narrativas jornalística” (2009).

<sup>5</sup> Apesar de parecer-nos o mais condizente com nosso pensamento, Renato Ortiz - sociólogo e professor na Universidade Estadual de Campinas - faz uma crítica a um livro famoso de Benedict Anderson, que diz que a nação é como uma comunidade imaginada (Comunidades Imaginadas, ed. Companhia das Letras, 2008), principalmente por jornais e a literatura nacional. É verdade, são fundamentais para a criação da idéia de nação. Mas Renato Ortiz diz que há muito de verdade e muito de mentira nisso. O que acontece é que, quando a sociedade moderna se viu realmente configurada pelo Estado, pela burocracia do Estado, começou a sonhar novamente com a comunidade. Era uma comunidade imaginada no sentido de querer ter algo de comunidade, e não só de sociedade anônima. Retirado da entrevista de Jesús Martín-Barbero concedida a Folha de São Paulo em 23 de agosto de 2009.

<sup>6</sup> Para se ter uma idéia mais precisa dessa valoração do telejornalismo para a arrecadação de uma emissora. O Intervalo mais caro da rede Globo de Televisão é o do Jornal Nacional. ([www.Globo.com/anuncios](http://www.Globo.com/anuncios), acesso em: 01 de abril, 2009).

Conforme Lopes (2005, p. 3):

Os telejornais consistem em um dos artefatos básicos da programação televisiva do Brasil contemporâneo. As empresas de televisão investem muito neste segmento, que tem público garantido. Estes programas funcionam, igualmente, como uma espécie de canal que veicula os pontos de vista da empresa e dos grupos a que estão ligados. Aos televidentes cabe interagir com eles, negociando contratualmente os seus gostos e preferências.

Mais ainda, a televisão nasceu sob a metáfora da *janela aberta para o mundo* e, por mais que lhe custe, não pode se furtar a essa tarefa. Dessa maneira, os telejornais passam a desempenhar o papel de principal instrumento de propagação do “novo” (RODRIGUES, 2007).

Sustentadas também, pela necessidade que temos de produzir relatos do que observamos no cotidiano do convívio pessoal, das crenças de mundo de cada indivíduo e/ou mesmo de uma busca por ordenação espaço-temporal, as notícias são constituintes e reflexos dessa necessidade humana, portanto, o telejornal seria, nesse sentido, uma materialização dessa busca. “Como tecnologia e fluxo informacional incorporados ao mundo, a televisão e seus processos tornaram-se não somente mediadores e construtores de realidade, mas, como outros objetos naturais e midiáticos, realidades vivenciadas e desejadas pelos sujeitos” (SERELLE, 2008, p.13).

O telejornal é, hoje, nesse sentido, uma das grandes praças públicas do Brasil. “É o *lugar* em que grandes temas nacionais ganham visibilidade, convertendo o exercício de publicização dos fatos como a possibilidade prática da democracia” (VIZEU, 2008, p.07).

O telejornal pressupõe, de imediato, um produto que oferta notícias construídas com base em imagens, sons e emoções. Pensar um telejornal implica a expectativa de reconhecer um produto que se constrói aos olhos do telespectador, somente no momento em que é posto em circulação, vez que é levado ao ar ao vivo diariamente, mesmo que por trás envolva todo um processo de produção. Um outro traço do telejornal é ser feito em fragmentos capturados da realidade, para a construção da representação de acontecimentos noticiáveis, cuja narrativa se dá no

tempo presente, para mostrar seu nível de atualização em relação aos acontecimentos representados.

Com relação a sua estrutura de exibição, é dividido em blocos de notícias, segundo a afinidade entre os temas e os interesses das emissoras, separados por um intervalo comercial. Sua abertura, grosso modo, é marcada pela seqüência de manchetes a respeito dos acontecimentos principais processados pelos jornalistas e que são de interesse maior do público do horário – é o que se convencionou chamar, no meio, de ‘escalada’, que se assemelha a uma espécie de “vitrine” do telejornal, expondo via textos breves por seus âncoras ou apresentadores a oferta do dia. O telejornal é ainda subdividido em blocos intercalados por anúncios comerciais.

O que diferencia o apresentador de âncora, é que o último além de trazer as notícias do dia, são verdadeiros “atores midiáticos”, que Fausto Neto (1997) chamou de “novos oráculos”, aparecendo como um modelo ético, ao narrar a notícia. Notadamente um protagonista.

É posto numa posição de equivalência aos antigos deuses porque, a exemplo daquele, no lugar de onde fala prevê o futuro; contesta a ordem; impõe pautas morais e éticas; questiona o ato de outros poderes; veste-se de uma imunidade; aconselha os desesperados, os que estão em apuros; funciona como verdadeiro magistrado. Enfim (...), age através do corpo - da palavra e do gesto - e por estes códigos constrói a própria noção e funcionamento moral do mundo e das coisas (FAUSTO NETO, 1997, p.13).

Vizeu (2008) também enxerga o fato como uma tendência no jornalismo atual, dessa transformação dos apresentadores em estrelas, transformando a imagem tradicional de jornalistas, que passam a ocupar um espaço de glamour no universo simbólico do público, como também do próprio jornalismo. Revelam uma forte presença das estruturas míticas na pretensa objetividade, veracidade e imparcialidade do campo em que trabalham, deixando de ser os produtores da informação, para ser também parte da notícia.

O papel dos apresentadores e dos jornalistas, segundo Aldé (2004, p.180):

Passa ser, muitas vezes, o de oferecer a avaliação, a valência da notícia, conferindo-lhe positividade ou negatividade, respondendo à demanda por opiniões “prontas”, explicações assimiláveis, de

preferência julgamentos, sem que seja necessário pesar todos os “fatos”. Para muitos isso se traduz na importância da expressão de emoção e opinião por parte do âncora.

Há de se mencionar ainda a linguagem do telejornalismo. Os noticiários utilizam jogos de sentido que resultam numa pretensa objetividade e no mito da imparcialidade. As notícias provocam efeitos de realidade e se confundem com o real porque os personagens são reais e os fatos sociais são a matéria-prima da produção (BECKER, 2005).

O entrosamento entre imagem e palavra, um requisito no momento da reportagem jornalística, é outro constituinte da linguagem jornalística, e é imprescindível na construção da notícia. Ao mostrar um fato direto do “palco de ação” (uma vez que mostra imagem do que está sendo abordado, até mesmo com a figura do repórter no local, o que se convencionou chamar de “ao vivo” no meio televisivo), a televisão opera, com uma intensidade maior do que qualquer outro veículo, uma relação “direta e imediata” com o vivenciado. Dessa maneira, a TV realiza sua obra jornalística máxima, ao permitir ao telespectador testemunhar um caso como se estivesse no local (REZENDE, 2000).

Os discursos dos noticiários televisivos podem ser considerados uns dos mais persuasivos porque visam convencer uma audiência significativa das “verdades” do país e do mundo, isso graças a credibilidade histórica que gozam. São constituídos na tênue fronteira entre a narrativa e o acontecimento, através de seus dispositivos audiovisuais; constituem-se no espetáculo da atualidade.

Outra característica inegável dos telejornais é a pluralidade de vozes que ali ecoam, “vozes de dentro”, “vozes de fora” (FAUSTO NETO, 1997). O discurso jornalístico, portanto, fica caracterizado como um discurso polifônico pela característica dialógica que lhe é inerente, composto por várias vozes, entre elas a de produtores, repórteres, apresentadores, cinegrafistas, editores e proprietários das emissoras, isso ainda deixando de fora as “vozes de fora” do telejornal, o telespectador, e os agentes externos.

Vizeu (2006, p. 33), também, aponta para o telejornal como uma montagem de vozes, um espaço imaginário em que:

São propostos múltiplos espaços de participação à audiência; uma paisagem, de qualquer maneira, onde a audiência pode escolher o seu caminho, com mais ou menos liberdade. Ao longo de todo seu caminho, a audiência encontra atalhos, trilhas e personagens diversos com os quais procura ou não estabelecer uma relação, segundo a imagem que lhe é oferecida, o modo pelo qual é tratada ou a intimidade que lhe é proposta.

Acreditamos que tanto o telespectador como os produtores estão devidamente familiarizados com a estrutura do gênero telejornalístico, mesmo porque o telejornal se vale de alguns procedimentos, que agem como “instruções de uso”, em certa medida como procedimentos de sua leitura.

Reconhecem-se as vantagens do telejornalismo sobre outras “modalidades” jornalísticas, em face de elementos, como: uso da imagem em movimento, recurso da espetacularização, da dramatização, uma vez que estes possuem um forte apelo estético e emocional, como também a maior possibilidade de compreensão dos relatos, graças a sua oralidade e uso da linguagem quase sempre coloquial.

Acreditamos que as emissões jornalísticas da televisão e o telejornalismo, em geral, estão diretamente ligados a uma possível construção da “realidade social”, e não um “espelho” da própria realidade. Essa duas concepções, de maneira ampla, dividem as duas acepções de notícia. A idéia da notícia como um espelho da realidade corresponderia à concepção tradicional das notícias. “Este ponto de vista defende a ‘objetividade’ como um elemento chave da atividade jornalística. Dentro desta concepção, o máximo que se admite é a possibilidade de que as notícias reflitam o ponto de vista do jornalista” (Stamm, 1976, *apud* VIZEU, 2004, p. 1).

Já Tuchman (1993) acredita que, no processo de definir um acontecimento a notícia define e dá forma a este acontecimento. Nessa relação, a notícia está permanentemente definindo e redefinindo, constituindo e reconstituindo fenômenos sociais. Entendemos que a construção da notícia não se reduz a uma mera *praxis*, a simples mobilização de regras e normas fornecidas pelos manuais de redação ou aprendidas no desempenho da atividade profissional.

É nesse aspecto que acreditamos na notícia como conformadora de uma possível construção da “realidade social”. Não queremos dizer com isso que outros meios, como a literatura, cinema, arte e outras muitas formas de expressão não estejam ligadas a essa construção, mas salientamos com Becker:

Nesse quadro, a compreensão do que seja acontecimento (MOLOTOCH; LESTER, 1993; RODRIGUES, 1993), para o jornalismo, na diferenciação de qualquer evento da vida cotidiana, é fundamental para a instituição do gênero (...) No entanto, o jornalismo tem um papel particularmente importante nesse contexto, de supostamente retratar a realidade, enquanto outras discursivas modalidades transitam com maior clareza para o leitor / espectador entre mundos reais e ficcionais. Esta crença lhe confere uma posição privilegiada de mais “verdadeiro” do que os outros (2005, p.45).

Por isso, os telejornais estão muito mais próximos do que alguns autores convencionaram chamar de contrato de autenticidade - O contrato de autenticidade é aquele em que o telejornal está inserido, e para se destacar do resto da programação, desenvolveu marcas fortes, que buscam a objetividade e a imparcialidade através dos efeitos de verdade ou de verossimilhança.

Os enunciados dos telejornais funcionam como palavras de ordem, utilizam determinadas associações entre texto e imagem, depoimentos testemunhais, gráficos e mapas, que visam garantir a precisão, a objetividade e até mesmo a neutralidade da notícia, gerando um efeito de verossimilhança (BECKER, 2005, p.24).

Assim, as marcas produzidas pelos telejornais sob a influência deste contrato precisam ser muito familiares aos telespectadores, além de passarem à impressão de objetividade e imparcialidade. “As principais características da linguagem dos telejornais são: garantir a veracidade do conteúdo dos discursos, garantindo também a credibilidade do enunciador” (BECKER, 2005, p.23).

Sartori (1998) vai um pouco além, ao dizer que os noticiários televisivos oferecem ao espectador a sensação de que o que está sendo visto é verdade, que os fatos vistos pelo espectador são exatamente como estão sendo mostrados, como as guerras em outros continentes e os valores que as motivam, por exemplo, fruto de a televisão poder mentir e falsear a verdade pela forma da veracidade inerente à imagem, que faz a mentira mais eficaz e, portanto, mais perigosa. Além de um desnudamento do processo de construção da notícia, assumindo cada vez menos a transparência televisa antes empregada.

De uma perspectiva discursiva mais longínqua, na qual o acontecimento e enunciação confundiam-se, pleiteia-se hoje, que o acontecimento é o próprio discurso sobre a enunciação que trata de fabricá-lo, ou seja, as ações dos dispositivos que interferem na construção da enunciação. São transformações que afetam o lugar de fala do discurso, mas também suas várias articulações e endereçamentos. (...) a enunciação parece ser cada vez menos resultante do processo de apropriação de discursos por parte dos jornalistas, junto às suas fontes e interlocutores, e cada vez mais um trabalho de dizer ao leitor em que condições este processo de construção se faz (FAUSTO NETO, 2007, p.4).

A preocupação com a estética, como os novos aparatos tecnológicos do jornal, mais até mesmo que com a qualidade noticiosa em si, é uma característica percebida, a partir da década de 1980, quando os telejornais deixaram de obedecer ao formato simples, imposto pelas limitações tecnológicas do seu início.

O telejornal passou (...) a ser alimentado pela pirotecnia na produção de notícias, resultado do desenvolvimento tecnológico, brindando-nos com mais espetáculo para nossos olhos e menos informação propriamente dita. Portanto, os telejornais se apropriaram da nova linguagem televisiva onde espetáculos de cor, luz e som, montados no próprio *setting* televisivo, são os principais ingredientes na tessitura dos fatos, reformulados, rearranjados, inclusive aqueles fatos que decorrem do campo político (SALDANHA *apud* VIZEU, 2008, p. 5).

Isso posto, cabe frisar mais uma vez que o telejornalismo é, portanto, parte de uma construção social, no sentido de que se desenvolve numa formação econômica, social, cultural particular e cumpre funções fundamentais nessa formação.

## **2.2 Jornalismo Político: suas características**

Tratamos até aqui do campo da mídia de forma mais geral, no entanto, Gomes (2004) sugere que consideremos o jornalismo como um campo específico que, de acordo com ele, se estabelece quando determina quais são os propósitos dos jornalistas e quais são os problemas jornalísticos, quais os métodos e as estratégias jornalísticas.

O jornalismo como sistema ou como campo jornalístico é:

uma arena de luta concorrencial pela autoridade jornalística, pela acumulação do capital jornalístico que dá ao seu portador individual ou institucional a competência jornalística. A autoridade jornalística é o equivalente da credibilidade, só que voltada para dentro do campo e não para consumidores e assinantes – muito embora a credibilidade sirva para alimentar a autoridade e vice-versa (GOMES, 2004, p.54).

Ainda para o autor, “quando há um campo do jornalismo, são somente os agentes do campo jornalístico, então, agentes engajados no mesmo jogo e por ele envolvidos, quem detêm os meios de avaliar os méritos de um trabalho jornalístico”. (GOMES, 2004, p.55).

No entanto, no âmbito desta pesquisa, tomaremos o jornalismo como um *sub-campo* do campo da mídia que tem essas especificidades apontadas por aquele autor.

Nas sociedades complexas contemporâneas, o provimento de informações sobre o mundo é tarefa de sistemas específicos<sup>7</sup>, que formam o jornalismo, apesar de o entendermos em sentido amplo (imprensa escrita, rádio, televisão ou internet, dentre outros), vai nos interessar, no estudo, o jornalismo televisivo, que será trabalhado mais a fundo no segundo capítulo desta dissertação.

Dito de forma sintética, o trabalho jornalístico consiste em recolher informações dispersas (através de uma rede de repórteres), compactá-las através de determinados processos técnicos (jornal, rádio, televisão, internet) e, enfim, distribuir o produto final a uma audiência diversificada. Para entender a relação entre este produto e seu público, de acordo com Miguel (2004), é útil introduzir uma categoria de Giddens (1990), o *expert system*. Trata-se de um sistema de competência técnica especializada, do qual as pessoas em geral se servem, mas sem serem capazes de compreender seu funcionamento ou avaliar *a priori* sua eficácia.

Por esse motivo Miguel (2004) afirma:

---

<sup>7</sup> É preciso deixar claro que apesar de importante constituinte do provimento de informações, o jornalismo não pode ser tomado como o único responsável pela tarefa, há ainda diversos mecanismos geradores de informação.

A perícia ou especialização que a atividade jornalística exige já é, por si só, um fator negativo para a democracia, pois favorece a monopolização da capacidade de emissão destes discursos por parte de uma categoria de profissionais. Mais grave ainda é a concentração da mídia nas mãos de um pequeno grupo de empresas, o que significa que a difusão da informação é, em grande medida, controlada por um grupo de pessoas com significativos interesses em comum (MIGUEL, 2004, p. 13).

O próprio papel atribuído aos jornalistas corrobora a importância dos meios enquanto instrumentos por excelência de conhecimento sobre a política, critério válido até mesmo para o exercício da cidadania. Assim, os jornalistas são vistos como responsáveis pela transparência da administração pública e pela denúncia e vigilância do poder político, através da incumbência, que lhes atribuem os espectadores, de fornecer-lhes a “essência dos fatos” políticos (ALDÉ, 2004).

Se a visibilidade é o princípio legitimador do campo mídia, a informação pode ser considerada como um dos agentes da visibilidade midiática. O fato de veicular a realidade “diretamente”, ou seja, tornar público o que de “mais importante” aconteceu, conforma o modo mais específico de visibilidade dos campos sociais assumida pela mídia. Esta é a função primordial do jornalismo, embora, como nos chama atenção Gomes,

O sistema informativo não abrange apenas (...) o chamado universo jornalístico' em sentido estrito. Porque a informação mass-mediática há muito transbordou da esfera propriamente 'jornalística' invadindo outros territórios, transmutando-se nas mais curiosas metamorfoses e hibridismos (1995, p. 75).

Assim haveria uma lógica própria do sistema informativo, que seria apenas uma forma mais específica da lógica da cultura midiática. Corresponderia aqui a lógica do campo midiático.

Esta lógica, segundo Gomes (1995), está fundamentada no entretenimento e em seus três subsistemas: a dramaticidade, a diversão e a ruptura. Como ruptura, o autor relaciona a excepcionalidade de um acontecimento ou de uma pessoa, e o próprio critério de novidade, que rompe com o que até então é conhecido. Na diversão, são acionadas a simplicidade e a rapidez, além da estetização da informação. Já o drama é relacionado às histórias de interesse humano e à

ficcionalização da informação. Os mecanismos do drama são relacionados ao interesse do público.

A lógica informativa pensada por Gomes (1995) traz vantagens de unificar informação e entretenimento, aproximando-se da prática jornalística atual.

Com a transformação do jornalismo em profissão, no final do século XIX, foi-se constituindo, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, um *ethos* profissional que considera os jornalistas com a “responsabilidade moral de erradicar o mal e mostrar as enfermidades sociais”. Esse *ethos* acabou por se consolidar e com ele também o caráter investigativo do jornalismo, que tinha como norma desvelar e atacar a corrupção nos governos e os abusos do poder corporativo. (LIMA, 2006, p.11).

Waisbord (2000) indica atualmente, para uma dependência dos repórteres da investigação de informações confidenciais e documentos passados por fontes oficiais levam ao denunciismo. Indicando para uma facilidade de denúncias, sem evidências suficientes, produto de informações passadas por uma ou duas fontes, que às vezes, não são portadoras de credibilidade plena. Nesse âmbito, o denunciismo, seria uma deformação do jornalismo investigativo caracterizado pela pouca investigação independente e alimentado por meio do “cultivo” de fontes de informação. Nessa subclasse jornalística, predominaria o sensacional, a narração de uma história dramatizada, em que a denúncia não é baseada em fundamentos averiguáveis e o registro dos fatos não seria feito com a isenção necessária. A investigação, como indica Marchetti (2000), é o produto e o revelador de uma concorrência tanto comercial como profissional e as duas dimensões estariam ligadas.

Para nosso estudo, é importante o fato de que esse tipo de jornalismo tenha uma grande influência na cobertura do campo político. Para ter uma noção desse alcance, devemos relacioná-lo às mudanças que afetaram os universos políticos. Essas mudanças, de acordo com Marchetti (op.cit), revelam o sintoma de uma série de mudanças externas ao campo jornalístico. Houve um aumento dos custos das atividades políticas, o desenvolvimento de novas técnicas (sondagens, marketing, comunicação) e a transformação estrutural da ação pública, com intuito de possibilitar uma maior inserção nos critérios midiáticos.

A própria luta política adquiriu formas midiáticas e formas mais “morais”<sup>8</sup>, de tal modo que os políticos passaram a utilizar a “moralidade” como arma política para qualificar ou desqualificar os adversários. Essas formas encontraram grande ressonância junto ao eleitorado e a opinião pública.

Existe uma expectativa comum de que a informação fornecida pelos meios vá além da simples descrição dos fatos, revelando sua “essência” e ganhando uma avaliação “moral” aproveitável na elaboração de um esquema generalizante, que permita encaixar o fato num conjunto significativo e coerente de explicações sobre política. Trata-se de uma demanda, e também de um critério para aceitação das explicações oferecidas (...). Os espectadores privilegiam marcas claras, que orientem a compreensão de uma realidade política complexa (ALDÉ, 2004, p.179).

A imprensa e/ou empresas de comunicação recebem hoje um elevado número de documentos e informações sobre diferentes assuntos ligados à política, a negócios empresariais e à atuação de personagens de grande visibilidade política. Nesse processo acaba desempenhando o papel de “caixa de correio”, ela recebe documentos e informações ao lado de sugestões e de “pistas” a serem seguidas na pesquisa. Muitas vezes, as informações são preparadas dentro dos gabinetes ministeriais ou parlamentares e por integrantes de comissões governamentais.

O fenômeno do jornalismo investigativo e/ou de denúncia ocorreu no Brasil com o processo de “abertura política”, quando, como afirma o jornalista Luís Garcia (2000, p. 13), a “imprensa se descobriu com uma liberdade como ela nunca tinha tido antes. Durante algum tempo, ela administrou excessivamente mal essa liberdade. E partiu-se para o excesso de denúncias. Isso se acelera no processo que levou ao impeachment do presidente Collor”. Foi, nesse momento, que entraram em cena novos personagens denunciadores, que passaram a atuar junto da imprensa: os procuradores da República. Estes ganharam importância recentemente, a partir da

---

<sup>8</sup> O termo moral é derivado do latim *morale*, que significa relativo aos costumes. Pode ser definido também como a aquisição do modo de ser conseguido pela apropriação ou por níveis de apropriação, onde se encontram o caráter, os sentimentos e os costumes. Em alguns dicionários define-se a moral como: os conjuntos de regras, costumes e prescrições a respeito de comportamentos e condutas, que podem ser consideradas válidas, éticas, quer de modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, quer para grupos ou pessoa determinada, estabelecidas e aceitas pelas comunidades humanas durante determinados períodos de tempo.(Aurélio Buarque de Hollanda, 2009). Portanto, o termo moral significa tudo o que se submete a todo valor onde devem predominar na conduta do ser humano as tendências mais convenientes ao desenvolvimento da vida individual e social, cujas aptidões constituem o chamado sentido moral dos indivíduos.

Constituição de 1988, quando o ministério Público teve um crescimento institucional significativo.

O Ministério Público passou a ter, a partir da Constituição de 1988 (art.129, II, III e IV), uma importante atribuição de “controle dos poderes Executivo e Legislativo, através da ação direta de inconstitucionalidade, fiscalização do patrimônio público e dos serviços de relevância pública, representação para fins de intervenção e funcionamento perante o Tribunal de Contas”.

Esses “novos personagens”, que agora fazem aliança com os jornalistas, são jovens, pertencem à geração nascida nos anos 1960, em sua maioria são do sexo masculino, 71,6%, de acordo com a pesquisa de Ela W.V. Castilho e Maria Tereza Sadek (1998 *apud* ABREU, 2002). A origem familiar dos integrantes do Ministério Público Federal está na classe média e classe média baixa, o que indica um processo de mobilidade social recente, e que pode exercer influências nas formas de atuação e de percepção da profissão. Por outro lado, a pesquisa de Castilho e Sadek mostra que os procuradores da República estão descontentes e são muito críticos em relação à administração da justiça, 94,5%, julgam que há uma crise na justiça do país. Ao mesmo tempo, para o bom desempenho de suas atribuições, eles têm que enfrentar uma série de limitações, principalmente ligadas ao Judiciário e à Polícia, que, na maior parte das vezes, atuam no sentido de dificultar o trabalho dos procuradores, que, além do mais, têm que ultrapassar as barreiras impostas pelo poder político.

É possível que, para enfrentar essas deficiências e garantir uma atuação independente, eles busquem se articular através da mediação da imprensa, transmitindo, assim, informações importantes para os jornalistas sobre os processos e denúncias, que estão apurando ou querem apurar e esperam a repercussão dessas notícias, para aprofundar as investigações.

Acreditamos, porém, que os jornalistas pouco fazem para chegar a essas denúncias e apurá-las; em geral, dependem mais do papel que exercem os procuradores ou políticos que lhe transmitem os dados. De acordo com a visão de Luís Garcia (2000, p. 34), “a imprensa pode estar cheia de denúncias, mas essas denúncias não nascem dela, não se originam de um trabalho realizado por ela”. A denúncia da violação do painel eletrônico do Senado, durante a votação da cassação do mandato do senador Luís Estevão de Oliveira (PMDB-DF), quando era

presidente do Senado Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), pode ser um indicador das questões aqui apontadas.

Como aponta Aldé:

Comparada à percepção direta de eventos e personalidades, a informação que as pessoas recebem sobre política através da mídia é pré-selecionada pelos profissionais do meio e pouco detalhada. Um sentido previamente processado é oferecido juntamente com a informação propriamente dita, seja na disposição da agenda, seja no enquadramento oferecido como predominante para os diversos problemas. Devido ao próprio formato das notícias veiculadas pelos meios de comunicação, é o grande incentivo para evitar os custos do esforço de processar autonomamente a informação (2004, p.178).

Não nos parece exagero dizer que, na maioria das vezes, os fatos que levaram as matérias jornalísticas a determinadas conclusões e julgamentos estão ausentes ou fragmentadas do produto final, ou seja, a notícia veiculada no ar: “afinal tempo na televisão é contado em segundos” (ALDÉ, 2004, p.179). A aceitação do “produto pré-processado” é encorajada, ainda, pelo fato de que ele procura ir ao encontro de idéias e valores já existentes no universo do público, tanto mais quando se trata das emissoras brasileiras, que têm um caráter extremamente comercial e se preocupam primeiramente com a audiência.

Há ainda opiniões que apontam para um caminho mais nobre do jornalismo político, como, por exemplo, apontada por Franklim Martins:

A mais importante delas é que, hoje em dia, a maior preocupação da cobertura é informar o leitor, e não convence-lo a adotar determinadas idéias. Uma breve comparação entre as manchetes dos principais jornais brasileiros nas eleições presidenciais de 1950, em que Getúlio Vargas derrotou o Brigadeiro Eduardo Gomes, apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), e Cristiano Machado, lançado pelo Partido Social Democrata (PSD), e no segundo Turno da disputa de 2002, em que Luís Inácio Lula da Silva, do PT, venceu José Serra do PSDB, dá conta dessas grandes mudanças (2008, p.13).

A base desse argumento remonta há algumas décadas atrás, os jornais, tinham um caráter quase partidário, em sua maioria. Ao tempo que também se dirigiam a um leitor razoavelmente partidarizado, cuja opinião era tão ou mais

importante que a notícia. O jornal cativava seu leitor, cumprindo essa expectativa de afiação com o viés político do leitor, que o procurava.

Outro aspecto foi o acelerado processo de concentração dos meios de comunicação, que, no Brasil, coincidiu, em termos políticos, com o período ditatorial, os jornais lograram atingir e manter uma escala de tiragem alta. Nesse período, o jornal que tivesse uma tiragem entre 50 e 60 mil exemplares se pagaria. Hoje em dia, certamente, cerraria as portas. Para atrair as peças publicitárias e se bancar, o jornal necessita de uma tiragem diária de pelos menos 150 mil exemplares, o que significa ser lido por pelo menos 450 mil leitores, o que reconfigura totalmente o ambiente do fazer jornalístico e suas lógicas (LIMA, 2006).

Os jornais precisam se vender, procurar formas de destaque em meio aos outros, muitas vezes fazendo uso de apelos estéticos e emocionais, dotando alguns fatos de contornos dramáticos, para aumentar a aceitação do produto frente à audiência.

Sabemos, também, que o “conhecimento político” dos cidadãos, dependente, muitas vezes, daquilo que é produzido por essas empresas jornalísticas, já que não podemos negligenciar a sua importante produção de informação, mas, que, para sua sobrevivência, precisam se posicionar dentro de um mercado que sofre forte influência das lógicas do lucro e da concorrência.

Um dos afetados pela nova realidade é o próprio jornalista. Para Talese, existe uma, simples, porém indigna constatação: “o jornalista ama o poder e ama lidar com o poder” (2009, p.36). Esse imbricamento entre o poder e a imprensa não se dá em uma só direção: “O jornalista, como profissional, precisa muito mais da autoridade do que vice-versa, por outro lado, o político e os partidos precisam é do veículo, como empresa” (GORGEN *apud* TALESE, 2009, p.37) ou seja, o jornalista no dia-a-dia do fazer profissional, precisa dos políticos na busca por informação e por conseguinte de uma boa matéria, já o político, precisa da visibilidade concedida pela mídia, e portanto do veículo de comunicação. Isso acaba por acarretar, no Brasil, onde jornalismo e imparcialidade são visto pelo público como valores indissociáveis, essa correlação de forças abrindo brechas para um número ainda maior de desvios de condutas, tanto por parte da imprensa, quanto por parte do poder.

No caso específico dos telejornais, o papel dos apresentadores e dos jornalistas, segundo Aldé, passa ser, muitas vezes, o de oferecer a avaliação, a valência da notícia, conferindo-lhe positividade ou negatividade, respondendo à demanda por opiniões “prontas”, explicações assimiláveis, de preferência julgamentos, sem que seja necessário pesar todos os “fatos”.

A contrapartida de jornalistas individualmente heróicos é um sistema informativo visto por muitos como manipulado, controlado pelo governo e submisso aos poderosos. “Trata-se de uma forma de personalizar a política, comparável à que já encontramos quando cidadãos criticam o sistema político e os políticos em geral, atribuindo, no entanto o poder de mudar as coisas ao presidente ou a outros personagens específicos do cenário político, como os jornalistas” (ALDÉ, 2004, p. 182).

É preciso observar que vivemos em uma sociedade cada vez mais permeada pela busca da visibilidade social, uma verdadeira fábrica moderna de celebridades. Os jornalistas não ficam imunes a essa visibilidade, mas cabe frisar que é justamente o contrário o ideal do jornalismo, afinal “jornalista não é notícia. Se é, um dos dois, ou o jornalista ou a notícia está com problema” (MARTINS, 2008).

Fernando Luiz Abrucio, que assinou uma coluna semanal no jornal *Valor*, onde se mostrou um atento observador da cena política e da cobertura jornalística, em entrevista para a Folha de S.Paulo, de 24 de dezembro de 2007, teceu o seguinte comentário sobre o jornalismo político praticado no Brasil:

A cobertura de política dos grandes jornais ainda se foca prioritariamente no diz-que-diz dos políticos. A cobertura, portanto, é majoritariamente declaratória, concentrando-se no que acontece nos corredores do Congresso e na parte mais politizada do Executivo. Este aspecto é importante, mas é sobrevalorizado por uma visão pouco analítica dos fatos, que só aparece, às vezes, nas edições do final de semana. (ABRUCIO apud FOLHA DE S. PAULO, 2007, p.12)

Para o estudioso faltam, basicamente, três coisas ao jornalismo político brasileiro: a) memória política, capaz de iluminar a cobertura presente. Sem esta compreensão histórica, os fatos tendem a ser analisados por critérios meramente conjunturais. b) outra lacuna tem a ver com a pouca preocupação e preparação para avaliar as políticas públicas, destaca que existem raras exceções, particularmente

em coberturas especiais esparsas, “o jornalismo político não tem avaliado a qualidade das propostas dos governos e sua implementação, bem como as alternativas colocadas pela oposição. Faltam jornalistas com conhecimento das diversas áreas governamentais, e se pretende substituir este desconhecimento pela exposição dos ‘diversos lados’”. c) Por fim, a cobertura política precisa ir além dos “corredores políticos de Brasília”. Precisa analisar mais regularmente as fontes de legitimidade eleitoral, que estão distantes do Planalto Central. Para tanto, valeria a pena articular melhor a parte de política com a de cidades ou com a editoria internacional Abrúcio (*apud* Folha de S. Paulo, 2007, p.1). afirma ainda:

O jornalismo hoje é muito segmentado, o que atrapalha a qualidade da informação. E mesmo no ambiente brasiliense faltam mais matérias que acompanhem, com números, o trabalho das Comissões do Congresso, as decisões judiciais, o andamento dos programas governamentais. Se pudesse resumir em uma frase, diria que o jornalismo político tem de dar uma visão mais abrangente e sistêmica dos fatos. E este papel não deve ser jogado apenas para os colunistas. A reportagem deve retratar algo além da opinião, das disputas e brigas dos atores políticos na disputa por poder.

De fato, acompanhar o dia-a-dia da cobertura política é assistir, basicamente, a uma disputa entre governo e oposição. A pauta do Planalto Central tem suas nuances. Agora, por exemplo, além do prematuro debate eleitoral, discutem-se temas como crise política, PAC, CPI das ONGs, CPI da Petrobrás, crise no legislativo, etc. Todos interessantes e merecedores de destaque, mas sempre tratados pela média da imprensa dentro da ótima rasa de oposição contra governo, no velho esquete maniqueísta que nada mais é do que a busca desenfreada pelo poder.

O jornalismo político, portanto, privilegia a cobertura do Congresso Nacional, e tal característica é também o nosso objeto empírico de pesquisa, justificando uma reflexão sobre a natureza da política ali praticada.

### 2.3 Telejornalismo Político

De acordo com a linha interpretativa que vimos seguindo, o telejornal contribuiria para construção das realidades sociais através das construções discursivas de alguns acontecimentos, selecionados no próprio *setting* midiático, a opção por um tema em detrimento a outro, por exemplo. Essa modelagem assumida pelos telejornais conforma-os como agentes protagonizadores da política, na medida em que tecem a sua realização, apontando aquilo que deve ser visto ou excluído (SALDANHA, 2008).

As instituições políticas estão notadamente sob os holofotes dos meios de comunicação. Na maioria das vezes, são elas que pautam a mídia, mas, paradoxalmente, é na esfera midiática que as instituições políticas são alvo de críticas. O Congresso Nacional, por exemplo, é sintomático desta relação tensa entre a política e a mídia. Tornou-se uma instituição que é confundida, muitas vezes, no Brasil, com Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), escândalos, aumento de salários e nepotismo. Se é no Poder Legislativo que são discutidas e votadas as leis que regem o país, a mídia parece não se interessar muito por este assunto. Atendendo aos critérios de noticiabilidade, em que é notícia aquilo que surpreende, que choca, o lado negativo tem muito mais chances de se tornar acontecimento (RODRIGUES, 1990).

O telejornal vem se tornando um lugar midiático privilegiado, não só de representação da realidade, no caso em tela da política, mas de apresentação de uma dada realidade, podendo ser atribuído a ele parte da responsabilidade de mudar os rumos políticos do país, demarcar idéias e conflitos políticos e apontar solução que, no mínimo, contribui para fortalecer uma idéia preliminar sobre qualquer fato, especialmente sobre aqueles mais complexos, como os fatos da política.

O telejornalismo político é, portanto, indispensável à cobertura cotidiana da esfera política, “olhos” diários voltados para o que é espetacular e para os escândalos políticos, mas também atento ao que está no seu cotidiano e, de alguma maneira, possa interessar ao grande público.

Precisamos lembrar, entretanto, que não constitui novidade que a experiência política no mundo contemporâneo é majoritariamente mediada pelos meios de comunicação de massa, tendo como principal mecanismo os produtos jornalísticos. Dessa forma, o conhecimento político dos cidadãos é dependente daquilo que é produzido pelas empresas jornalísticas, das quais não podemos negligenciar a sua importância na produção de informação, mas que, para sua sobrevivência, precisam se posicionar dentro de um mercado guiado pelas lógicas do lucro e da concorrência.

Os jornais precisam, assim, vender um produto chamado notícia, muitas vezes, fazendo uso de apelos estéticos e emocionais, dotando alguns fatos de contornos dramáticos, para aumentar a aceitação do produto frente à audiência.

Gomes (2004) considera uma das principais características da narrativa, no âmbito do jornalismo político,<sup>9</sup> a presença do enquadramento do conflito como estrutura dramática. “Essa estrutura supõe que as pessoas e grupos estão necessariamente em conflito entre si, de forma que o narrador precisa apenas identificar a matéria deste conflito preciso e isolar os antagonistas [...] o enquadramento do conflito é também um princípio de seleção” (GOMES, 2004, p. 347).

Gomes, citando James Fallows, apresenta uma observação pertinente sobre a especificidade da editoria de política em relação à editoria de esporte:

Fallows (1997, p 221) adverte que há, entretanto, uma diferença fundamental entre o enquadramento de conflito no esporte e na política, que consiste no fato de que na política “o tom da cobertura jornalística política afeta o modo como o jogo – jogo público é jogado”. Como cada demanda da esfera de visibilidade pública corresponde a uma resposta no interior do campo político, os agentes políticos cientes de que os jornalistas empregam um enquadramento de conflito estão prontos para desferir os ataques verbais em quantidades e modos necessários, assim que microfones e câmeras são ligados, de forma a assegurar os seus bons segundos de presença no telejornal da noite e nas manchetes do dia seguinte (FALLOWS *apud* GOMES, 2004, p.349).

---

<sup>9</sup> A esse respeito, Gomes (2004, p. 347) também sublinha que: “o jornalista político que adotou o modelo do espetáculo combina técnicas de apuração jornalística com técnicas de escrita dos escritores de ficção. Ele coleta e conta histórias. Quando descreve eventos, eles são apenas cenários e circunstâncias para as histórias que desenvolvem”.

Através da redação, são criadas no telejornalismo rotinas produtivas, um exercício diário de construção em processo, em andamento até o final da exibição do noticiário produzido. É a processualidade na construção, da realidade social. A política é consolidada nas rotinas produtivas e estratégicas. Estas, por sua vez, refletem as tendências do responsável pelo departamento de jornalismo, bem como as práticas adotadas, em seu dia-a-dia pelas emissoras de TV, enquanto empresas jornalísticas. Ao chamar atenção para as implicações geradas pelos jornalistas em atividade, como grupo social, pretendemos vislumbrar nas rotinas produtivas um lugar de mediação, uma vez que mediações são “lugares dos quais provêm às construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural da televisão” conforme Martín - Barbero (1997, p.292) acredita. Aplica-se a configuração do processo produtivo como mediação, do telejornal também como mediação e como resultado dessa mediação, ao mesmo tempo. Salienta-se, pois, uma tentativa também de identificar as marcas da rotina produtiva na cobertura política cotidiana dos telejornais, podendo essas estar ocultas, inclusive, para os próprios profissionais que a fazem.

As empresas jornalísticas criam critérios para enquadrar cada acontecimento, parâmetros chamados de valores-notícia que são importantes na seleção do que é de interesse da população. Fatos que obedeçam a certos padrões da cultura profissional dos jornalistas terão maior chance de serem publicados.

A esse respeito Wolf (1999, p. 190) salienta que:

A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem a existência pública da notícia.

Há, portanto, uma condução no telejornal do que é passível de publicação. A noticiabilidade entra na ponta inicial da cadeia de produção, determinando o processo produtivo e, na outra ponta, o produto telejornal. Como aponta Traquina (1993, p.225), “[...] valores-notícia fornecem critérios nas práticas de rotina do jornalismo que permitem aos jornalistas, editores e agentes noticiosos decidir rotineira e regularmente sobre quais as ‘estórias’ que são ‘noticiáveis’ e quais não

são [...]”. O valor-notícia funciona como combustível que movimenta o motor noticiabilidade.

A redação se movimenta com base em tais critérios, para impulsionar a produção do telejornal, que constitui a representação, concretizada no produto final. Apesar disso, a construção da notícia passa também por uma “distorção involuntária”, seja pela própria definição dos critérios de noticiabilidade, seja pelos inúmeros fatores relacionados às rotinas produtivas, a seleção da notícia ou a sua edição (WOLF, 1987).

Nesse contexto de critérios pré-estipulados, diversos estudiosos apontam a dramatização como um valor-notícia muito levado em conta no momento da seleção de uma notícia por todos os telejornais. Quando falamos aqui em dramatização, estamos falando do reforço dos aspectos mais críticos, do lado emocional, da natureza conflitual dos fatos (TRAQUINA, 2005). A dramatização do produto noticioso pode ser vista como uma aproximação da lógica do entretenimento, principalmente após a notável importância que a televisão passou a exercer entre os meios de comunicação de massa.

Portanto, é evidente que os escândalos políticos constituem, nesse meio, algo de forte apelo para a lógica da mídia e mais fortemente para a televisão. Essa narrativa dramática que enfatiza o potencial de conflito entre os agentes do campo político nos momentos de decisão em detrimento de uma discussão acerca do bem coletivo, tende a centrar seus esforços no jogo político que tem quase sempre como objetivo a barganha, o poder e as vantagens políticas.

Ao estabelecer uma aproximação entre notícia e drama na análise da informação na TV pode causar estranheza às definições clássicas de jornalismo, segundo seu modelo adotado em grande parte da mídia brasileira. A simples menção do termo drama representaria para os defensores do jornalismo imparcial uma perigosa com o campo do entretenimento ou, pior ainda, com a esfera do sensacionalismo (COUTINHO, 2006, p.99).

A procura exagerada por temas que possam despertar interesse da população e, por conseguinte, aumentar audiência e os lucros acarreta, segundo Lima (2006, p 38), “muitas das mais importantes crises políticas do mundo contemporâneo, desde a metade do século passado, têm como origem um

*escândalo político*. Isso é verdade no Japão, na Itália, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Argentina e também no Brasil”. Escândalos, como o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, ou o impeachment de Fernando Collor em 1992, e mesmo crises mais atuais, como o caso Renan Calheiros, certamente, se enquadram nas características identificadas por Thompson como constituidoras de um escândalo político midiático. Não existiria se não fosse *na e pela* mídia (LIMA, 2006).

Por envolverem indivíduos que atuam dentro do campo político, e o campo político ser a instância máxima, capaz de promover mudanças sociais que afetam diretamente na vida de cada pessoa, é natural que uma transgressão moral, oriunda desse campo e/ou dos atores desse campo, seja capaz de suscitar movimento e resposta pública. Além desse apelo inicial evidente, sabe-se que uma significativa parcela das narrativas contém um fundo moral. Assim, a própria estrutura narrativa ajuda que os escândalos políticos midiáticos sejam acompanhados com interesse pela público/audiência.

Neste contexto, os escândalos políticos, seriam possuidores de sua própria lógica narrativa, uma vez que seus contornos dramáticos<sup>10</sup> têm a prerrogativa de poder durar um longo período de tempo. Outro fator que aponta para a existência de uma lógica narrativa dos escândalos políticos, diz respeito, ao espectador precisar conhecer os fatos que fizeram irromper o escândalo, bem como, os personagens, o cenário, ou seja, todo o contexto que o envolve. Desse modo, valores notícias como infração, violação e transgressão de regras, movimentam o centro da cobertura jornalística dos escândalos políticos (TRAQUINA, 2005, *apud* SOBRINHO, 2008).

Os escândalos políticos envolvem indivíduos ou ações que estão situadas dentro de um campo político (BORDIEU, 1989) e que tem impacto nas relações desse campo. Escândalo político midiático, portanto, é o evento que implica a revelação, através da mídia, de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, desencadeando uma seqüência de ocorrências posteriores. O controle e a dinâmica de todo o processo deslocam-se dos atores inicialmente envolvidos

---

<sup>10</sup> Recupera-se aqui o conceito de drama para que fique melhor esclarecido em Aristóteles (1996) “a definição de drama como imitação por meio de representação, da ação dos personagens. A origem etimológica do termo estaria no dialeto megarenses, nesse caso em referência ao idioma provenientes da cidade de Megára, próxima a Corinto, a raiz de drama, uma vez que segundo esse verbo agir seria *dran*” (COUTINHO In: VIZEU, 2006, p.101. Grifo do autor). Convém lembrar ainda que, para Aristóteles, diferente de Platão, a *imitação* não tem conotação negativa, é vista como uma atividade natural do homem.

para os jornalistas e para a mídia. Passa a prevalecer uma lógica parecida com a que preside a cobertura jornalística das disputas eleitorais e que já foi comparada às corridas de cavalos: o que importa é saber qual jornalista e empresa de mídia está a frente da outra, qual consegue “esticar um pouco mais a corda e avançar com novas denúncias (LIMA, 2006, p.13).

Porém, é preciso lembrar que o jornalismo político não se limita apenas na cobertura de escândalos midiáticos e nem à cobertura eleitoral. Partimos da idéia de haver uma cobertura cotidiana da política, que envolve desde a cobertura do que é do cotidiano político, como por exemplo, votações em andamento nas câmaras e no senado, como cobertura do dia-a-dia dos “atores” do meio político.

As coberturas do Congresso Nacional e do Planalto são hoje foco de grande interesse da Mídia que cobre política. A frase “lugar de jornalista político é no Congresso,” de Martins (2008, p.50), é sintomática do que revelam as pesquisas atuais sobre a cobertura cotidiana do telejornalismo político brasileiro.

Hoje em dia, o coração da cobertura política é o Congresso. É claro que há informações importantíssimas que, em primeiro momento, estão circunscritas ao Palácio do Planalto, a um grupo de ministros ou a um punhado de caciques partidários. Porém, mais cedo ou mais tarde, de um jeito ou de outro, eles acabaram passando pela Câmara e pelo senado. Como a centenas de parlamentares e assessores, as chances de vazamento são muito maiores no congresso do que na presidência da república e adjacências. Além disso, o conflito de interesses é bem mais intenso e variado no Legislativo do que no Executivo. É mais fácil, portanto, pescar inconfidências e ressentimentos na Câmara e no Senado do que do outro lado da Praça dos Três Poderes. Por último não a lugar mais adequado pra se tomar a temperatura da situação política do que no Congresso.

Esse relato na obra de Franklin Martins nos aponta um forte indício dos caminhos de nossa pesquisa e de onde diretamente inserem-se o cotidiano da cobertura política dos telejornais brasileiros. E é justamente o que é cotidiano na cobertura política nos telejornais que constitui nosso interesse de pesquisa.

## 2.4 Telejornalismo Político na Rede Globo

No cenário da globalização contemporânea, a consequência mais evidente da convergência tecnológica no setor de comunicação é a enorme, e sem precedentes, concentração de propriedades, que provoca a consolidação e emergência de um reduzido número de mega empresas mundiais (LIMA, 2007, p.91).

O padrão universal de concentração de propriedade e a presença dos *global player* encontram no Brasil um ambiente historicamente acolhedor. Nossos *mass media* se estabeleceram oligopolisticamente. O rádio e a televisão continuam basicamente regidos por um código do início da década de 1960 (lei 4,117, de agosto de 1962), totalmente desatualizado, e constituem um sistema organizado em torno de poucas redes sobre as quais não existe nenhuma regulamentação legal (LIMA, 2007). Trata-se, portanto de uma oligopolização ou mesmo uma monopolização que se produz dentro de uma mesma área do setor. O melhor exemplo desse tipo de concentração no Brasil continua a ser a televisão. É nesse contexto de mega empresas que justamente está inserida a Rede Globo de televisão, objeto de nosso estudo.

Para que tenhamos uma maior compreensão da notória hegemonia da Globo no cenário televisivo brasileiro, é preciso que façamos uma digressão. Em primeira instância falaremos um pouco do contexto, do surgimento à consolidação da Globo no Brasil, em seguida do seu telejornalismo, grande contribuidor da consolidação da marca Globo, para só depois entrarmos nas particularidades de seu telejornalismo político.

A televisão no Brasil sobre a ótica de Wolton (1995) é dominada pela figura da Globo desde 1965, data da sua criação, Assis Chateaubriand<sup>11</sup>, na década de 1950, desejoso de fazer com que o seu país tivesse logo a televisão, mandou técnicos para receberem formação nos Estados Unidos, construiu o canal, mas os receptores tardaram a chegar nesse processo.

---

<sup>11</sup> Chateaubriand foi um magnata das comunicações no Brasil entre o final dos anos 1930 e início dos anos 1960, dono dos Diários Associados, conglomerado que em seu auge contou com mais de cem jornais, emissoras de rádio e TV, revistas e agência telegráfica.

Ainda no mesmo ano, Chateaubriand funda a TV Tupi<sup>12</sup>, grupo pertencente ao grupo dos Diários e Emissoras Associados. O Brasil foi o quinto país no mundo a implementar a Televisão e o primeiro da América Latina. A partir do ano de 1968, com a concessão de crédito direto ao consumidor, o número de aparelhos espalhados por todo o Brasil cresceu de forma vertiginosa, mas somente, em 1969, com a inauguração do centro de TV da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), o sinal saiu do eixo que envolvia, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília e passou a chegar em todo território nacional. Aí, ao contrário da Europa, trata-se de uma iniciativa privada e, malgrado a imensidão do território, e as disparidades sociais e culturais, o Brasil, em uma geração, converteram-se inteiramente à televisão.

A empresa líder de um conglomerado econômico – financeiro – as Organizações Globo – detentoras de um grande jornal impresso de circulação nacional, passando pela segunda maior emissora de rádio, editoras, revistas, até a quarta<sup>13</sup> maior emissora de TV do mundo, a Rede Globo de Televisão.

Desde a sua fundação em 1965, a Rede Globo de Televisão protagoniza no Brasil um papel marcante na articulação imagem – imaginário, dominando a audiência televisiva em toda sua grade de programação, das novelas ao objeto de nosso interesse, os telejornais.

Sobre isso Prioli *et al*, (2000) traz:

A consolidação de sua proposta, em 1968. a partir de uma proposta de Walter Clark – personagem significativo na história da rede Globo de televisão; de 1965 a 1977, Clark participa de todos os processos de consolidação do denominado “padrão Globo de qualidade” - , de uma grade de programação, que teve por princípio a localização de um telejornal – Jornal Nacional – entre duas telenovelas, as conhecidas denominadas novelas da sete e novela das oito – permitiu um interessante e eficaz *mélange* de receptores. Cria-se o hábito de ver TV em família, com programações e horário reforçando-se mutuamente garantindo fidelidade de público e um aumento vertiginoso nos índices de audiência, nos vinte anos subsequentes: alguns assistem à primeira telenovela enquanto esperam o telejornal e outros assistem o telejornal enquanto esperam a outra telenovela (PRIOLLI, et all, 2000, p. 19).

---

<sup>12</sup> A Tupi tinha condições potenciais de torna-se a maior emissora do país, porém a morte de Chateaubriand intensificou a disputa interna pelo controle do condomínio associado. Em pouco tempo foram superadas por um grupo que viria a se tornar o mais poderoso da televisão brasileira, a Rede Globo.

<sup>13</sup> Dado retirado do site da Globo. Disponível em:< [http:// www.globo.com](http://www.globo.com) > Acesso em: 20 de março de 2009.

Certamente podemos afirmar que dois formatos de programa televisivo foram fundamentais na construção e consolidação da Globo como maior emissora brasileira e quarta maior emissora de TV do mundo : as telenovelas e os telejornais.

As telenovelas<sup>14</sup> tornam-se companhia diária do telespectador brasileiro, mesmo tendo um ponto de contato com as *soap opera* dos Estados Unidos, as radionovelas e cinemas de lágrimas latino-americanos e características dos folhetins franceses do século XIX, foge a padrões culturais norte-americanos, europeus e mesmo latino-americanos.

Apresentam especificidades que lhe são inerentes e não podem estar desvinculadas dos processos de modernização da cultura brasileira, dos mecanismos de produção e história da indústria cultural, dos deslocamentos narrativos e adaptações na textualidade do gênero, e finalmente do perfil do público receptor (PRIOLLI, et all, 2000, p.21).

A outra ponta do eixo que consolidou a Globo é o telejornalismo, cuja importância para emissora antecedeu até mesmo as referidas telenovelas.

Em termos de evolução histórica, o telejornalismo, no caso brasileiro, surge, ainda, em 1950, logo após o próprio advento da TV no país. Certamente, desde então, o modo de fazer telejornal e de fazer jornalismo de forma geral, vem se adaptando ao contexto histórico, social e, sobretudo econômico, com a introdução gradativa de modelos sólidos de produção. Dentre eles, destacam-se sempre o paradigmático Jornal Nacional da Rede Globo, isso certamente muito pela forma 'incisiva', com que a Globo institui as suas técnicas de produção de telejornal. Nitidamente estão elas fundamentadas no modelo norte-americano de fazer jornalismo (GIOVANNINI, 1987) a partir de um eixo multiplicador (pressa no avanço e na redação) e acelerador do processo produtivo desenvolvido por organizações privadas de comunicação.

Já em seu surgimento, o Jornal Nacional, se propôs a romper com o sistema vigente de telejornalismo, o diário *Repórter Esso*, marcado como grande precursor

---

<sup>14</sup> Apesar de importante para o contexto de construção e consolidação da Globo como emissora hegemônica, não é objeto de interesse da dissertação, para uma visão sobre seu alcance ler : Renato Ortiz, Sílvia Helena Simões Borelli, José Mario Ortiz Ramos. *Telenovela: história e produção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

do *JN*, o informativo contava com a imagem cativa do locutor Contijo Teodoro, que iniciava pontualmente às oito da noite, e desfrutava de grande prestígio do público, beneficiando-se também, por ir ao ar, logo após uma novela de grande audiência da época.

O desafio da Rede Globo era lançar um jornal que criasse uma cultura telejornalística de impacto e de grande audiência, que apresentasse características do mercado brasileiro, sem perder de vista um contexto mundial. Foi com essas especificações e desejos que foi ao ar, pela primeira vez, em 1969, o jornal que seria líder do segmento até hoje - o Jornal Nacional (JN).

A escolha de Rede Globo e de seus telejornais diários tem muito a ver com características históricas e hegemônicas da emissora, visto que, desde sua fundação no Brasil, envolveu-se diretamente nos rumos políticos do país, outorgando a si o papel de principal fonte informativa política e, sobremaneira, o papel de especialista em decupar essa informação de maneira mais “clara”. Casos emblemáticos, como a manipulação do último debate na campanha presidencial em 1989, levando o então candidato a presidência da república Fernando Collor de Melo à virada sobre o atual presidente Lula, mostram-nos indícios dessa forte inserção da Globo nos rumos políticos do país.

Sobre esse episódio Porcello (2008) traz:

A Globo assumiu uma posição de franco favorecimento ao primeiro candidato eleito com o voto direto depois do regime militar. Em 1989, ela apoiou de forma ostensiva o candidato Fernando Collor de Melo. Desde que ele assumiu como governador de Alagoas, em 1987, passou a ter cobertura nacional da emissora (PORCELLO, 2008, p.56).

É nesse esforço de entender a cobertura da TV aberta, que se insere o estudo sobre a cobertura cotidiana da política, que pretendemos analisar da TV Globo, em específico seus telejornais noturnos diários, o Jornal Nacional e o Jornal da Globo. Em seguida faremos uma breve descrição histórica e um relato do formato e do público dos mesmos.

### 2.4.1 Jornal Nacional e Jornal da Globo: a história do telejornalismo no ar

“Jornal Nacional” e “Jornal da Globo” constituem hoje, ao nosso olhar, as duas principais frentes da cobertura política da Rede Globo de Televisão. Mesmo constituindo dois jornais de longa data na cobertura nacional da emissora, as questões de investimento, horários, linguagem, formato, público promovem grandes diferenças entre os dois. Sobre essas diferenças Willian Waack, renomado jornalista brasileiro, e âncora do Jornal da Globo afirma:

São produtos bem diferentes, voltados para públicos diferentes. O jornal da Globo, do ponto de vista jornalístico, é um produto de alta classe, voltado para o melhor segmento do público, que tem mais poder aquisitivo e escolaridade. É um público que exige análise e opinião (VENCESLAU *apud* PORCELLO, 2008, p.57).

Contudo, o mesmo jornalista reconhece a maior importância do Jornal Nacional no telejornalismo brasileiro, destacando ainda o aspecto “colossal” de sua redação (PORCELLO, 2008).

Os significativos estudos sobre o Jornal Nacional (JN) apresentam sempre um ponto em comum, o de identificar a sua história de um quase diário oficial, desde sua fundação em pleno regime militar. Era comum mesmo na roda de jornalistas, a referência ao jornal “Diário Oficial da TV” (BRICKMANN *apud* LIMA, 2001, p.255) ou “escola de jornalismo subserviente” (BARROS E SILVA *apud* LIMA, 2001, p 255).

O Jornal Nacional foi ao ar pela primeira vez no ano de 1969, a TV Globo e equipe de jornalistas da casa conseguiram, em pouco tempo, transformá-lo no jornal brasileiro mais importante e com os maiores índices de audiência. Milhares de lares brasileiros estão com seus televisores ligados no horário, habituados a acompanhar as “principais” notícias do Brasil e do mundo. O Jornal Nacional<sup>15</sup> se mantém, há

---

<sup>15</sup> Números do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa) do primeiro Bimestre de 2009, o jornal atingiu 31 pontos de audiência (onde 1 ponto equivale a 52,3 mil telespectadores de São Paulo, cidade onde ela é aferida) números significativos mesmo com a perda de 28% do seu público na última década. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/artelazer,jornal-nacional-perde-28-de-ibope-em-uma-decada,337003,0.htm>. Acesso em 20 de março de 2009.

décadas, como telejornal mais visto pelos brasileiros de segunda a sábado, mesmo com a queda em seus índices de audiências na última década.

Em seu histórico, consta que Hilton Gomes ao lado de Cid Moreira formou a primeira dupla de âncoras do jornal transmitido todas as noites, com exceção de domingo, na rede Globo de Televisão. Contudo, a dupla mais marcante se deu com a saída de Hilton Gomes e a entrada de Sérgio Chapelin, ao lado de Cid Moreira, como novo âncora do jornal. Celso Freitas, hoje na Rede Record, assume o lugar de Chapelin, que, anos depois retornava. Depois de muitos anos, sob o comando Cid Moreira e Sérgio Chapelin, no ano de 1996, o novo diretor de Jornalismo, Evandro Carlos de Andrade, substitui a bancada. Entram William Bonner e Lillian Witte Fibe,<sup>16</sup> que após dois anos, dá lugar a Fátima Bernardes, esta, junto com o próprio Bonner, forma até hoje, a dupla de âncoras do Jornal.

O Jornal Nacional foi pioneiro em diversos aspectos, no telejornalismo brasileiro, foi o primeiro telejornal a entrar no ar ao vivo, com Glória Maria, mostrando o fluxo de carros no Rio de Janeiro. Instituiu sempre primeiro as novas tecnologias na cobertura telejornalística na busca do “tempo real”, como por exemplo, passou a fazer edição em VT, ganhando muito tempo em relação aos antigos filmes 16 mm, que precisavam ser revelados. De modo geral, essas mudanças no ano de 1996 estão associadas também à discussão, de maneira simplificada, da queda de audiência e diminuição hegemônica do telejornalismo da Rede Globo. Porto (1997) fala de uma tentativa de “um jornalismo mais ativo e independente que seria capaz de construir uma nova imagem para rede. O principal objetivo dessa estratégia seria mudar a reputação negativa da Globo como uma rede pró-governo” (PORTO, 1997, p.16).

Depois de diversas formatações de cenário e de tecnologias no estúdio, o JN sai do estúdio e passa a ser apresentado de dentro da redação. O telespectador pode ver a equipe envolvida na realização do telejornal, tanto na abertura quanto no início e fim de cada bloco. Tal expediente pode ser apreendido como uma proposta que tenta passar para dentro da casa do público a própria redação do Jornal Nacional, numa tentativa intimista, o que Serelle (2008) define como uma metatevê. “O princípio da metatevê, (...), é a orientação para o código, direcionamento este que

---

<sup>16</sup> Com a chegada de Lillian Witte Fibe para formar dupla com Bonner, os âncora tiveram mais voz e visibilidade (PORTO,2002)

deve ser compreendido em espectro amplo, que abrange desde o foco nos processos produtivos dessa mídia (operações de ordem técnica, rotinas profissionais, lógicas de transmissão etc.) ao desnudamento de modos e estratégias do narrar televisivo, sem que essa consciência da enunciação desconsidere os enunciados propagados naquele ambiente” (SERELLE, 2008, p.4-5). Ainda nesse sentido de acordo com o autor, pode se dizer que:

A televisão materializou seus dispositivos técnicos aos olhos do espectador. A visibilidade dada, nesse processo, por exemplo, aos microfones, câmeras e, no caso dos telejornais, à redação – que parece executar suas atividades numa subcena em relação ao plano dos apresentadores – é apenas indício que conduz ao reconhecimento da presença da mídia e de suas rotinas de produção, em oposição a uma noção de apresentação direta da realidade (2008, p.2).

O *JN* tem, sem dúvida, grande influência na família brasileira, a política é abordada, assim como todos os fatos que merecem destaque nos critérios de noticiabilidade, outorgando ao jornal o papel de carro-chefe da emissora. Ganhando inclusive, um livro em comemoração aos seus 35 anos (*Jornal Nacional: a notícia faz história*).<sup>17</sup>

O *Jornal Nacional* é também o telejornal nacional com maior prestígio no mercado publicitário, chegando a ter os comerciais diários mais caros da televisão brasileira, fortalecendo ainda mais a Globo no contexto de disputa por sua hegemonia.

Em meio a essa grande importância do *JN*, o que nos interessa saber é como ele faz a cobertura política cotidiana. Que não é só de política que vive a esfera de visibilidade pública brasileira, não seria nenhuma novidade, porém, a política nesse contexto, ocuparia um lugar bem menor do que o senso comum pode imaginar. Sabendo da importância da política para a sociedade, imagina-se que ela faça parte de um grande contingente de notícias dos telejornais. Como mostra Gomes na citação a seguir:

---

<sup>17</sup> BONNER, Willian, *Jornal Nacional: a notícia faz história*. São Paulo: Editora Globo, 2009.

Quando se trata da oferta noticiosa que privilegia a informação sobre fatos de interesse social estritos, a chamada *hard news*, em contraste com a informação sobre os fatos de interesse social geral (os fatos interessantes que constituem as *softs news*), imaginamos que o centro de todo o processo esteja na editoria de política. E que as notícias de política, *sensu stricto*, e de interesse social com implicação política constituam o centro de visibilidade pública. A rigor pelo menos do ponto de vista quantitativo, isso não acontece (2008, p.8).

De acordo com Gomes (2008)<sup>18</sup>, apenas 15,56% do Jornal Nacional é dedicado às notícias políticas e, a rigor, grande parte dessas notícias de política seriam uma espécie de sub-classe das notícias de interesse social e, somente assim, nesses termos, ela alcança pelo menos no JN, maior espaço ou localização mais nobre.

Nesse mesmo estudo sobre a *Audioesfera Política*, Gomes (2008, p.12) define assim as matérias de política no Jornal Nacional:

Matérias sobre assuntos tipicamente políticos. O seu objeto é “o que fazem os que são responsáveis pelas coisas que são do seu interesse enquanto cidadão”. Inclui-se aqui: a) a cobertura do governo (o governo legislador, a agenda do presidente, a cobertura da Administração Pública, a cobertura do presidente na função de Chefe de Estado); b) a cobertura do destaque do Legislativo (i. agentes do Legislativo apanhados em conduta inapropriada; ii. agentes do Legislativo em sua função de fiscalização social ou de fiscalização política; iii. procedimentos e disputas relacionadas à produção de leis; iv. o jogo político em i, ii ou iii, inclusive na sua luta pela opinião pública; v. hostilidades entre governo e oposição materializadas como luta pela opinião pública e caracterizada como conflitos de interesses políticos ou, eventualmente, eleitorais; c) a cobertura das agências políticas (partidos, movimentos sociais, atividades sindicais com implicação política, atos do Judiciário) com alcance ou consequência sobre o campo político.

Sobre essa diluição da cobertura política do Jornal Nacional, Guazina diz:

Ao omitir acontecimentos políticos e diluir a cobertura política dentro de uma cobertura de variedades e *show business*, com uma escolha voluntária de critérios de noticiabilidade vinculados ao espetáculo e ao interesse humano, o Jornal Nacional, mudou para continuar o

---

<sup>18</sup> A amostra das pesquisas realizadas por Gomes constitui-se na coleta das falas dos atores políticos de 100 edições consecutivas do Jornal Nacional, do segundo semestre de 2007, situadas entre 27 de Agosto a 20 de Dezembro, constituindo um *corpus* total de 50 horas, 25 min e 13 segundos do telejornal.

mesmo: mantendo seu padrão de prática jornalística oficialista, lucrando retorno financeiro e capital político (2006, p.173).

Paralelo ao crescimento do JN surge também no dia 2 de abril de 1979, ano em que a Rede Globo comemorou o seu 14<sup>o</sup> aniversário, o Jornal da Globo, um noticiário de fim de noite que aparecia repleto de análises, reportagens mais longas, séries e entrevistas de estúdio. As informações internacionais eram apresentadas diretamente de Londres e Nova York, e o tempo de duração do programa era sempre determinado pela principal entrevista do dia, com o mínimo de 30 minutos. Fábio Perez era o editor-chefe e Sérgio Chapelin, o apresentador, o programa contava ainda com a participação de repórteres especiais, analistas e entrevistadores.

Em agosto de 1982, o Jornal da Globo passou a ser apresentado de segunda a sexta, às 23h15, e sofreu uma pequena mudança no formato. Um dos blocos do jornal passou a se dedicar à análise da notícia mais importante do dia. Pequenas entrevistas ao vivo complementavam material gravado sobre o assunto. Renato Machado, Belisa Ribeiro e Luciana Villas Boas formavam o “time” fixo do telejornal, Carlos Monforte também fazia parte da equipe como comentarista. Em seus 30 minutos de duração, o *JG* falava de política, economia e cultura, no Brasil e no mundo, e também começou a abrir espaço para o esporte.

Em 1993, Lílian Witte Fibe voltaria à Globo, depois de dar lugar a Fátima Bernardes no Jornal Nacional, assumindo o posto de âncora do JG. Com essa chegada, o telejornal manteve o nome, mas mudou o conceito. Lílian era também editora do jornal, tendo autonomia para decidir e fazer comentários sobre determinados assuntos, quando necessário. Foi à primeira vez, também, que a Globo transmitiu um jornal de São Paulo. Num novo estúdio, três câmeras, sendo que apenas uma fixa, se movimentava sobre trilhos ou guias, num recurso inédito do telejornalismo brasileiro. O cenário, projeto de Alexandre Arrabal, era baseado na alegoria do dinamismo da notícia. A intenção era dar a sensação de amplitude e movimento.

Quanto ao conteúdo, o Jornal da Globo passou a priorizar notícias de Brasília e a prestação de serviços na área econômica e política. Alexandre Garcia (política),

Joelmir Beting (economia), Juca Kfourri (esporte) e Paulo Francis (Nova York) passaram a atuar como colunistas fixos do Jornal.

Depois o jornal passou por uma série de mudanças de bancada, como Sandra Annenberg, atualmente no Jornal Hoje, e Ana Paula Padrão, hoje apresentando o principal jornal do SBT, ao lado de Carlos Nascimento, também ex - Globo. Desde maio de 2005, o jornalista Erick Bretas é o editor-chefe do JG. O jornal passa a ter como comentaristas fixos Carlos Alberto Sardenberg e Arnaldo Jabor.

Atualmente William Waack e Christiane Pelajo dividem a bancada do telejornal, desta maneira, realizam um projeto antigo do jornalismo da TV Globo, que é o de contar com uma dupla de repórteres na bancada para dar uma sensação de mais dinamismo a todos os seus telejornais diários.

O Jornal da Globo, apesar de ter uma audiência considerável para o horário, ainda foi pouco visado pelo meio acadêmico, mas por ter um forte escopo político e econômico, acreditamos ser muito importante para o nosso estudo.

### **3 DA COBERTURA COTIDIANA DE POLÍTICA INSTITUCIONAL NO JORNAL NACIONAL E NO JORNAL DA GLOBO**

Neste capítulo, traremos inicialmente, as considerações metodológicas da pesquisa, apresentando, as categorias de análise, para realização da pesquisa empírica, sobre as coberturas cotidianas da política realizadas pelos Jornal Nacional e Jornal da Globo. Em seguida, são apreendidos e analisados os principais resultados da pesquisa.

#### **3.1 Caminhos metodológicos**

Para aferir o que e como se cobre a política no cotidiano da cobertura de política institucional do Jornal Nacional e do Jornal da Globo, fizemos fazer uma análise conjugada de elementos que têm sido apontados como fundamentais para exame da cobertura política: (1) a visibilidade dos assuntos e fatos políticos; (2) Os enquadramentos recorrentes das temáticas mais abordadas sobre política. (3) os critérios de noticiabilidade empreendidos pelos telejornais, podendo, a partir daí, também se perceber as diferenças da cobertura política dos dois telejornais, considerando que pertencem a uma mesma emissora, mas possuem públicos distintos.

A identificação do primeiro elemento: a medição da visibilidade alcançada por determinados fatos políticos em cada telejornal analisado, será feita a partir de uma divisão dos soundbytes da cobertura política em relação ao tempo total de duração do telejornal (GOMES, 2008). Gomes, em sua pesquisa, analisa a fala direta (não mediada por jornalista) do ator político. Entretanto, em nosso trabalho, propomos considerar todas as falas – do ator político, do repórter, do apresentador e do comentarista - que abordam a política institucional, quantificando os seguintes gradientes:

- 1 Posição da matéria nas partes do jornal, o que antecede e sucede a matéria e bloco em que está posicionada;
- 2 Quantidade de notícias sobre política;
- 3 Formato das matérias;
- 4 Verificar temas abordados;
- 5 Duração das abordagens.

Para configurar aquilo que é de natureza política, foram consideradas todas as notícias relacionadas às instituições formais de poder público: executivo, legislativo e judiciário.

Num segundo momento, verificamos os critérios de noticiabilidade empreendidos por cada telejornal, pautados pelos interesses da mesma emissora que os transmite. Isto só foi possível a partir de uma análise de enquadramentos, conforme proposta por Entman (1993) e Guazina (1998) e Porto (2002) acerca dos temas abordados.

Assim, as diferenças entre as coberturas foram mensuradas pela densidade da abordagem (comentários de especialistas e declarações dos atores públicos políticos), pelo tempo destinado em cada telejornal para os assuntos políticos e pela análise de enquadramento e de noticiabilidade.

Para realizar a comparação desses três elementos, selecionamos como corpus de pesquisa dez dias ou duas “semanas compostas” de segunda a sexta, de cada telejornal proposto, no período de maio a setembro de 2009. A seguir trataremos dos modelos de análises escolhidos.

### **3.1.1 Agendamento (Agenda-setting)**

Tratamos inicialmente de “agenda-setting”, a partir da constatação de que fica difícil trazer a teoria do enquadramento (framing) que será utilizada na análise do

material selecionado, sem antes discutir o agendamento, que é complementar no entendimento mais coeso da nossa opção pelo framing.

A mídia influencia, por meio de sua capacidade simbólica, o grau de atenção que o público dedica a determinados temas expostos aos interesses coletivos. Pioneiramente, Bernard C. Cohen, já havia apontado em 1963, para a capacidade da mídia de estabelecer uma agenda, quando afirmou, referindo-se a imprensa: “a maior parte das vezes a imprensa não tem êxito dizendo às pessoas o que hão de pensar; mas tem sempre êxito dizendo aos seus leitores aquilo sobre que hão de se pensar” (SAPERA *apud* GUAZINA, 1998, p.18) .

Anos depois, em 1972, McCombs e Shaw definiram mais precisamente a hipótese do agendamento em seus estudos. McCombs escreveu que a “idéia básica da agenda afirma a existência de uma relação direta casual entre o conteúdo da agenda da mídia e a subsequente percepção pública de quais são os temas importantes do dia” (GUAZINA, *op.cit.* p.18). O pressuposto fundamental da hipótese, como afirmou Shaw, é que “a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo pelos *mass media*” (WOLF, 1999, p. 128).

Com o agendamento, redescobriu-se o poder de longo prazo que a mídia exerce na construção das agendas públicas e políticas, definindo os mapas cognitivos que orientam a tomada de decisões cotidianas dos indivíduos e na determinação das áreas de atuação do poder público (TRAQUINA, 1995).

É importante ressaltar, como fez Wolf, que a hipótese de agendamento é mais “um núcleo de temas e de conhecimento parciais” (*op. cit.*, p.128) que foi incorporando novas elaborações, ao longo dos anos, a partir de inúmeras pesquisas empíricas, sedimentando-se com as contribuições de inúmeros pesquisadores. Apesar da clareza conceitual, diversos estudos enfrentam, dificuldades de ordem metodológica, para a comprovação da hipótese, razão pela qual alguns conceitos, como o de enquadramento, vieram à tona e foram aprofundados.

Sem desconsiderarmos os limites teóricos e aspectos metodológicos que ainda envolvem o conceito, o mais importante para a nossa pesquisa é que o agendamento indica que a mídia atua na escolha dos temas (notícias) que farão

parte da agenda dos indivíduos e, portanto, na construção da imagem da realidade que os estruturam.

Nas décadas de 1980 e 1990, numa espécie de ‘refinamento’ das pesquisas sobre agendamento, alguns estudos apontaram que, além da mídia poder agendar os temas sobre os quais iremos pensar, a mídia nos diz como devemos pensar sobre estes mesmos temas estabelecidos na agenda.

Este ‘como’ nos é dado pelo conceito de enquadramento (framing) (MCCOMBS, 1993). Pode-se considerar que as análises de enquadramento são herdeiras das pesquisas de agendamento, na medida em que aprofundam o conceito em direção ao poder de seleção e/ou omissão de temas, que está implícito na possibilidade da mídia agendar. Por esse motivo, em nossa análise dos telejornais da Rede Globo, que selecionamos, além do exame de quais assuntos políticos ganharam visibilidade, optamos, também, por observar os enquadramentos dados a estes. A seguir abordamos a análise de enquadramento.

### **3.1.2 Enquadramentos (framing)**

Um salto metodológico das pesquisas quantitativas se dá com o conceito de enquadramento (framing); este viabiliza avanços sobre agendamento e representa um passo importante na tradicional *análise de conteúdo* das mensagens da mídia. A identificação de um enquadramento requer um persistente acompanhamento de longo prazo da cobertura de temas selecionados até a identificação de um padrão de tratamento das notícias.

Um dos precursores dessa metodologia, Entman, afirma, no seu artigo “Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm” (1993, p. 51), que:

O conceito de enquadramento oferece um caminho consistente para descrever o poder do texto comunicativo. A análise de quadros (frame) esclarece a maneira precisa pela qual é exercida influência sobre a consciência humana pela transparência (ou comunicação) de

informação de um lugar – como discurso, fala, notícia ou romance – para essa consciência.

No entanto, enquanto Entman entende/insere o conceito de enquadramento dentro do contexto de atuação da mídia, outro autor, Norris (1997), argumenta que a idéia de enquadramento está ligada à atuação dos profissionais de jornalismo. Norris, em seu artigo a respeito da cobertura da mídia sobre política externa norte-americana pós - Guerra Fria, parte da noção de que as pessoas possuem um esquema cognitivo que organiza seus pensamentos, em ligação com suas crenças, atitudes e valores. No caso dos jornalistas, o enquadramento guiaria a seleção, interpretação e avaliação das novas informações, encaixando-as dentro de categorias familiares (conhecidas) no momento de construção das notícias.

Diríamos que o enquadramento seria uma forma de “simplificar”, “priorizar” e mesmo “estruturar” a narrativa, utilizando-se de alguns recursos, como: conceitos-chave, frases feitas e imagens estereotipadas de maneira a reforçar uma determinada interpretação. A essência mesma do enquadramento está na seleção do que priorizar (fatos, eventos, pontos-de-vista) mais do que outros, a fim de promover a interpretação construída por quem fez a notícia (NORRIS, 1997, 276; GUAZINA, 1998)

Ainda que não trabalhe com a noção de enquadramento, M. Schudson (*apud* TRAQUINA, 1993) contribui para melhorar o entendimento do que pode significar o poder da mídia em atribuir interpretações ao que é noticiado. Em sua análise sobre cobertura feita pela televisão dos discursos do “State of the Union” (apresentados pelos presidentes norte-americanos anualmente no Congresso), ele afirma que a influência da mídia “não está só (nem principalmente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras, mas no seu poder de fornecer as formas nas quais as declarações aparecem” (TRAQUINA, 1993, p.11), vale dizer, na maneira em que são “enquadrados”.

De acordo com a definição de Entman *apud* Guazina (1998, p.52), basicamente, a noção de enquadramento envolve seleção, omissão e saliência de determinados fatos ou informações. Assim, “enquadrar é selecionar certos aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes no texto da comunicação, de tal forma a promover a definição particular de um problema, de uma interpretação

causal, de uma avaliação moral, e/ou a recomendação de tratamento para o tema descrito. Enquadramentos, tipicamente, diagnosticam, avaliam e prescrevem”.

Segundo o mesmo autor, ao salientar determinada informação, a mídia está tornando-a mais noticiável, significativa ou memorável para a audiência, por meio do uso de determinados recursos como a repetição ou a associação com os símbolos culturais familiares.

Entman, ressalva, ainda, que a principal contribuição desse conceito é a possibilidade de compreender como as pessoas entendem, lembram e baseiam suas ações, a partir da maneira com que as notícias foram construídas. “O enquadramento, diz ele, determina se a maioria das pessoas percebe e como elas compreendem e lembram um problema, da mesma forma que determina a maneira que avaliam e escolhem a forma de agir sobre ele” (ENTMAN, 1993, p.54)

Entman aponta para o entendimento de enquadramento. Diz ele: “da perspectiva de um enquadramento, significado dominante consiste no problema (causal, avaliativo) e nas interpretações com maior probabilidade de serem percebidas, processadas e aceitas por mais pessoas” (op. cit. p.56).

O entendimento por parte da audiência seria formado, não só a partir do conteúdo informativo das reportagens, mas também, envolveria os comentários, chavões e metáforas do texto (GAMSOM & MODIGLIANE, 1989).

É sabido, no entanto, que a audiência não recebe passivamente as mensagens da mídia<sup>19</sup>, e os enquadramentos, ademais, tendem a obscurecer as informações que deles destoam, na medida em que chamam a atenção para alguns aspectos da realidade (que se transformam em dominantes), em detrimento de outros elementos.

Weaver reforça, ainda, essa noção de um recebimento de um enquadramento dominante por parte da notícia, no caso específico referindo-se a estrutura dos telejornais: “[...] os telejornais tendem a apresentar uma interpretação única e

---

<sup>19</sup> “Vale explicar, de forma simplificada e breve, o modelo de ‘encoding/decoding’ de S. Hall(1973/1980), que nos mostra como os momentos de codificação da mensagem pela mídia e da decodificação pela audiência não são necessariamente equivalentes. Assim, apesar dos significados dominantes e preferências decodificados pela maioria da audiência, abre-se a possibilidade dos receptores decodificarem a mensagem de maneira diferente, em determinadas circunstâncias, até mesmo oposta ao emissor. O estudo gerou uma tradição que reconhece o papel ativo da audiência na recepção das mensagens, embora ocorra, em muitas pesquisas, uma valorização exagerada do poder dos receptores na produção de significados” (GUAZINA, 1998, p. 84)

unificada dos acontecimentos do dia como um todo” (TRAQUINA, 1993, p. 298). O autor aponta também para o fato das notícias serem uma organização do acontecimento pelos jornalistas. Na hora de se fazer e apresentar as notícias, se contextualizam os acontecimentos, enquadrando-os sob determinada perspectiva.

Vários autores utilizaram o conceito de enquadramento em análises específicas da vida política (IYENGAR, 1991/1994; HALLIN e MANCINI, 1984/1993). Lembremos, por exemplo, Hallin e Mancini, que, em seu estudo sobre a cobertura televisiva norte-americana e italiana durante a viagem do então presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan à Itália em 1982, mostraram que a mídia atuou como ‘ativa construtora de significado’ do que é a própria política em cada país.

Segundo os autores, “mesmo ao refletir a sociedade, os media enquadram-na: eles refletem para a sociedade não apenas acontecimentos, não apenas uma realidade imediata, mas um conceito particular de política encamada na vida política dessa sociedade” (TRAQUINA, 1993, p.311).

Em termos metodológicos, enquadramentos podem ter pelo menos quatro *loci* no processo de comunicação: (1) o comunicador; (2) o texto; (3) o receptor; (4) a cultura.

Nesta dissertação, estamos interessados prioritariamente no enquadramento que se realiza em nível do texto jornalístico. Compartilhamos da idéia enfatizada por Bourdieu, no livro sobre a televisão (1997), de que “[...] paradoxalmente, o mundo da imagem é dominado pelas palavras. A foto não é nada sem a legenda que diz o que é preciso ler (...). Nomear, como se sabe, é fazer ver, é criar, levar a existência” (BOURDIEU, 1997, p.26).

Partimos do princípio de que o texto expressa a intenção consciente dos que desfrutam da posição de poder selecionar – e, portanto, omitir – o que é notícia. Segundo Entman (1993, p.54), a maioria dos enquadramentos é definida por aquilo que eles omitem da mesma forma por aquilo que eles incluem. O autor vai mais longe e ressalta que as omissões podem ser tão críticas para conduzir as audiências, quanto as inclusões.

Já no que diz respeito aos tipos de enquadramento que se localizam no texto, estes podem ocorrer, a princípio, de duas formas: “involuntária” e “voluntária” (GUAZINA, 1998, p.22).

O involuntário vem da idéia de se realizarem no âmbito de sua subcultura jornalística existente que incorpora determinados pontos-de-vista como naturais, e que são seguidos pelos profissionais na realização das matérias.

Hackett (1993), em texto que discute a parcialidade da mídia, defende, ao expor as possibilidades de enquadramento da cobertura televisiva norte-americana em relação ao conflito em El Salvador, que o ato de enquadrar “não é necessariamente um processo consciente por parte dos jornalistas; pode muito bem ser o resultado da absorção inconsciente de pressuposições acerca do mundo social no qual a notícia tem que ser embutida de modo a ser inteligível para o seu público pretendido” (HACKETT *apud* TRAQUINA, 1993, p. 121).

Para Gitlin (1980), os interesses econômicos e políticos das empresas de mídia, certamente norteiam as rotinas do, e faz parte da rotina dos jornalistas selecionar certas versões da realidade em detrimento de outras. Episodicamente, em momentos de crises políticas ou de mudanças em larga escala do quadro geral da ideologia hegemônica, os proprietários e editores intervêm diretamente para que as rotinas prevaleçam, numa forma também de manter os enquadramentos dominantes.

O autor vai ainda mais longe e afirma que, apesar de haver a possibilidade de que as rotinas possam apresentar enquadramentos alternativos ao dominante, eles são estruturados dentro de caminhos nos quais os profissionais foram socializados e treinados, desde a infância até seu ambiente de trabalho, onde os jornalistas aprendem a subcultura que envolve a profissão, com definições ‘formatadas’ da objetividade e do que é notícia. (GUAZINA, 1998)

Os enquadramentos voluntários que se localizam no texto podem ocorrer como fruto da decisão editorial deliberada, dos que estão em posição de exercer tal poder, sejam chefes ou editores de redação, ou mesmo os próprios donos dos meios de comunicação.

Decide-se que certas instituições, fatos e/ou pessoas serão ou não pautados e sob qual enquadramento. E decide-se ainda de que forma as notícias serão tratadas, de forma positiva ou negativa, de maneira enfática ou esvaziada.

As particularidades brasileiras, em que interesses político-econômicos de organizações da mídia têm influenciado historicamente a cobertura jornalística em

momentos decisivos da vida nacional, distanciam de nossa realidade as análises dos pesquisadores norte-americanos que enfocam, sobretudo, o tipo de enquadramento involuntário (LIMA, 2001).

Em nossa pesquisa, buscaremos os enquadramentos recorrentes de cada uma das temáticas mais abordadas nos telejornais, e delimitaremos o quanto da cobertura é destinado a cada um deles, na abordagem dessas temáticas. Ou seja, procuramos delimitar as possíveis formas de se enquadrar determinada temática e observar quanto cada jornal dedica a essa forma de enquadrar a notícia. Por fim, analisaremos os critérios de noticiabilidade adotados por cada um deles.

### **3.1.3 Noticiabilidade**

No segundo capítulo, quando realizamos algumas considerações sobre o jornalismo político e mais especificadamente sobre o telejornalismo político, abordamos os critérios de noticiabilidade empreendidos no telejornalismo brasileiro, aspectos conceituais e sua inserção no dia-a-dia do exercício da cobertura diária. Nesse momento, traremos algumas considerações sobre o tema numa vertente mais metodológica.

Tudo aquilo que é considerado notícia, ou não, do que é selecionado ou do que é descartado, é o que se denomina de critério de noticiabilidade. Partindo disso, pode-se emergir a questão: o que se configura como notícia? Traquina (2002), Wolf (1987/1999) e outros importantes autores apontam a seguinte questão como central do jornalismo: Nessa questão estão implícitos alguns fatores que envolvem a produção jornalística, tais como o tempo, as rotinas de produção, a disputa entre os concorrentes, dentre outros.

Ainda nesse sentido, Wolf (1999, p.168) afirma que “a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de entre um

número imprevisível e indefinido de fatos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias”.

Os diversos dispositivos (jornais impressos, revistas, televisão, rádio, internet) moldam de alguma maneira as possibilidades de os jornalistas escolherem diariamente quais acontecimentos serão transformados em notícia, garantindo o fluxo rotineiro, organizando seus programas e/ou matérias dentro dos limites do tempo e do espaço que é disponibilizado.

No caso da televisão, as próprias divisões em temas e quadros diferenciados (esporte, política, geral, mundo, cultura, comportamento, saúde, etc) e também a distribuição de repórteres por setores (Câmara dos Deputados, Palácio do Planalto, sedes dos governos estaduais, assembleia legislativa, etc), e ainda o apontamento diário na pauta, que é distribuída aos repórteres, são: “formas arbitrárias de manter certa ordem sobre o tempo e o espaço que se cristalizaram na rotina de produção jornalística e que permitem que em qualquer dia se produzam notícias, ou pelo menos acontecimentos ‘noticiáveis” (GUAZINA, 1998, p.29).

Wolf (1999, p. 167-168) cita o trabalho de Tuchman (1977) para listar algumas “obrigações” que os acontecimentos devem preencher, para que os meios de comunicação tenham condições de os transformarem em notícia, tais como reconhecimento (pelos jornalistas) de que aqueles fatos são noticiáveis – dentro dos moldes da rotina de produção da notícia - e de que podem ser organizados temporal e espacialmente, de uma forma planejada e que podem ser elaborados dentro das formas específicas de se relatar.

Destacamos, ainda que a avaliação dos acontecimentos é feita, também, com base na possibilidade que o fato apresenta em relação às várias fases do processo de produção da notícia, ou seja, a avaliação do que será selecionado parte de uma perspectiva de uso prático do material - se tem por exemplo boas imagens para a matéria.

Com a intenção de não desfigurar e/ou desconsiderar os inúmeros detalhes e implicações de trabalhos de diversos autores da área a respeito do conceito de noticiabilidade, importa-nos, nesta pesquisa, saber que os critérios de noticiabilidade podem ser expressos nos valores-notícia (também já abordados no capítulo 2) que

os acontecimentos devem apresentar para se tornar notícia no telejornalismo político da Rede Globo de Televisão.

Estes valores são qualidades dinâmicas dos acontecimentos, relacionadas com (1) o conteúdo próprio do acontecimento, (2) com a disponibilidade do material (se tem, por exemplo, boas imagens para tevê), (3) a apresentação junto ao público e (4) a concorrência.

Levando em consideração estes quatro fatores mencionados acima, Guazina (1998, p. 78) chega aos valores (ou regras práticas) que, de maneira geral, são aprendidos nos cursos de jornalismo e reproduzidos nas redações na hora de selecionar o que é “interessante, significativo e relevante”, para se tornar notícia, a saber: (a) atualidade (o que há de novo por excelência), (b) impacto (ou proximidade junto ao público), (c) imprevisibilidade (pode ser tanto o que altera a rotina quanto o desvio, o negativo, o extraordinário, inusitado, a inversão de papéis, ou escândalos; (d) interesse humano (e) qualidade da história e (f) furo da concorrência. Assim, cada acontecimento é avaliado em termos de apresentação de um ou mais desses valores.

Bourdieu (1997, p.25-27) chama atenção para o que classificou de “óculos” dos jornalistas: a maneira peculiar, a partir do qual os profissionais “vêm certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem”. Argumentando criticamente, aponta para o valor do extraordinário na seleção das notícias, na medida em que este valor serve para conseguir o furo na disputa entre concorrentes do mesmo mercado, produzindo um círculo de banalização do noticiário. Diz Bourdieu que “eles (os jornalistas) se interessam pelo extraordinário, pelo que rompe com o ordinário, pelo que não é cotidiano. (...) mas o extraordinário é também, sobretudo, o que não é ordinário em relação a outros jornais. (...) É uma limitação terrível: a que impõe a perseguição ao furo.” Para o autor, na busca pela exclusividade, os diferentes meios acabam por copiarem uns aos outros, resultando na uniformização e banalização.

Essa fala de Bourdieu é um fator atenuante de nossa pesquisa, já que procuramos justamente o que é o ordinário (cotidiano) da cobertura telejornalística da política nacional.

## **3.2 Iniciando a análise e expondo as fases da pesquisa**

### **3.2.1 A primeira fase**

A meta principal da primeira fase da pesquisa foi conseguirmos nos aproximar metodologicamente do objeto de nossa análise: as edições gravadas do Jornal Nacional e do Jornal da Globo, no períodos de 11/05 a 18/09 do ano de 2009.

Nesta fase, buscamos verificar, por meio da amostragem acima, qual era o tempo dedicado, em cada telejornal, a cobertura dos três poderes, alocação dessa inserção em cada bloco e duração total da cobertura cotidiana de cada um deles. Nossa hipótese de trabalho era de que mesmo vendo em Bourdieu (1997) a tendência ao extraordinário na cobertura jornalística (1) existe, sim, uma cobertura cotidiana (ordinária) relevante dos assuntos políticos que não segue em princípio duas fortes tendências facilmente observadas do telejornalismo político, a cobertura eleitoral e de escândalos políticos. E (2) mesmo pertencendo a uma mesma emissora os assuntos políticos têm maior relevância e tempo no Jornal da Globo, devido ao seu público, horário e missão na grade horária telejornalística da Globo.

A escolha da amostra do material utilizado nesta primeira fase (edições dos telejornais) obedeceu à técnica de “semana composta”: um dia em cada duas semanas do período corresponderia ao dia de uma semana construída, formando-se duas semanas compostas de segunda a sexta de cada telejornal, a exclusão do sábado do Jornal Nacional, se deu, por não haver edição nesse dia da semana no Jornal da Globo.

Para os telejornais, a amostra foi assim definida: na primeira semana, em abril foi escolhida uma segunda-feira; a terça-feira, passada duas semanas da coleta da segunda-feira foi escolhida e, assim, sucessivamente, até obtermos 10 (dez) edições de cada telejornal, num total de 20 (vinte) edições, o que corresponde a cerca de vinte horas total de gravação.

O calendário de amostra dos telejornais resultante desta escolha ficou da seguinte forma:

Maio	11/05; 26/05
Junho	10/06; 25/06
Julho	10/07; 20/07
Agosto	04/08; 19/08
Setembro	03/09; 18/09

**Tabela 1 – Dias coletados para análise**

Nesta primeira fase, decidiu-se, também, agrupar as notícias de acordo com o formato no qual foram veiculadas e quanto de cada um dos formatos têm-se na programação, utilizando os seguintes critérios: (a) Reportagem – quando uma matéria é apresentada ao vivo ou gravada por um repórter, dentro de uma determinada estrutura padrão de realização de reportagens de TV (com possíveis alterações): *off* (voz do repórter sobre a imagem) – entrevistas – passagem do repórter (fala diretamente para a câmera) – *off* final; (b) Editorial – quando o âncora ou o editorialista – com exceção de eventuais aparições do apresentador fixo – comenta, em nome da empresa, a posição editorial sobre algum assunto; (c) Comentário – quando o âncora, ou um dos apresentadores fixos do Jornal, fazem comentário rápidos após a veiculação de uma matéria, opinando sobre os assuntos, não necessariamente ou explicitamente em nome da empresa; (d) entrevista – quando os apresentadores ou âncoras ou repórter realizam entrevistas ao vivo ou gravadas sobre determinado assunto político; (e) nota coberta – quando os apresentadores ou âncoras lêem nota sobre determinado assunto ao mesmo tempo em que imagens são veiculadas para ilustrar; (f) nota – quando âncoras ou apresentadores lêem notas rápidas sobre determinado assunto político sem utilização do recurso visual.

A identificação do formato de notícia nos auxiliou posteriormente na hora de verificar a ordem de importância dada aos temas políticos, dentro da estrutura de cada telejornal, o que tem implicação no enquadramento e nos critérios de noticiabilidade empregados pelos telejornais.

Uma vez que o conteúdo do noticiário é adaptado à linguagem de cada mídia específica, no caso da televisão, existe uma tendência de que o sentido da edição do telejornal também se dê na disposição do conjunto de matérias. Como lembra Wolf (1999, p.217),

A rigidez do formato (com uma duração pré-estabelecida e estável, uma ordem no esquema pré-fixada e respeitada) acaba por constituir o parâmetro ao qual são adaptados os conteúdos do noticiário; neste sentido, representa o contexto (formal, textual) em que a relevância e o significado das notícias são captados e em relação ao qual são avaliados.

E ele prossegue, adicionando: “é dentro do quadro do formato que opera o mecanismo de adição de sentido ligado à aproximação das notícias entre si, aos critérios de calibragem do ritmo interno do noticiário, às interferências que se podem extrair da ordem em que estão dispostas as próprias notícias” (WOLF, 1999, p. 219).

Neste sentido, vale destacar o que constatou Weaver (1993, p. 67) em sua pesquisa sobre as diferenças entre notícias de jornais e de televisão: “as notícias de televisão são coerentemente organizadas e estreitamente unificadas – e isto é verdade para cada notícia bem como para o conjunto das notícias”.

Além da identificação das características de formato (estrutura dos telejornais e tipo de notícia), fizemos uma detalhada classificação por assuntos e tempo (cronometragem), registrando os dados de acordo com a ordem cronológica que se desenrolava nos telejornais; data da edição; duração do telejornal; cronometragem dos assuntos.

O registro procurou ser fiel à – composição de cada telejornal em cada data, classificando o *assunto*, o *tipo de notícia*, e o *tempo* das informações veiculadas -. Com este conjunto, foi possível elaborar uma classificação das temáticas políticas mais recorrentes.

### **3.2.2 Segunda fase**

Nosso trabalho, na segunda fase, foi analisar o enquadramento dado a cada uma das temáticas mais recorrentes nos jornais averiguados. Assim, de acordo com o

conteúdo de cada edição do telejornal, buscamos identificar quais foram as ênfases (saliências) e/ou omissões apresentadas em todas as matérias analisadas. Com o conjunto de dados quantitativos obtidos e após a detalhada análise dos enquadramentos mais recorrentes, oferecidos pelos dois telejornais à política, realizamos uma observação dos critérios de noticiabilidade utilizados em ambos os telejornais, dentro do período selecionado e, ao final, traçamos uma abordagem comparativa dos dois.

### 3.3 A visibilidade da política Institucional

As tabelas referentes à análise quantitativa da cobertura cotidiana da política observadas no Jornal Nacional e Jornal da Globo, são apresentadas a seguir. A análise das matérias apresentadas pelos telejornais nos ajudaram a mapear a divisão de tempo destinado a cada um dos três poderes, os formatos, posição das notícias e quais as temáticas mais exploradas nesses telejornais. Assim foi possível apreender o que foi noticiado no cotidiano da cobertura política, quando não se tratou de escândalos políticos ou eleições.

A seguir apresentamos na tabela 2 o percentual de notícias destinadas ao Executivo Federal, Legislativo e Judiciário dadas pelo *JN* e pelo *JG* na sua cobertura diária.

<i>Telejornais</i>	<i>Poderes</i>			
	<i>Executivo</i>	<i>Legislativo</i>	<i>Judiciário</i>	<i>Total</i>
<b>Jornal Nacional</b>	34,86%	49, 12%	16,02%	100% <sup>20</sup>
<b>Jornal da Globo</b>	22,43%	64,56%	13,01%	100%

**Tabela 2: Distribuição das notícias destinadas aos diferentes poderes nos telejornais da Rede Globo.**

<sup>20</sup> Lembramos que os 100% aqui correspondem ao total de matérias sobre política institucional, que corresponde a nossa compreensão de política na pesquisa.

Nessa tabela, percebemos nos dois telejornais, o destaque dado aos poderes executivos e legislativo, totalizando mais de 80% das matérias de política institucional, na sua cobertura diária.

Nas tabelas 3, 4 e 5 expostas a seguir detalhamos estas notícias indicando em que momento do jornal é feita apresentação, a sua forma, como também a duração total da cobertura de cada um dos três poderes nos dois telejornais.

Telejornais	Bloco	%	Tipo de Matéria	%	Duração Total
<b>Jornal Nacional</b>	1º	11,1	Reportagem	73,1	19min e 14seg
	2º	31,3	Editorial	5,3	
	3º	38,0	Comentário	8,7	
	4º	19,5	Entrevista	12,9	
<b>Jornal da Globo</b>	1º	17,1	Reportagem	60,3	18min e 10seg
	2º	32,3	Editorial	7,5	
	3º	36,0	Comentário	16,2	
	4º	5,8	Entrevista	10,0	
	5º	8,3	Nota	6,2	

Tabela 3: Distribuição das notícias sobre o Poder Executivo, por bloco, por tipo matérias e tempo de apresentação nos telejornais da Rede Globo.

Telejornais	Bloco	%	Tipo de Matéria	%	Duração Total
<b>Jornal Nacional</b>	1º	17,5	Reportagem	71,6	29min e 20seg
	2º	36,1	Editorial	0,0	
	3º	31,2	Comentário	8,6	
	4º	14,3	Entrevista	15,9	
			Nota	4,0	
<b>Jornal da Globo</b>	1º	17,3	Reportagem	54,9	35min e 19seg
	2º	41,1	Editorial	4,0	
	3º	25,2	Comentário	22,2	
	4º	14,9	Entrevista	10,9	
	5º	1,47	Nota	8,0	

Tabela 4: Distribuição das notícias sobre o Poder Legislativo, por bloco, por tipo matérias e tempo de apresentação nos telejornais da Rede da Globo.

	Bloco	%	Tipo de Matéria	%	Duração total
<b>Jornal Nacional</b>	1º	10,5	Reportagem	85,7	05min e 41seg
	2º	16,6	Editorial	0,0	
	3º	30,2	Comentário	12,3	
	4º	42,7	Entrevista	2,0	
<b>Jornal da Globo</b>	1º	11,2	Reportagem	68,1	07min e 11seg
	2º	13,7	Editorial	0,0	
	3º	34,2	Comentário	18,9	
	4º	32,5	Entrevista	4,3	
	5º	8,4	Nota	8,7	

Tabela 5: Distribuição das notícias sobre o Poder Judiciário, por bloco, por tipo matérias e tempo de apresentação nos telejornais da Rede Globo.

Durante nosso período de análise, o corpo de matérias dos dois telejornais chegou a duzentas e sessenta e duas matérias (262), nas quais, quarenta e nove (49) abordam a política institucional, ou seja, tratam de algum dos três poderes.

A duração diária de cada um desses dois telejornais é em média de 29 minutos e 20 segundos, lembramos que nossa coleta se deu em 10 edições de cada um deles, portanto a duração total das 10 edições ficou em torno dos 292 minutos e 30 segundos.

Com os dados da duração da abordagem dos três poderes nos telejornais averiguados, mostrados nas tabelas acima, percebemos que, durante o Jornal Nacional, 53 minutos e 40 segundos foram destinados ao tratamento de notícias de política institucional (Executivo, Legislativo e Judiciário), equivalentes, portanto, a 18,62% do total do JN. No caso do Jornal da Globo foram destinados 60 minutos e 39 segundos a política institucional, equivalentes a 20,65% do total de matérias do telejornal.

Estes dados nos indicam, ainda, a pouca importância dada aos temas políticos nos Jornais averiguados, no entanto se revelam maiores do que os apurados por Gomes (2008) que apontaram que o *JN* teria em média 15,45% destinados aos assuntos políticos. Esse crescimento se torna ainda mais evidente, porque em sua pesquisa o autor entende política em um sentido mais amplo do que o considerado em nossa pesquisa, e ainda assim nossos dados superam os encontrados por ele.

Outro fator que nos chama atenção é a pouca atenção em termos quantitativos dados ao poder Judiciário na abordagem da política nos telejornais estudados. Percebe-se um evidente privilegiamento da cobertura dos poderes Executivos e Legislativos, o que nos motiva acreditar que a cobertura cotidiana volta seus esforços na cobertura de eleições, uma vez que os constituintes do poder Judiciário não são eleitos de forma direta pela sociedade. E ainda a cobertura dos escândalos políticos, capazes de lhes renderem boas histórias de ruptura de condutas morais e éticas, uma vez que os formadores desses poderes são eleitos pelo povo e de forma mais direta decidem os rumos políticos do país.

Através do levantamento desses dados, percebemos também que as notícias de política estão inseridas com maior frequência no meio da edição de cada

telejornal, localizadas na maioria das vezes entre os blocos dois, três dos telejornais noturnos da Rede Globo. Porém, é preciso perceber que tanto o *JN* quanto o *JG*, quando tratavam do Executivo e Legislativos Federal alocavam com maior frequência nos blocos 2 e 3 (em média 65%) as matérias sobre esse dois poderes, no entanto, quando se trata do Judiciário o bloco dois é substituído pelo Bloco quatro, ou seja, passando mais para os blocos finais dos telejornais. É preciso deixar claro, que apenas esses dados quantitativos da posição das matérias por bloco, não pode revelar a importância dada pelo telejornal ao tema explorado, já que, por exemplo, o esporte está sempre alocado no fim das edições dos telejornais, e isso não sustentaria a ideia de que o esporte não tem importância para os telejornais noturnos da Rede Globo. No entanto, quando o tema esportivo era mais importante e tinha mais ‘apelo social’, como a copa do mundo no Brasil em 2014, ele era deslocado para os blocos centrais da edição, e ainda recebiam comentaristas para abordar o tema. Com o Judiciário não foi diferente, quando abordaram temas com mais apelo dramático, e por tanto, que despertaria mais interesse da sociedade, a matéria era deslocada para o meio das edições. Essa peculiaridade nos faz crer ainda que de maneira cautelosa, que os temas de maior relevância e apelo social são alocados do início para o meio das edições do *JN* e *JG*.

Outro aspecto importante é que o tipo mais recorrente de matérias sobre política institucional, tanto no *JN* quanto no *JG*, explora o formato *reportagem*. Contudo, no *JG*, o formato *comentário* merece não desconsideramos, já que corresponde em média a quase 15% dos formatos da cobertura de política institucional. Esses números vão ao encontro de nossa ideia de que o Jornal Nacional tem um caráter mais informativo, e, portanto, seria o ‘jornal noticioso’ da programação da Rede Globo, nesse sentido seria o que traz as novidades do dia, os temas mais importantes a serem abordados. E com essa exigência jornalística o formato *reportagem*, contemplaria com mais eficiência esse objetivo do *JN*. Já o Jornal da Globo, na continuação dos objetivos da Globo na construção de sua narrativa jornalística diária, seria o encarregado de analisar, de interpretar as notícias do dia, dadas no Jornal Nacional. Daí emerge, a nossa ideia de ser por isso que esse telejornal se utilize mais do formato *comentário*, já que nenhum outro formato abarcaria com mais eficiência esse objetivo da emissora.

Acreditamos que essa fase quantitativa da pesquisa nos deu insumos importantes, capazes de sustentar e mesmo aprofundar a nossa próxima fase da pesquisa em, que utilizados desses números para qualificar essa cobertura diária dos telejornais noturnos da Rede Globo.

### 3.3.1 Temáticas mais recorrentes da cobertura diária da política

O levantamento das temáticas mais exploradas da cobertura política diária dos dois telejornais foi fundamental para subsidiar a etapa qualitativa desta dissertação, já que, a partir desse mapeamento avaliamos quais os enquadramentos mais recorrentes em cada uma delas.

Apresentamos abaixo as tabela 6, 7 e 8 as quais trazem além das temáticas mais recorrentes, o bloco destinado a cada uma delas e os formatos das notícias nos telejornais da Rede Globo de Televisão .

<b>Temas Políticos mais Frequentes</b>	<b>Jornal Nacional</b>	<b>Jornal da Globo</b>
<i>Escândalos Políticos</i>	20,0%	22,9%
<i>Eleições</i>	10,0%	8,6%
<i>Política Internacional</i>	25,0%	11,3%
<i>Governo Versus Oposição</i>	17,5%	17,2%
<i>Presidente Lula e o Vice José de Alencar</i>	15,0%	11,4%
<i>Outros<sup>21</sup></i>	12,5%	5,7%

Tabela 6: Distribuição em percentual dos principais temas abordados nas notícias dos telejornais da Rede Globo.

As próximas tabelas trazem em qual bloco e também os formatos mais recorrentes na cobertura dessas temáticas mais frequentes da cobertura cotidiana da política no Jornal Nacional e no Jornal da Globo.

---

<sup>21</sup> Apesar da grande quantidade de matérias políticas abordando temas relacionados a temática política internacional, essa não encontra-se em nossa análise de enquadramento por distanciar-se de nossas intenções de pesquisa.

<b>Temas Políticos mais Frequentes</b>	<b>Jornal Nacional</b>		<b>Jornal da Globo</b>	
<b><i>Escândalos Políticos</i></b>	1º	23,7%	1º	35,6%
	2º	14,7%	2º	23,4%
	3º	42,7%	3º	23,4%
	4º	19,0%	4º	6,8%
			5º	10,8%
<b><i>Eleições</i></b>	1º	12,7%	1º	27,7%
	2º	19,7%	2º	14,4%
	3º	18,7%	3º	28,9%
	4º	49,5%	4º	15,6%
			5º	23,4%
<b><i>Política Internacional</i></b>	1º	17,6%	1º	37,8%
	2º	4,5%	2º	25,6%
	3º	6,7%	3º	7,9%
	4º	36,8%	4º	15,6%
	5º	34,4%	5º	13,1%
<b><i>Presidente Lula e o Vice José de Alencar</i></b>	1º	22,1%	1º	37,8%
	2º	8,9%	2º	24,5%
	3º	16,7%	3º	13,2%
	4º	47,0%	4º	5,7%
			5º	18,8%
<b><i>Governo Versus oposição</i></b>	1º	11,1%	1º	4,7%
	2º	24,9%	2º	5,9%
	3º	40,7%	3º	25,6%
	4º	23,3%	4º	38,7%
			5º	25,1%

Tabela 7: Distribuição em percentual, por bloco, dos principais temas abordados nas notícias dos telejornais da Rede Globo.

<b>Temas Políticos mais Frequentes</b>	<b>Formato</b>	<b>Jornal Nacional</b>	<b>Jornal da Globo</b>
		<b>%</b>	<b>%</b>
<b><i>Escândalos Políticos</i></b>	Reportagem	70,5	69,8
	Comentário	4,5	15,2
	Editorial	0,0	0,0
	Entrevista	25,6	15,0
	Nota	0,0	0,0
<b><i>Eleições</i></b>	Reportagem	60,0	82,5
	Comentário	20,0	12,6
	Editorial	10,0	0,0
	Entrevista	0,0	0,0
	Nota	10,0	4,9
<b><i>Política Internacional</i></b>	Reportagem	92,4	75,6
	Comentário	5,2	15,2
	Editorial	0,0	0,0
	Entrevista	0,0	0,0
	Nota	2,4	9,2

<b><i>Governo Versus oposição</i></b>	Reportagem	82,0	65,7
	Comentário	0,0	25,6
	Editorial	0,0	0,0
	Entrevista	10,0	5,6
	Nota	8,0	3,0
<b><i>Presidente Lula e o Vice José de Alencar</i></b>	Reportagem	89,5	65,8
	Comentário	5,5	14,5
	Editorial	0,0	0,0
	Entrevista	0,0	16,5
	Nota	5,0	3,2

**Tabela 8: Distribuição em percentual dos principais temas abordados e o seu formato das notícias nos telejornais da Rede Globo.**

As temáticas mais recorrentes dentro da cobertura de política institucional não constituíram muita surpresa, uma vez que esperávamos que o tratamento de escândalos políticos e eleições representassem a maior parcela da cobertura diárias desses telejornais. Todavia, percebemos que, no Jornal Nacional, o tratamento de notícias políticas internacionais representou uma parcela maior do que esperávamos (25,0%). Outro aspecto importante se refere à importância da cobertura destinada ao presidente Lula e do vice- Presidente, José de Alencar, nesse período muito explorado por conta de seu tratamento de câncer e as inúmeras cirurgias e viagens de tratamento, representando sempre uma parcela considerável dessa cobertura.

Partindo da tabela 7, reiteramos nossa idéia de que quanto maior apelo social desperta o tema, quanto maior a capacidade de personificação dele e mesmo quanto mais subsídio para o drama, mais estes temas encontram-se do início para o meio da edição, vide a alocação dos *escândalos políticos* e as *disputas entre governo versus oposição* e a cobertura do *presidente Lula*, estarem com maior freqüência nos blocos 2 e 3 dos telejornais. Sustentando de maneira mais coesa a nossa idéia de que o início e o meio do JN e JG seriam, portanto, o “espaço nobre” das edições.

Outros fatores importantes, dessa vez retirada da tabela 8, sustentam também a nossa idéia já levantada, com relação ao formato das notícias estarem estreitamente ligados aos objetivos de cada telejornal na constituição da narrativa jornalística da emissora Globo. Mais ainda, a tabela revela ao nosso olhar, que os temas mais controversos e com mais contornos dramáticos capazes de suscitar o interesse do público, recebem com maior freqüência um formato capaz de lhe dar mais ‘desdobramentos’ do tema, no caso do Jornal da Globo como já falamos, o

formato *comentário*, realiza essa missão. Já no *JN*, que entendemos não ter o objetivo de analisar os temas e sim noticiá-los utiliza-se do formato *entrevista*, para realizar essa tarefa.

A partir do levantamento dos dados expostos acima, fundamentais para próxima etapa desse trabalho, realizaremos, a seguir, a análise, onde serão observados os enquadramentos mais recorrentes em nosso material.

### **3.4 Os enquadramentos dados à cobertura política no Jornal Nacional e Jornal da Globo**

De início esclarecemos que traremos como parte de nossa análise de enquadramento as manchetes de cada telejornal estudado. Essa escolha por mapear também as manchetes (vitrine de ofertas de notícias do dia nos telejornais) se deu pela necessidade de se verificar, também, o que mereceu destaque (as saliências) em cada telejornal analisado.

Os quadros a seguir sintetizam a quantidade e percentagem das manchetes<sup>22</sup> sobre política nos dias averiguados no Jornal Nacional (QUADRO 1) e no Jornal da Globo (QUADRO 2). Trazemos ainda a recorrência dos temas dessa cobertura, mapeando a divisão dessas manchetes entre as três instituições formais de poder (executivo, legislativo e judiciário) bem como, seus atores políticos.

---

<sup>22</sup>

A íntegra de todas as manchetes analisadas encontram-se nos anexos desta dissertação

**Quadro 1: Número de manchetes do Jornal Nacional (JN) e a quantidade de manchetes políticas distribuída entre os poderes.**

JN	Manchetes Totais	Manchetes Políticas	% de Políticas
<i>Manchetes</i>	60	18	30

Distribuição entre os Poderes	Número de Manchetes Políticas	% *
<i>Executivo</i>	6	33,3
<i>Legislativo</i>	7	38,9
<i>Judiciário</i>	2	11,1
<i>Atores políticos</i> <sup>23</sup>	2	11,1
<i>Outros e misto</i> <sup>24</sup>	6	33,3

\* O somatório dos percentuais ultrapassa os 100% em função das manchetes computadas para atores políticos, outros e misto poderem ser contadas mais de uma vez.

**Quadro 2: Número de manchetes do Jornal da Globo (JG) e a quantidade de manchetes políticas distribuída entre os poderes.**

JG	Manchetes Totais	Manchetes Políticas	% de Políticas
<i>Manchetes</i>	56	13	23,2

Distribuição entre os Poderes	Número de Manchetes Políticas	% *
<i>Executivo</i>	2	15,3
<i>Legislativo</i>	8	61,5
<i>Judiciário</i>	1	7,7
<i>Atores políticos</i> <sup>25</sup>	4	30,8
<i>Outros e misto</i> <sup>26</sup>	7	53,8

\* O somatório dos percentuais ultrapassa os 100% em função das manchetes computadas para atores políticos, outros e misto poderem ser contadas mais de uma vez.

Percebemos, portanto, através desses números que, tanto o Jornal Nacional, quanto o Jornal da Globo privilegiam, em seus destaques sobre políticas, os poderes Executivos e Legislativo, totalizando sempre mais de 70% das manchetes dos telejornais. Ou seja, esses dois poderes constituem a vitrine da cobertura política do telejornalismo noturno da Rede Globo de Televisão, refletem uma coerência com a “cobertura interna” dos telejornais que em decorrência das

<sup>23</sup> Aqui consideramos todos os portadores de cargos públicos, por exemplo, ministros e também exportadores dos cargos, como por exemplo, ex-deputado, ex-vereador.

<sup>24</sup> Como *outros e mistos* consideramos aquelas manchetes que tratam de mais de um tema, como por exemplo, alguma que traga o Senado Federal explorando a figura de algum de seus atores políticos.

<sup>25</sup> Aqui consideramos todos os portadores de cargos públicos, por exemplo, ministros e também exportadores dos cargos, como por exemplo, ex-deputado, ex-vereador.

<sup>26</sup> Como *outros e mistos* consideramos aquelas manchetes que tratam de mais de um tema, como por exemplo, alguma que traga o Senado Federal explorando a figura de algum de seus atores políticos.

manchetes privilegiarem os dois poderes também os privilegiam nas notícias políticas deles. Não obstante a essa colocação, destacamos que o Jornal da Globo, tem o poder Legislativo como seu grande destaque, uma vez que ele supera com folga a somatória das manchetes dos dois outros poderes. Esse dados sustentam a afirmação de Martins (2008) que diz que lugar de jornalista político é nas Câmaras Federais, já que é lá que as informações correm e são mais facilmente captadas, pois se é lá o lugar dos jornalista políticos, é de lá que vem as principais manchetes do dia.

Em uma segunda etapa, definimos as principais temáticas dentro da cobertura política do *JN* e *JG* e qual o enquadramento predominante dado a cada uma delas, que são: a) Escândalos políticos; b) Eleições; c) Disputas entre governo *versus* oposição; d) Cobertura do Presidente Lula e o Vice José de Alencar.

### **3.4.1 A cobertura dos escândalos políticos**

Os escândalos políticos adquiriram, conforme era esperado, grande relevância na agenda da cobertura política do Jornal Nacional e Jornal da Globo, no ano de 2009, especialmente nas datas pesquisadas. A cobertura de ambos apresentou os escândalos políticos nas suas mais variadas instâncias, dando, porém, grande enfoque à questão da disputa de razão entre oposição e governo, sempre maniqueísta entre lado do ‘bem’ e lado do ‘mal’. Exemplo disso: A matéria do dia 26/05/2009 do *JN*, traz que governo e oposição divergem sobre CPI da Petrobrás, ou a matéria do dia 10/06/2009 também do *JN* que aborda que a CPI da Petrobrás foi adiada mais uma vez e a oposição protesta, ou ainda matéria do dia 10/07/2009 (*JG*), a qual traz que o líder do PSDB quer que o Ministério Público investigue o diretor da Fundação Sarney.

Sabemos que o que difere um escândalo político de outra forma qualquer de escândalo diz mais respeito à natureza das transgressões do que aos sujeitos transgressores (MARKOVITS apud TOMPSOM, 2002). A natureza dessas transgressões deve implicar, necessariamente, uma violação de um processo devido, entendido como as regras e procedimentos legalmente obrigatórios, que

regem o exercício do poder político. Então, nesse sentido, o escândalo político poderia surgir quando a lógica do processo devido fosse violada. Nessa perspectiva adotada por Markovits, os escândalos que envolvem sujeitos políticos, mas não estão relacionadas ao abuso do poder político, não poderiam ser considerados como escândalos políticos.

No seu livro sobre escândalos políticos Thompson (2002) avalia acertada a definição adotada por Markovitis em observar os escândalos políticos dentro de um contexto institucional mais amplo, pois “ajudam a mostrar que o escândalo não é um mero rastro na superfície da vida política, mas está ligado e é sintoma de algumas das características estruturais importantes das sociedades modernas” (Thompson, 2002, p.126). Entretanto, ele acredita que essa qualificação seja muito restrita na medida em que os fenômenos escandalosos envolvem figuras políticas, mesmo quando não são originados pela busca do poder, à custa de infração das regras vigentes, podem ter conseqüências no campo político, portanto, excluí-los da esfera dos escândalos políticos poderia produzir uma explicação parcial e unilateral sobre eles. Por isso, o autor prefere adotar o enfoque mais flexível em sua caracterização dos escândalos políticos. Para ele, os escândalos políticos de poder configuram-se como um dos tipos de escândalos, que podem se basear, também, em transgressões sexuais ou irregularidades financeiras.

Baseados nessa caracterização de Thompson (2002) para escândalos políticos midiáticos, utilizamos as três possibilidades levantadas por ele para analisar o enquadramento predominante da cobertura dos escândalos políticos nos telejornais analisados. Abaixo as tabelas 9 e 10 mostram quanto da cobertura foi destinado a cada uma das três possibilidades de enquadramento.

<b>Enquadramentos</b>	<b>Notícias sobre escândalos no JN</b>
<i>Abuso de poder</i>	3 matérias do Total de 8
<i>Transgressões sexuais</i>	Nenhuma matéria do Total de 8
<i>Irregularidades financeiras</i>	5 matérias do Total de 8

**Tabela 9: Distribuição das matérias no Jornal Nacional (JN) de acordo com seu enquadramento.**

Enquadramentos	Notícias sobre escândalos no JG
<i>Abuso de poder</i>	4 matérias do Total de 8
<i>Transgressões sexuais</i>	Nenhuma matéria do Total de 8
<i>Irregularidades financeiras</i>	4 matérias do Total de 8

**Tabela 10: Distribuição das matérias no Jornal da Globo (JG) de acordo com seu enquadramento.**

Como foi mostrado nessas tabelas, durante o nosso período de análise, enquanto estiveram presentes na cobertura do JN e JG os escândalos políticos tiveram sempre desdobramentos de irregularidades financeiras e abuso de poder. O escândalo que “contaminou” nosso período de coleta foi o “Caso Sarney”, desde o aparecimento das denúncias até o período de tentativa de diversas forças política (oposição), instituições formais (por exemplo, OAB) e protesto da sociedade civil de tirar o atual presidente do Senado do cargo. A cobertura desse caso, em específico, que acabou por ser o escândalo político que dominou durante nosso corpus de análise, rendeu matérias no Jornal Nacional e no Jornal da Globo, mais de dois meses, tendo início no dia 25/06/2009 com a informação: “aumenta a pressão contra Sarney no Senado” e encerrou no dia 19/08/2009 com a matéria declaratória: “acabou em pizza”.

Durante toda a cobertura do caso, os telejornais analisados colocavam a Sarney só uma saída, a despeito da grande ajuda (apoio formal do presidente Lula e da base governista) que recebeu do Planalto: deixar imediatamente a presidência do parlamento e provar à sociedade que não tinha responsabilidades sobre as denúncias envolvendo o seu nome. Crises do tipo “escândalo político patrimonial/financeiro” têm como característica a cobertura da vida privada de políticos e de pessoas de seu estreito relacionamento. A temática deste escândalo no Brasil é estreitamente ligada à corrupção, enraizada fortemente dentro das instituições políticas do país.

Durante a sua cobertura no *JN* se mostrava uma disputa entre oposição e governo no campo ético. Ainda mais com o surgimento na época de uma liminar<sup>27</sup>, que proibiu a exposição das denúncias e o esclarecimento dos fatos. Não se trata de

<sup>27</sup> Liminar judicial de primeira instância que proibia a mídia de tratar do assunto com alegação de manter o sigilo das investigações.

espírito de corpo, mas de organização da imprensa contra decisões abusivas que ameaçam a democracia e o direito da sociedade a informação.

A proibição revelou a existência de mazelas da ditadura brasileira, que ainda permanecem por causa de atos sigilosos de parlamentares, que fazem da política a extensão de seus negócios e interesses privados. Aqui não se trata apenas de restrição à liberdade de imprensa e de expressão, mas de suposta interferência da família Sarney no Judiciário e no poder público político brasileiro. A motivação da cobertura jornalística deste caso também é institucional. Envolveu, certamente, o posicionamento público e social da própria Globo. O *JG* se posicionou logo através da manchete que iniciou com um comentário em tom de revolta de Willian Waack no dia 19/08/2009 dirigido contra o PT:

Acabou em pizza a investigação de José Sarney no Senado, mas foi uma pizza indigesta, principalmente para o principal partido da base governista o PT. O PT não é o único responsável, mas ajudou decisivamente a transformar o Senado numa dependência do Palácio do Planalto. A curto prazo a pizza tem até um gosto de esperteza política, mas um senado destruído como é o atual Senado é ruim, sobre tudo para o país.

Identificamos, portanto, que o enquadramento do Jornal Nacional e Jornal da Globo coincidem até mesmo pela contaminação do caso citado anteriormente, ou seja, os escândalos políticos nesses dias averiguados dizem respeito à questão que Thompson (2002) chamou de *enquadramento de abuso de poder* – esse mais atrelado as matérias sobre o caso Sarney e *enquadramento irregularidades financeiras* – tratado mais pelas matérias sobre as CPIs, como a da Petrobrás.

### **3.4.2 A cobertura de eleições**

A campanha eleitoral para 2010 na mídia de um modo geral já começou. E a Globo, não perdeu tempo em iniciar a cobertura das disputas eleitorais. No mês de maio, nas edições dos dias 11 e 26 de cada telejornal a pesquisa CNT/Sensus<sup>28</sup> foi

---

<sup>28</sup> Pesquisa realizada pelo CNT/Sensu no período de 07 a 12 de maio com 1 640 pessoas pesquisadas e noticiada por outros veículos, como por exemplo, a Folha de S. Paulo e o Jornal da Record.

ignorada. Nela Lula aparecia com 84% de aprovação, o que naquele dado momento representaria um recorde histórico. Também não tratou do fato da ministra Dilma Roussef ter alcançado, pela primeira vez, a casa dos dois dígitos na pesquisa de intenção de votos para a presidência.

O ano de 2009, por não se tratar de um ano eleitoral e ter iniciado pela posse, em 19 de janeiro, de Barack Obama na presidência dos Estados Unidos e toda a repercussão mundial pelo caráter histórico de um negro ascender ao poder numa nação excludente, teve forte apelo no telejornalismo de todo o mundo, e o *JN* e o *JG* não caracterizaram exceção. Contudo, sabe-se que a cobertura de eleições intensifica-se no ano em que será disputado o pleito eleitoral, porém no ano que antecede as eleições começam as especulações, sobretudo a partir das sondagens de opinião, que por sua vez, acabam por influenciar o moído de organização do jogo político.

Mauro Porto (2002) em seu estudo que aborda a cobertura da mídia brasileira sobre a eleição presidencial norte-americana do ano de 2000 pelo Jornal Folha de S. Paulo propõe a identificação de quatro tipos de enquadramento, e estes serão os mesmos que irão servir de base para a nossa análise, a saber:

(1) *Enquadramento temático* – o termo designa os padrões interpretativos que enfatizam as posições e propostas dos candidatos sobre os aspectos substantivo da campanha. A ênfase das notícias que adotam esse ponto de vista está nas plataformas e programas apresentados pelos diferentes candidatos. Em períodos não-eleitorais, o enquadramento temático tem sido em termos de um tipo de noticiário que situa os assuntos públicos em contextos gerais abstratos, o que geralmente exige um tipo de jornalismo mais interpretativo e analítico (IYENGAR apud PORTO, 2002).

(2) *Enquadramento “corrida de cavalo”* – Este enquadramento concebe a evolução da campanha como uma corrida entre os candidatos. A ênfase está em quem está avançando ou quem está ficando para trás e, portanto, nos resultados das pesquisas e nas estratégias de campanhas do candidato. Outros pesquisadores utilizam os termos “enquadramento estratégico” ou “game frame”, para descrever a tendência da mídia de cobrir assuntos políticos em termos das estratégias e motivações dos políticos e outras elites (CAPELLA; JAMIESON, apud PORTO, 2002). Nesta pesquisa, utilizamos o termo enquadramento corrida de cavalos para

descrever o marco interpretativo utilizado por jornalistas na cobertura que ressalta o desempenho dos candidatos nas pesquisas e suas estratégias de campanha.

(3) *Enquadramento centrado na personalidade* – A tendência da mídia de dar preferência a atores individuais e de focalizar eventos a partir de dramas humanos, relegando considerações políticas e institucionais, tem sido identificada por vários estudos de Gitlin (1980). Autores têm usado termos “enquadramento de impacto humano” ou de “interesse humano” para descrever este foco da cobertura jornalística em indivíduos. Nesta dissertação utilizamos o termo enquadramento de interesse humano para referir-nos às notícias que enfatizam as características e a vida pessoal dos candidatos e outros atores, incluindo descrições das suas habilidades e qualidade e a reação dos eleitores a eles enquanto pessoa.

(4) *Enquadramento episódico* – A última categoria, nesse tipo de cobertura, jornalistas basicamente se restringem a relatar os últimos acontecimentos sem a utilização dos enfoques que caracterizam os demais tipos de enquadramentos. Apesar do fato de que este tipo de cobertura tem declinado com o avanço do jornalismo mais interpretativo, alguns autores definem o enquadramento episódico em termos de um noticiário orientado por eventos que gera reações individualistas na audiência, em lugar da consideração de argumentos orientados a fatores sociais ou estruturais mais amplos (IYENGAR apud PORTO, 2002). Nesse estudo, utilizaremos o termo enquadramento episódico para referirmo-nos às notícias centradas em eventos que relatam “fatos” ou declarações de atores, adotando um tipo mais descritivo de cobertura.

Com os tipos de enquadramentos expostos apresentamos as tabela 11 e 12 na busca de designar quanto de cada um esteve no Jornal Nacional e no Jornal da Globo.

<b>Enquadramentos no JN</b>	<b>Notícias sobre Eleição</b>
<b><i>Corrida de Cavalo</i></b>	Nenhuma matéria do total de 4
<b><i>Episódico</i></b>	1 matéria do total de 4
<b><i>Temático</i></b>	1 matéria do total de 4
<b><i>Interesse humano</i></b>	2 matérias do total de 4

**Tabela 11: Distribuição das notícias sobre eleições de acordo com seu enquadramento no Jornal Nacional (JN).**

Enquadramentos no JG	Notícias sobre Eleição
<i>Corrida de Cavalos</i>	Nenhuma matéria do total de 3
<i>Episódico</i>	2 matérias do total de 3
<i>Temático</i>	Nenhuma matéria do total de 3
<i>Interesse humano</i>	1 matéria do total de 3

Tabela 12: Distribuição das notícias sobre eleições de acordo com seu enquadramento no Jornal da Globo (JG).

Assim, de posse dos números, vimos que a maioria das notícias sobre eleição é enquadrada dentro do *JN* como episódica, temática ou de interesse humano. Descreveremos, a seguir, como o Jornal Nacional utilizou cada um desses dois enquadramentos em suas matérias políticas.

No que diz respeito ao *enquadramento episódico* verificado em uma parte significativa do noticiário sobre eleições, os jornalistas, nestas reportagens, se dedicaram a algumas tarefas básicas. Em primeiro lugar, eles freqüentemente se limitaram a relatar fatos atuais. Exemplo, a matéria do dia 25/06/2009, a qual traz que o Presidente do Irã exige desculpas de Barack Obama, ou na matéria do dia 04/08/2009, que traz que Obama reconhece reeleição de Presidente iraniano, que gerou conflitos no país.

Já no que diz respeito ao interesse humano, outro marco interpretativo, a cobertura do *JN* de eleições foi baseada em personalidades. Quando Dilma e José Serra se “lançaram” como pré-candidatos, as matérias estavam ligadas a essa correlação de forças entre o líder do PSDB e a Ministra - Chefe da Casa Civil (PT), apoiada pelo presidente Lula. Ilustrativa nesse sentido é a matéria do dia 04/08/2009 que traz que Serra e Dilma que já discursavam como candidatos de seus partidos, ou ainda, a do dia 18/09/09, a qual se dizia que Dilma estava no lançamento de obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal-, e já falava como candidata do PT a presidência. Percebe-se como abordado nos nossos capítulos teóricos um personalismo na política como uma característica da midiaticização da política e, ao mesmo tempo, da política midiaticizada, como apontou Piovezani Filho (2007).

Já o Jornal da Globo, também teve o enquadramento *episódico* e *de interesse humano* como destaques da cobertura de eleições, percebemos esse enveredamento em matérias que traziam não só os mesmos temas abordados pelo

Jornal Nacional. Como exemplo citamos a matéria do dia 25/06/2009 que traz que o Presidente do Irã exige desculpas de Barack Obama, ou na matéria do dia 04/08/2009, que traz que Obama reconhece reeleição de Presidente Iraniano, que gerou conflitos no país, que também foram abordados no JG, como também matérias, como a do dia 20/07/2009 que traz que Obama acha legítima a reeleição no Irã. No que tange ao enquadramento de interesse humano, percebemos por matérias que trazem a disputa eleitoral de 2010 sobre a ótica da personificação do a PT / PSDB com a ministra da Casa Civil Dilma Rouseff e Lula (PT) do lado do Partido dos Trabalhadores e o Governador de São Paulo, José Serra, e Fernando Henrique (PSDB) de outro.

### **3.4.3 A cobertura das disputas entre governo *versus* oposição**

Já para avaliar o enquadramento dado pelo Jornal Nacional e Jornal da Globo para a questão das disputas entre governo *versus* oposição, optamos por utilizar duas perspectivas de enquadramento. O primeiro é o mesmo utilizado na cobertura de eleições proposto por Porto (2002), que é o *enquadramento temático*, e o segundo seria uma variação do *enquadramento corrida de cavalos*, fora de um contexto de disputa eleitoral que propomos chamar de *enquadramento do jogo político* que seria a articulação de forças entre oposição e governo. Ambos serão mais bem explicados a seguir:

(1) *Enquadramento temático* – o mesmo caráter do enquadramento proposto para analisar a cobertura de eleições, descrito anteriormente.

(2) *Enquadramento do Jogo Político* – O termo designa os padrões interpretativos que enfatizam a articulação política, ou seja, a ênfase na correlação de forças e as estratégias políticas utilizadas pela oposição e pelo governo de modo a fazer seu interesse político obter êxito.

Diante dessas duas possibilidades propostas por esses parâmetros analíticos, as votações das Casas de Poder tiveram como enquadramento principal no Jornal Nacional o que se segue na Tabela 13.

Enquadramentos no JN	Notícias Governo <i>versus</i> Oposição
<i>Temático</i>	2 matérias do Total de 7
<i>Jogo Político</i>	4 matérias do Total de 7
<i>Outros</i> <sup>29</sup>	1 matéria do Total de 7

Tabela 13: Enquadramento das notícias do Jornal Nacional (JN) considerando a disputa Governo *versus* Oposição.

Com os mesmos parâmetros analisamos as matérias destinadas aos trâmites de votação das casas do poder na República Federativa do Brasil, no Jornal da Globo e os números encontrados estão apresentados na tabela 14 abaixo.

Enquadramentos No JG	Notícias Governo <i>versus</i> Oposição
<i>Temático</i>	2 matérias do Total de 6
<i>Jogo Político</i>	4 matérias do Total de 6
<i>Outros</i>	Nenhuma matéria do Total de 6

Tabela 14: Enquadramento das notícias do Jornal da Globo (JG) considerando a disputa Governo *versus* Oposição.

Vimos, portanto, que assim como aconteceu no enquadramento dado às eleições, a questão das disputas entre situação e oposição é enquadrada de maneira muito semelhante pelos dois telejornais.

Podemos elucidar os números mostrados, trazendo as seguintes matérias apresentadas nos dois telejornais: Na matéria do dia 26/05/2009 do Jornal Nacional foi abordado que governo e oposição divergem sobre CPI da Petrobrás, na matéria do dia 19/08/2009 onde os governistas medem força com a oposição para impedir que a Ministra-Chefe da Casa Civil Dilma Rouseff seja obrigada a depor na CPI, ou mesmo quando a oposição acusa o governo de bancar a criação da CSS<sup>30</sup> (matéria do dia 03/09/2009), ou ainda quando governo e oposição não entram em acordo no caso Sarney em uma matéria do dia 04/08/1009 do JG. Todas essas matérias trazidas acima enquadram as disputas entre governo *versus* oposição sobre um *enquadramento de Jogo Político*.

<sup>29</sup> Colocou-se como *outros* matérias sobre disputas entre governo e oposição que não se encaixavam em nenhuma das duas possibilidades de enquadramento que delimitamos. Destacamos que não as colocamos na tabela por não serem numericamente relevantes.

<sup>30</sup> CSS - Contribuição Social para a Saúde

### 3.4.4 A cobertura do Presidente Lula e o Vice José de Alencar

Antes de analisarmos o material, imaginávamos que o enfoque da cobertura política ao abordar o Executivo Federal seria dado à figura do Presidente Luís Inácio da Silva (Lula), no entanto, um acontecimento influenciou na mudança desse panorama, o câncer do Vice-Presidente da República José Alencar, e sua luta no tratamento da doença. Este fato mobilizou diversas matérias sobre o estado de saúde e as viagens para tratamento do Vice, algumas até passíveis de comentários de compaixão e força, vindos dos apresentadores dos dois telejornais, como por exemplo, a fala de Fátima Bernardes: “O Vice-Presidente José de Alencar dá mais uma lição de vida a todos nós brasileiros”, ao término da matéria do dia 26/05/2009.

Nesse sentido, são ilustrativas matérias como a do dia 11/05/2009, que traz que Lula tranquiliza população sobre nova gripe, ou as do dia 26/05/2009, que traz uma matéria sobre Lula que discursa ao lado de Chaves em Manaus e começa a abordar a doença do Vice, dizendo que ele vai aos EUA lutar contra o câncer, ou mesmo os desdobramentos do tratamento (como na matéria do dia 10/07/2009, a qual traz que José de Alencar se recupera bem de cirurgia), ladeado com as viagens diplomáticas de Lula e os discursos do Presidente nas suas andanças pelo país (como as matérias do dia 03/09/2009 que dizem que o Presidente Lula mantém caráter de urgência no pré-sal, ou ainda a matéria do dia 26/05/2009 que diz que Lula divaga sobre a CPI da Petrobrás).

Por isso podemos dizer que as atenções dadas ao Presidente e a sua popularidade foram divididas com o Vice José de Alencar, nos colocando na “obrigação” de incluí-lo entre as temáticas mais recorrentes do nosso recorte metodológico. Mas ao mesmo tempo, nos possibilitou perceber, com maior clareza, o quanto o enquadramento revela dos critérios de noticiabilidade.

Nessas matérias citadas observamos que o acontecimento: o câncer do Vice Presidente foi tratado de modo espetacularizado, com a exposição da enfermidade de José de Alencar, em uma estrutura de novelização evidenciada a partir das

suítes<sup>31</sup> das matérias, e, ainda, agregando novos elementos à biografia dessa personagem, e, desse modo, reconfigurando sua imagem pública política<sup>32</sup>.

Com relação aos enquadramentos dados a essa temática pelos telejornais estudados, dividimos em: (1) *Enquadramento episódico*, (2) *Enquadramento do jogo político* e (3) *Enquadramento centrado na personalidade*, todos já explicados acima. Baseado nesses três enquadramentos, as tabelas 15 e 16 demonstram a sua distribuição nos telejornais da Rede Globo.

<b>Enquadramentos no JN</b>	<b>Notícias Sobre Presidente Lula e o Vice José de Alencar</b>
<i>Episódico</i>	1 matéria do Total de 6
<i>Jogo Político</i>	2 matérias do Total de 6
<i>Centrado na Personalidade</i>	3 matérias do Total de 6

**Tabela 15: Enquadramento das notícias do Jornal Nacional (JN) considerando a noticiabilidade do Presidente Lula e o Vice Presidente José de Alencar.**

<b>Enquadramentos no JG</b>	<b>Notícias Sobre Presidente Lula e o Vice José de Alencar</b>
<i>Episódico</i>	1 matéria do Total de 4
<i>Jogo Político</i>	2 matérias do Total de 4
<i>Centrado na personalidade</i>	1 matéria do Total de 4

**Tabela 16: Enquadramento das notícias do Jornal da Globo (JG) considerando a noticiabilidade do Presidente Lula e o Vice Presidente José de Alencar.**

A próxima etapa da pesquisa diz respeito à análise dos critérios de noticiabilidade utilizados por cada telejornal na sua cobertura política diária. Traremos os critérios de noticiabilidade em uma abordagem comparativa para que tenhamos uma maior compreensão das diferenças da cobertura dos dois telejornais, no fim desse próximo tópico apresentaremos uma reflexão sobre o que justifica a existência dos dois telejornais na grade-horária telejornalística da TV Globo.

<sup>31</sup> Suíte na linguagem jornalística significa retomar uma informação a partir de uma nova ótica.

<sup>32</sup> A riqueza desse episódio sugere-nos, inclusive, a potencialidade de um estudo específico sobre ele.

### 3.5 Noticiabilidade do Jornal Nacional e Jornal da Globo: uma abordagem comparativa

As análises feitas dos enquadramentos adotados na cobertura das temáticas mais recorrentes da política no Jornal Nacional e ainda os números levantados na análise quantitativa destinada aos três poderes e temáticas mais recorrentes permitem indicações valiosas, em termos de identificação dos critérios de noticiabilidade.

Um primeiro aspecto a ser abordado diz respeito à estrutura dos telejornais: O Jornal Nacional vai ao ar de segunda a sábado às 20h e 15min e tem duração de trinta minutos, o Jornal da Globo não vai ao ar aos sábados, passando de segunda a sexta sem horário fixo, mas sempre depois da 24h, com a mesma duração do JN. Nota-se, também, que os dois telejornais seguem o mesmo padrão na apresentação, a bancada de ambos é formada por uma dupla de apresentadores<sup>33</sup>, um homem e uma mulher, que alternam-se nas apresentações das notícias do dia, no JN, a dupla William Bonner e Fátima Bernardes e no JG, Willian Waack divide a bancada com Cristiane Pellagio. Possuem, ainda, quatro (no caso do JN) ou cinco blocos (no JG) intercalados por anúncios comerciais e iniciam suas edições com uma escalada de manchetes lidas em revezamento por seus apresentadores, o que seria a vitrine do jornal, a oferta noticiosa de cada um.

Apesar das diferenças no estilo de apresentação, um aspecto peculiar dos seus apresentadores, é que quase sempre, em algum momento, deixam escapar sutis comentários sobre as matérias, através dos gestos e expressões faciais. No caso do JN, há uma maior formalidade e as demonstrações de desagrado, ironia ou aprovação são mais sutis, em relação ao JG. Em alguns momentos há até mesmo comentários falados que também “escapam” (como no caso da matéria sobre o estado de saúde do vice-presidente José Alencar, exibida no dia 18/09, em que William Bonner e Fátima Bernardes demonstraram apoio à recuperação do Vice-

---

<sup>33</sup> Mesmo no caso do Jornal da Globo em que seus apresentadores vez ou outra esboçam algum comentário sobre as notícias, acreditamos não poderem ser chamados de âncoras, uma vez que comparados com telejornais que possuem de fato um âncora a incidência e duração desse comentário é muito inferior, como no caso do Jornal da Band e seu âncora Boris Casoy.

Presidente: “José de Alencar dá mais uma lição de vida a todos nós brasileiros” (26/05/2009).

Já no *JG*, há uma abordagem gestual mais intensa, se comparada com o *JN*. No texto dos apresentadores, há quase sempre uma frase de impacto e críticas mais veementes, e a própria escalada das manchetes deixa escapar certo posicionamento do telejornal (como na matéria que traz o desfecho da investigação do caso Sarney, que traz a seguinte frase na escala: “acabou em pizza” na data de 19/08/2009). Constatamos que dessa maneira a estrutura do Jornal da Globo privilegia a atuação do apresentador como definidor do enquadramento das notícias. A presença de Willian Waack (não somente como editor, mas principalmente como um apresentador que comenta) e de Cristiane Pellagio constitui-se elemento fundamental para a coerência e integração do noticiário.

Com relação a disposição das matérias é feita de maneira padrão, buscando de alguma forma a manter a atenção do telespectador. Porém, no caso do *JG*, a hierarquia das matérias é também estabelecida conforme o grau de atenção que o apresentador dispensa às notícias, dedicando (ou não) a elas mais ênfase, tonalidade menos amena ou tecendo comentários. (Como no dia 18/09/09, em que Waack começa o Jornal assim: “Isso de dizer que um povo é de um jeito, a gente costuma falar assim o povo é de um jeito, em geral é só uma forma de expressão. Só que, no caso dos brasileiros, parece confirmar muito do que a gente diz, do que a gente acha de nós mesmos. A mais recente estatística do IBGE demonstra que nós, brasileiros, adoramos novidades, como internet, celular, e a elas a gente se dedica com enorme entusiasmo, deixando de lado, velhos problemas, como analfabetismo. Os números sobre nós, os brasileiros, você confere aqui”).

Os comentários de Cristiane Pellágio e de Willian Waack, também funcionam como reforço da ênfase dada nas matérias e, muitas vezes, salientam determinadas interpretações de cada tema ao longo de toda uma edição ou de várias edições do telejornal, como “carregador” do enquadramento. Um exemplo disto é a manchete do dia 19/08/2009, que traz a notícia do arquivamento do “caso Sarney”. Na ocasião o Jornal da Globo inicia com um plano americano em que a manchete é lida em nítido tom de “revolta” (William Waack: “Acabou em pizza a investigação de José Sarney no Senado, mas foi uma pizza indigesta, principalmente para o principal partido da base governista o PT. O PT não é o único responsável, mas ajudou

decisivamente a transformar o Senado numa dependência do Palácio do Planalto. A curto prazo a pizza tem até um gosto de esperteza política, mas um senado destruído como é o atual Senado é ruim, sobre tudo para o país...”).

Ou ainda na cobertura da manchete do dia 04/08/2009, onde o mesmo Waack faz uma apresentação dramática ao caso do desmatamento da Amazônia: “É deprimente falar da Amazônia e ter de repetir que o desmatamento aumentou. É o que consta no último relatório do INPE, o respeitado Instituto de Pesquisas Espaciais que usa satélites para vigiar nossas florestas. Os números levaram o governo a defensiva no próximo encontro ambiental em Copenhagen. Fica difícil dizer que a gente é campeão de energia renovável quando é campeão também de desmatamento. Volta a crescer o desmatamento na Amazônia”. Nesse exemplo, o posicionamento político e as críticas ao governo federal são explícitos.

A narrativa dos telejornais tem uma conexão evidente também com o ambiente no qual são apresentados (no caso o estúdio). Tanto o espaço do estúdio como os apresentadores servem de ligação com a notícia, são ganchos para a noção de continuação, de um todo, na narrativa que é em alguma medida fragmentada do telejornal. O tom de voz, os pequenos gestos, bem como o texto, determinam qual o clima da matéria e a importância da matéria para aquela edição. Nesse sentido, as manchetes servem como uma projeção do que está por vir.

Outra característica do *JG* é a maior frequência de notas que são lidas pelos apresentadores em comparação com o *Jornal Nacional*. O número de repórteres que produzem matérias *in loco* é limitado, se compararmos com a estrutura de produção do *JN*, é reduzido a alguns locais-chaves nas capitais estratégicas do país (notadamente o eixo São Paulo – Brasília – Rio de Janeiro). Esta estrutura de produção facilita o uso de informações via agência de notícia, mas principalmente, pode indicar a utilização fundamental das fontes institucionais autorizadas na cobertura, característica particularmente cara ao telejornalismo, uma vez que os repórteres de televisão têm pouco tempo para realização das matérias.

Em relação ao seu conteúdo, os jornais divergem em mais aspectos. O *JN* é autorreferente, parecendo não privilegiar nenhum tipo de editoria em especial, trabalhando com uma mais variada gama de assuntos de maneira não compartimentada. O *Jornal Nacional*, tanto do ponto de vista do próprio programa como da emissora, dá maior espaço para divulgar outros programas da própria

emissora (quase todos do núcleo de jornalismo como o (*Profissão Repórter*, *Globo Repórter* e *Esporte Espetacular*), que falam de desdobramentos de assuntos abordados no próprio *JN* (como a matéria: cientistas encontram anticorpos capazes de derrotar o vírus do AIDS, do dia 03/09/2009 que foi abordada mais a fundo pelo *Globo Repórter* da mesma semana). Além de percebermos a preocupação em manter uma continuidade em outras mídias (no caso estamos nos referindo a internet e o site do *JN* no portal [www.g1.com.br/jornalnacional](http://www.g1.com.br/jornalnacional)), de anúncios de matérias exclusivas, além de campanhas encabeçadas pela empresa, como é o caso do *JN 40 anos*, em comemoração aos 40 anos do telejornal, que apresentava as afiliadas da Rede Globo por todo país.

As matérias são mais curtas do que no *JG*, possibilitam ao *JN* um maior número de matérias por edição, no período analisado de 13 a 19 matérias. Cada matéria tem em média 2 minutos, sendo sua distribuição, ao longo do programa, feita mais para manter o interesse do espectador pelo telejornal (com assuntos mais amenos e menos impactantes deixados para o fim do programa) do que para agrupá-las em editorias semelhantes, daí o motivo de vermos na análise quantitativa uma distribuição tão equânime das temáticas por blocos do telejornal. De tal modo que, no início são mostrados os assuntos de maior impacto, (como na edição do dia 19/08 em que foram exibidos os esforços do governo em conter o avanço da gripe H1N1).

Por outro lado, o *Jornal da Globo* conta com uma menor variedade de temas, quando comparado ao *JN*, tendo em média entre 8 e 12 matérias por dia, tendo a mesma duração de 30 minutos, assim sendo, as matérias têm maior duração que no *JN*, apresentando uma duração média de 3min e 30seg, o que possibilita maior “aprofundamento” em cada tema abordado.

Quando volta seus esforços para a cobertura da política, o *JG* destina maior parcela de tempo às notícias, além de trazer comentários de cronistas ou especialistas sobre essas temáticas de maior apelo social. O *JN* limita-se, nesse sentido, a trazer falas de especialistas através de entrevistas gravadas fora do estúdio ou mesmo em *links* “ao vivo”, que mostram repórteres e entrevistados fora dos estúdios, o que ajuda também a mostrar os telejornais como presentes no mundo. É nesse sentido que o *JN* faz, em ocasiões consideradas especiais, parte de sua apresentação fora do estúdio (BONNER, 2009), como nos casos de coberturas

de grandes eventos esportivos, de visitas e da morte do Papa e das eleições presidenciais ou de casos com grande apelo popular.

Com relação ao alinhamento com o governo, notamos no Jornal da Globo uma linha mais crítica ao governo vigente do que a apresentada pelo Jornal Nacional e seu discurso quase oficialista (desde sua criação em 1969), mesmo agora num governo de esquerda. Como nos chama a atenção Hall et al (1973/1993), dentro das estruturas rotineiras de produção de notícias, a mídia pode, em última instância reproduzir as definições dos poderosos sem estar necessariamente, num sentido simplista, à seu serviço (TRAQUINA, 1993, p.228).

O processo de construção da notícia, portanto, também envolve uma relação de interdependência entre jornalistas e fontes institucionais regulares e credíveis, na medida em que as matérias são construídas, partindo do ponto de vista fornecido pela fonte mais importante ou mais influente; no caso no Jornal da Globo, percebemos um espaço maior destinado à oposição (ainda que nossa análise quantitativa não tenha mensurado a divisão por situação *versus* oposição, percebemos isso em matérias como a do dia 16/05/2009, que traz: *Lula divaga sobre a CPI da Petrobrás*, notadamente posicionando-se contra o discurso do Presidente).

Trazemos, ainda, que os resultados de nossa análise de enquadramento permitem indicar que as fontes não governamentais, em especial, os membros dos partidos de oposição, atuaram implicitamente como o que GUAZINA (1998) chamou de *primary definers* do enquadramento da cobertura sobre política apresentada pelo Jornal da Globo, ao delimitar o espectro de interpretações disponíveis. O enquadramento fornecido pelos *primary definers* insere-se na própria organização e apresentação das matérias e é apropriado como a perspectiva 'natural' dos repórteres e, principalmente, dos seus apresentadores, sendo revelado na ênfase dada a ações da oposição ao governo e à desqualificação das propostas e críticas dos aliados.

Temos então que os fatos referentes à cobertura política não estão no rol daqueles avaliados apenas pelo interesse e importância. E aí chegamos ao ponto que nos interessa:

Ao analisarmos as matérias políticas, vimos que, o Jornal da Globo, quando ligado a possível avaliação em termos dos tradicionais valores-notícias, em especial, *interesse humano e impacto*, o que foi apresentado como notícia no telejornal da madrugada da Rede Globo esteve vinculado à conjuntura política específica do momento que foi 'olhado' sob a perspectiva do enquadramento mais "oposicionista", isto é, foi avaliado de acordo com a possibilidade de enquadrar sob o ponto de vista do conflito com a posição oficial. (como na matéria do dia 25/06/ 2009 que traz que os Senadores da oposição pedem o afastamento de José Sarney, ou ainda na matéria de 04/08/2009 que mostra a insatisfação da oposição no caso da CPI da Petrobrás). Diferentemente do Jornal Nacional e até mesmo em função da declarada opção pela credibilidade do telejornal como forma de conseguir audiência.

De modo geral, podemos afirmar que se configurou como notícia na cobertura política no *JG* durante o período estudado foi:

(1) Eventos e/ou de agenda governamental, que envolviam direta ou indiretamente o governo federal e ou presidente Lula, tais como lançamentos de programas (como, por exemplo, na matéria do dia 26/05/2009, onde mostra em Manaus Lula reabrindo refinaria, ou ainda no dia 03/09/2009 onde Lula institui o dia da marcha para Jesus).

(2) Críticas, reclamações, desacertos, problemas, tensões, denúncias comprometedoras e demais dificuldades entre os partidos de oposição e governo (Esses estão presente em uma grande parcela do noticiário, como na matéria do dia 19/08/2009, na qual traz a tentativa dos governistas de impedir que Dilma Rouseff seja obrigada a depor em CPI, ou mesmo na matéria do dia 25/06/2009, em que os Senadores de oposição pedem o afastamento do Presidente do Senado, José Sarney, ou ainda na matéria do dia 04/08/2009, que traz que governo e oposição não entram em acordo por CPI da Petrobrás).

(3) divulgação de índices de desemprego e características do povo brasileiro e de diversas pesquisas de comportamento, (trazido em matérias como a do dia 18/09/2009 que diz: Brasil caminha para modernização, mas ainda enfrenta velhos problemas estruturais da sociedade, a do dia 04/08/2009, que traz uma pesquisa sobre o famoso 'jeitinho brasileiro' e os danos sociais desse comportamento).

(4) Casos de escândalos políticos, especificamente os desdobramentos do “caso Sarney”, inclusive, dedicando em um dos dias analisados grande parcela dessa edição<sup>34</sup> só a essa temática. (os escândalos estão presentes em muitas matérias dos dias analisados, tais como a matéria do dia 11/05/2009, que traz que Petrobrás nega que usou esquema para pagar menos impostos, ou 25/06/2009, onde no nosso corpus começam as denúncias contra Sarney com a matéria que dizia que senadores de oposição pediam o afastamento de José Sarney, ou matéria do desfecho do caso no dia 19/08/2009, que traz: Dia de pizza no Senado, tratando do arquivamento do processo de cassação do Presidente do Senado, José Sarney)

(5) Política Internacional, a cobertura privilegia as conjunturas políticas internacionais, mas com foco, sobretudo, em seus líderes, mais uma vez reforçando a presença do personalismo na política contemporânea, como assinalada por Piovezzani Filho (2007). (Desde matérias que trazem, a repercussão que teve uma foto onde o primeiro ministro da França Sarkozy e o Presidente do EUA aparecem olhando para as ‘ancas’ de uma mulata em visita ao Brasil, até mesmo a acordos internacionais, que não envolvem diretamente o Brasil, como por exemplo, a matéria do dia 10/07/2009 que traz acordos militares realizados entre Índia e EUA).

Essa avaliação, portanto, passou longe do valor imprevisibilidade, ao priorizar uma cobertura que considerou notícia ações/eventos do governo federal (predominantemente em ‘tom crítico’), eventos/ações políticas e dificuldade dos partidos e movimentos de oposição na disputa com a situação.

Já no Jornal Nacional, houve quase sempre um privilegiamento de uma cobertura voltada para o entretenimento, enviesando-se por dentro de quase todas as notícias políticas, de tal forma que identificamos a utilização de pelo menos dois critérios de noticiabilidade na construção da notícia política: o de *atualidade* e do *espetáculo*. Foram estes critérios que tornaram o Jornal Nacional “um pacote relativamente coerente e integrado” (WEAVER, 1975/1993, p. 297).

Devemos, no entanto, entender esta tendência de ‘banalização do noticiário’ dentro do contexto histórico e político vivido neste momento. Para além da simples opção deliberada de uso dos critérios de noticiabilidade de *atualidade* e do *espetáculo*, está o conhecido papel da Rede Globo como ator político: todas suas

---

<sup>34</sup> Ver no anexo 1, dia 25/06/2009, teve apenas duas manchetes, ambas relacionadas ao caso.

escolhas editoriais, independentemente de estarem restritas ao âmbito de decisão jornalística, de simplesmente fazerem parte das rotinas de produção da notícia ou ainda serem fruto de ordens superiores, influenciam momentos decisivos da história política nacional.

Neste ponto, o telejornalismo praticado pelo Jornal Nacional, no período analisado, lembra, conforme vimos anteriormente, o que Bourdieu disse a respeito das características peculiares da televisão. Afirmou o autor que “a televisão convida à dramatização, no duplo sentido: põe-se em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico”. A esta característica, se junta à constatação de que a avaliação dos acontecimentos que podem ser transformados em notícia dentro do telejornal é feita também com base na perspectiva de uso prático do material, ou seja, com base no espetáculo que boas imagens podem proporcionar. O Jornal Nacional foi, nesse período, um exemplo deste tipo de escolha editorial.

Nessa esteira, os critérios de noticiabilidade utilizados pelo Jornal Nacional nos levam a três conclusões básicas e complementares:

(1) Em primeiro lugar, os tradicionais valores notícia utilizados na seleção do que constitui cobertura jornalística, são critérios significativo da cobertura política do telejornal no período analisado, reforçando o caráter conservador do *JN*, ainda que seja inovador nas questões de formato e aparatos.

(2) Em segundo lugar, se nos ativermos à questão do privilegiamento da cobertura de *escândalos políticos* e *eleições*, podemos concluir que os dois mais significativos critérios de noticiabilidade foram *atualidade* e *espetáculo*. Aqui chamamos a atenção que a possibilidade de proporcionar um bom espetáculo configurou-se em um critério particularmente importante durante toda a cobertura política do Jornal Nacional.

(3) Em terceiro lugar, se considerarmos a limitada cobertura política caracterizada ainda pelo enviesamento do entretenimento em detrimento a cobertura de decisões políticas importantes e trâmites do dia-dia das casas do poder nacional, veremos que os critérios de noticiabilidade utilizados estiveram estreitamente ligados ao *enquadramento do entretenimento*.

No Jornal Nacional, a característica principal tanto de seu *enquadramento de entretenimento* quanto da utilização de critérios de noticiabilidade que viabilizassem o enquadramento foi a opção editorial deliberada, isto é, seu enquadramento voluntário. Podemos concluir que a construção da notícia no *JN*, no período estudado, foi fruto, em maior ou menor grau, da dependência editorial que a prática jornalística do Jornal Nacional tem da força comercial e política da Rede Globo de televisão.

Enfim, o que podemos afirmar ao término desse esforço comparativo, é que apesar das semelhanças dos números relativos; dos contornos parecidos na priorização de determinados enquadramentos; a análise dos critérios de noticiabilidade justifica em pelo menos três instâncias o porquê de ambos coexistirem na grade de programação da Globo:

(1) O Jornal Nacional seria em essência o telejornal responsável por trazer os temas novos do noticiário político da programação da Rede Globo. Nessa esteira, o *JG* que vem logo após na grade horária, seria o encarregado de repercutir essas notícias, além dos comentários especializados e mesmo da interpretação de seus apresentadores

(2) O outro aspecto que julgamos relevante nessa coexistência diz respeito ao fato da nítida diferença de público alvo, daí nos parecer evidente a presença de uma linguagem mais rebuscada do *JG*, buscando uma parcela da população que tem a opção de assistir ao jornalismo empreendido pelas Tvs fechadas, diferentemente do que o próprio editor chefe (William Bonner) do *JN* chamou de jornalismo para *Homer Simpson*, realizado pelo Jornal Nacional, ou seja, buscando o gosto médio da população.

(3) O último aspecto que levantamos é que a existência do *JG*, constitui uma saída para a necessidade da Globo de se posicionar politicamente de maneira mais evidente. Não estamos aqui fazendo juízo de valores desse posicionamento, e nem afirmando, qual é o posicionamento político da emissora, o que sustentamos é que, em maior ou menor grau, o *JG* tem uma postura menos neutra e oficialista, que as percebidas no Jornal Nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os vários patamares percorridos ao longo do itinerário do trabalho que nos propusemos realizar permitem-nos considerar que alguns significativos resultados decorreram desse esforço. Acreditamos que os principais achados já foram ressaltados durante todo o texto, em especial, no terceiro capítulo, onde apresentamos a análise e a interpretação dos dados coletados. Entretanto, à guisa de conclusão, vale retomar alguns aspectos importantes do nosso estudo:

Em primeiro lugar, pode-se afirmar que hoje vivemos mudanças substanciais na vida social, marcadas especialmente pelo crescente papel dos meios de comunicação de massa, este estudo, representado pela televisão. A comunicação tem gerado transformações nos mais diferentes campos da sociedade. Neste contexto, o campo da política não fica isento. Pelo contrário, a relação entre a política e a comunicação é cada vez mais intensa.

Entretanto, queremos enfatizar aqui que nossa compreensão do entrelaçamento da política com a esfera da mídia não cai num pessimismo exacerbado. Para os autores mais críticos, como Sartori (1989) e Sennett (1998), a política está se diluindo face à influência da mídia. Estaríamos vivendo um momento em que os fatores técnicos estão sobrepondo-se às questões políticas. Além disso, os atores políticos estariam perdendo espaço para os profissionais da comunicação.

Nossa concepção aponta para outra compreensão. Entendemos que a relação entre a política e a mídia é tensa, até porque os meios de comunicação têm uma natureza mercadológica e visam, antes de tudo, ao lucro. A mídia, porém, não pode ser compreendida somente sob este aspecto. Ela é uma ampliação da vida pública e está aberta às disputas políticas. Esta natureza paradoxal da mídia é que permite que as mais diferentes figuras políticas possam dar visibilidade a seus discursos. Não queremos com isso negar a postura tendenciosa de grande parte dos meios de comunicação, mas, sim, lembrar que há uma ampliação do espaço de visibilidade. Por isso, entendemos que os atores políticos mantêm sua autonomia e constroem, inclusive, suas estratégias ao buscarem visibilidade na mídia.

A esse respeito, os principais ganhos identificados, em decorrência da expansão da comunicação industrial de massa, foram o aumento da visibilidade dos atores políticos e do monitoramento exercido pela mídia sobre a sociedade política. Além disso, essa “indústria” ajuda a estabelecer um contato entre diversos contextos comunicativos, produzindo, assim, uma comunicação generalizada de grande importância para a produção de uma visibilidade pública, política amplamente compartilhada e acessível aos cidadãos. Isto mostra que são dois campos que se interpenetram, mas que preservam suas especificidades. A política, ao recorrer à mídia, não se esvazia.

Um segundo aspecto que vale ser ressaltado mostra que a televisão e seu telejornalismo constituem um dos suportes fundamentais da comunicação de massa contemporânea e desempenham um papel de destaque, ao suprir os cidadãos com informação política. No entanto, a carga dramática que os jornalistas misturam à informação na cobertura política pode fazer com que as notícias possam escapar do *interesse público*, e toda a cobertura da TV comercial possa ser exclusivamente de *interesse do público*. Quando os jornalistas situam todos os acontecimentos do campo político dentro de uma arena de conflitos, funcionando de acordo com regras sob as quais o cidadão comum não tem qualquer influência ou mesmo conhecimento; a cobertura jornalística pode causar uma grave apatia política, uma vez que o receptor não se vê como uma personagem da narrativa, mas como mero espectador, ou seja, não passível de danos nessa disputa.

Percebemos, ainda, que há uma vasta literatura que aponta para uma cobertura pautada, sobremaneira, pela exploração de escândalos políticos e eleições. Entretanto, nosso estudo percebeu a abordagem de outras três temáticas no dia-dia destes telejornais: a figura do Presidente Lula, as votações nas casas de poder e a política internacional nas suas mais variadas instâncias.

Diante deste cenário de temáticas, encontramos por meio de nossa análise quantitativa os desdobramentos dessa cobertura: o percentual destinado a cada uma delas, o bloco e o formato dado a estas matérias políticas. Num segundo momento dessa análise, observamos os enquadramentos mais recorrentes na abordagem dessas temáticas, para só então fazer-se a análise qualitativa, averiguando os critérios de noticiabilidade dos dois telejornais e comparando sua cobertura.

Considerando os resultados encontrados na pesquisa quantitativa, alguns aspectos merecem um relevo neste momento:

(1) No *corpo* do telejornal percebe-se um destaque recebido pelos poderes: Executivos e Legislativo, totalizando mais de 80% das matérias de política institucional dos telejornais na sua cobertura diária.

(2) Os telejornais noturnos da Rede Globo têm uma duração em média de 29 minutos e 20 segundos, sendo que a duração total das dez edições ficou algo muito próximo dos 292 minutos e 30 segundos. Com os dados da duração da abordagem dos três poderes nos telejornais averiguados, mostrados nas tabelas, percebemos que, durante o Jornal Nacional, 53 minutos e 40 segundos foram destinados ao tratamento de notícias de política institucional (Executivo, Legislativo e Judiciário), equivalente, portanto, a 18,4% do total do JN. No caso do Jornal da Globo foram destinados 60 minutos e 39 segundos à política institucional, equivalente a 20,65% do total de matérias do telejornal.

(3) Percebemos também que as notícias de política estão inseridas com maior frequência no meio da edição de cada telejornal, localizadas na maioria das vezes entre os blocos dois e três dos Jornais noturnos da Rede Globo. Ressaltamos que tanto o *JN* quanto o *JG*, quando tratavam do Executivo e Legislativo Federal, alocavam com maior frequência nos blocos dois e três (em média 65%) as matérias sobre esse dois poderes, no entanto, quando se trata do Judiciário o bloco dois é substituído pelo Bloco quatro, ou seja, passando mais para os blocos finais dos telejornais.

(4) Outro aspecto importante é que o tipo mais recorrente de matérias sobre política institucional, tanto no Jornal Nacional quanto no Jornal da Globo explora o formato *reportagem*. No entanto, no Jornal da Globo, o formato *comentário* merece ser considerado, já que corresponde em média a quase 15% dos formatos de sua cobertura de política institucional.

(5) Percebemos, por meio da análise das manchetes, que tanto o Jornal Nacional, quanto o Jornal da Globo privilegiam em seus destaques sobre política os poderes Executivos e Legislativo, totalizando sempre mais de 70% das manchetes dos telejornais. Ou seja, esses dois poderes constituem a vitrine da cobertura política do telejornalismo noturno da Rede Globo de Televisão.

Na segunda etapa, na qual fizemos uma análise das principais temáticas presentes na cobertura política do *JN* e *JG*, observamos que as mais recorrentes foram: a) Escândalos políticos; b) Eleições; c) Cobertura do Presidente Lula e do vice José de Alencar; d) Disputas entre governo versus oposição; e) Política internacional. Uma vez mapeadas analisamos os enquadramentos dados a elas.

Identificamos, assim, que o enquadramento do Jornal Nacional e Jornal da Globo para os escândalos políticos nesses dias averiguados dizem respeito à questão do que Thompson (2002) chamou de *enquadramento de abuso de poder e enquadramento irregularidades financeiras*, isso se deve fortemente à cobertura do caso Sarney.

Já com relação à temática das eleições, vimos que a maioria das notícias as enquadra dentro do *JN* como episódicas ou de interesse humano. No que se refere ao enquadramento episódico, numa parte significativa do noticiário, os jornalistas se dedicaram a algumas tarefas básicas. Em primeiro lugar, eles freqüentemente se limitaram a relatar fatos atuais, várias reportagens apresentaram informações aos telespectadores sem o contexto que caracteriza os demais tipos de enquadramento. Já no que diz respeito ao interesse humano, outro marco interpretativo da cobertura do *JN* foi baseado em personalidades. Quando Dilma e José Serra se “lançaram” como candidatos, diversas matérias estavam ligadas a essa correlação de forças entre o líder do PSDB e a Ministra-chefe da Casa Civil (PT), apoiada pelo presidente Lula.

No Jornal da Globo, a cobertura de eleição o quadro se repetiu, tendo como principais enquadramentos os mesmos apresentados no *JN* (episódico e de interesse Humano) ao longo de sua programação, o que não difere a essência do enquadramento dado por ambos à mesma temática.

No que diz respeito às matérias sobre disputas entre governo *versus* oposição notamos que são enquadradas de maneira muito semelhante nos dois telejornais. Ambos dão destaque ao *enquadramento do jogo político*, sendo que essa característica é ampliada ainda mais no Jornal da Globo, buscando quase sempre um jogo maniqueísta da abordagem, onde ‘se cria’ uma disputa de razão entre oposição e governo.

No que tange à cobertura do Presidente Lula, as atenções dadas de costume ao Presidente e a sua popularidade foram divididas com o Vice- José Alencar, nos colocando na “obrigação” de incluí-lo entre as temáticas mais recorrentes do nosso recorte metodológico. Observamos que o câncer do Vice Presidente foi tratado de modo espetacularizado, com a exposição da enfermidade de José de Alencar, em uma estrutura de novelização aproveitando a oportunidade de promover um bom espetáculo, e, ainda, reconfigurando sua imagem pública política.

O passo seguinte de nossas considerações finais é oriundo de nossa análise dos critérios de noticiabilidade empreendidos pelos dois telejornais. Desse modo, pudemos traçar algumas fortes mudanças no revelo da cobertura política dos telejornais estudados. Os critérios de noticiabilidade utilizados pelo Jornal Nacional que levantamos ao longo da pesquisa foram: (a) Em primeiro lugar, os tradicionais valores notícia utilizados na seleção do que constitui cobertura jornalística são critérios significativos da cobertura política do telejornal no período analisado, revelando um caráter conservador ao telejornal, ainda que esse conservadorismo não se repita no formato e nos aparatos utilizados. (b) Em segundo lugar, se nos ativermos à questão do privilegiamento da cobertura de *escândalos políticos* e *eleições*, podemos concluir que os dois mais significativos critérios de noticiabilidade foram *atualidade* e *espetáculo*. Aqui chama-nos a atenção que a possibilidade de proporcionar um bom espetáculo configurou-se em um critério particularmente importante durante toda a cobertura política do Jornal Nacional. (c) Em terceiro lugar, se considerarmos a limitada cobertura política caracterizada ainda pelo enviesamento do entretenimento em detrimento a cobertura de decisões políticas importantes e trâmites do dia-dia das casas do poder nacional, veremos que os critérios de noticiabilidade utilizados estiveram estreitamente ligados ao *enquadramento do entretenimento*.

No Jornal Nacional, a característica principal tanto de seu *enquadramento de entretenimento* quanto da utilização de critérios de noticiabilidade que viabilizassem o enquadramento foi a opção editorial deliberada, isto é, seu enquadramento voluntário. Podemos concluir que a construção da notícia no *JN*, no período estudado, foi fruto, em maior ou menor grau, da dependência editorial que a prática jornalística do Jornal Nacional tem da força comercial e política da Rede Globo de televisão. Já no *JG*, a avaliação dos acontecimentos considerados noticiáveis foi

feita com base em uma qualificação específica dos valores-notícia *atualidade* e *impacto*. A cobertura política noticiava os acontecimentos do dia, selecionados com base no enquadramento dado pelos *primary definers*, e reproduzindo, muitas vezes, as construções decorrentes da rotina de produção do telejornal.

Essa avaliação, portanto, passou longe do valor imprevisibilidade, ao priorizar uma cobertura que considerou notícia ações/eventos do governo federal (predominantemente em 'tom crítico'), eventos/ações políticas e dificuldade dos partidos e movimentos de oposição na disputa eleitoral (na maioria, fatos marcados em calendários e divulgados por fontes autorizadas).

O Jornal da Globo praticamente não fez uso de critérios como *interesse humano* (bem mais facilmente percebido no *JN*) ou mesmo '*furo*' da *concorrência*. Diferentemente do Jornal Nacional e até mesmo em função da declarada opção pela credibilidade do telejornal como forma de conseguir audiência, o *JG*, ao menos no período analisado, priorizou a cobertura política a partir do *interesse humano* e do *impacto*, mas sempre com a opção explícita pelo enquadramento de conflito, dando mais fala à oposição e também, em grande parte, pela atuação de seus apresentadores

Enfim, podemos afirmar, ao término desse esforço comparativo, que, apesar das semelhanças dos números relativos; dos contornos parecidos na priorização de determinados enquadramentos; a análise dos critérios de noticiabilidade justifica em pelo menos três instâncias o porquê de ambos coexistirem na grade de programação da Rede Globo: (1) O Jornal Nacional seria em essência o telejornal responsável por trazer os temas novos do noticiário político da programação da Rede Globo. Nessa esteira, o *JG* que vem logo após na grade horária, seria o encarregado de repercutir essas notícias, além dos comentários especializados e mesmo da interpretação de seus apresentadores. (2) O outro aspecto que julgamos relevante nessa coexistência diz respeito ao fato da nítida diferença de público alvo, daí nos parecer evidente a presença de uma linguagem mais rebuscada do *JG*, buscando uma parcela da população que tem a opção de assistir ao jornalismo empreendido pelas Tvs fechadas, diferentemente do que o próprio editor chefe (William Bonner) do *JN* chamou de jornalismo para *Homer Simpson*, realizado pelo Jornal Nacional, ou seja, buscando o gosto médio da população. (3) O último aspecto que levantamos é que a existência do *JG*, constitui uma saída para a

necessidade da Globo de se posicionar politicamente de maneira mais evidente. Não estamos aqui fazendo juízo de valores desse posicionamento, e nem afirmando, qual é o posicionamento político da emissora, o que sustentamos é que, em maior ou menor grau, o *JG* tem uma postura menos neutra e oficialista, que as percebidas no Jornal Nacional.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de; DIAS, José Luciano de Matto Dias (orgs.). **O futuro do Congresso Brasileiro**. Rio de Janeiro: FVG, 1995.

ABREU, Gustavo. **A notícia na tevê e na web: um estudo sobre as remediações**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gérias. Programa de Pós Graduação em Comunicação Social: Interações midiáticas. 2009.

ABRÚCIO, Fernando Luiz. Ombudsman. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 05/09, 2006.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **A política do espetáculo**. In: Dimensões. Rio de Janeiro: (1): 2-13, 1992.

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ARENDT, Hannah. **A dignidade da política: ensaios e conferências**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1958.

ASSIS, Érico Gonçalves de. **Tácitas lúdico-midiática no ativismo político contemporâneo**. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS. Programa de Pós graduação em Comunicação. 2005.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em telejornalismo**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal: um estudo da Cobertura dos 500 anos do Descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

BOBBIO, Noberto. **Estado, governo, sociedade**. por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Teoria geral da política: a filosofia política e a lição dos clássicos**. Rio de Janeiro: campus, 2000.

BOLTER, Jay David; GRUSIN, Richard. **Remediation: understanding new media**. Cambridge, Mass: MIT, 1999.

BONNER, Willian, **Jornal Nacional: a notícia faz história**. São Paulo: Editora Globo, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**.- 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRAGA, José Luiz . Mediatização como processo interacional de referência. In: **Livro da XV Compós: Imagem, visibilidade e cultura midiática**. Ana Silvia Lopes Davi Médola; Denize Correa Araújo; Fernanda Bruno (orgs.) Porto Alegre: Sulina, 2000.

\_\_\_\_\_. Sobre “Mediatização” como processo interacional de referência. In: **Anais da Compós**. Rio de Janeiro. 2006.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da república Federativa do Brasil. Art. 129, II, III e IV. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL: **mídia é mais confiável que o governo**. **O Globo**, 31/05/2006. Rio de Janeiro.

CARVALHO, Fátima Lampreia de. Continuidade e inovação: conservadorismo e política da comunicação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, São Paulo, v. 15, n. 43, jun.2008

COUTINHO, Iluska in VIZEU, Alfredo (org). Telejornalismo e identidade em emissoras locais: a construção de contratos de pertencimento. In: **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

COUTINHO, Iluska. **Telejornais e identidade política a cobertura do julgamento de José Rainha em emissoras capixabas e os espaços para as dimensões da crítica e da cidadania**. Juiz de Fora, revista Lumina, vol. 9, n.1/2, p. 1-9, 2000

CHARAUDEAU, patrick. **Os discursos das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ECO, Umberto. Tevê: a transparência perdida. In: **Viagem na irrealidade cotidiana**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ENTEMAN, R. "Framing: Toward clarification of a fractured paradigm". In: **Journal of communication**, vol 43, n.4 (Autumm) 1993.

FAUSTO NETO, Antonio. **Telejornais e produção de política**: estratégias discursivas e as eleições presidenciais de 1994. Mouillaud, M.; Porto, S. D. O jornal da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 16, 1997.

FAUSTO NETO, Antônio. "**O outro telejornal – condições de recepção e modos de aprovação das informações televisivas no Brasil**". In: *Relatório de pesquisa*: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de comunicação, 2007

FOLHA DE S. PAULO. **entrevista com Abrucio**. São Paulo, 24 de dezembro de 2007.

GANSON, W.A.; MODIGLIANI, A. "Media discourse and public opinion on nuclear Power: a constructionist approach." In: **American Journal of Sociology**. University of Chicago. 1989.

GARCIA, Luiz. **Entrevista a Folha de São Paulo**. São Paulo, 2000.

GITLIN, N. **The whole world in watching – Mass media in making & Unmaking of the news left**. Berkeley, University of California Press. 1980.

GIOVANNINI, G. **Evolução na comunicação: do sílex ao sílcio**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1987.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: na essay on the organization of experience**. Boston, Northeastern. University Press. 1986.

GOMES, Wilson. **Theatrum Politicum**: e encenação da política na sociedade dos mass mídias. In: BRAGA, José Luiz; PORTO, Sérgio Dayrell e FAUSTO NETO, Antonio (orgs.) *A encenação dos sentidos. Mídia, cultura e política*, Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

GOMES, Wilson. A política de imagem. **Revista Fronteiras**. São Leopoldo, Unisinos, 1, 1999a

\_\_\_\_\_. Esfera política e “media” II. In: A. Rubin, I. Bentz e M. Pinto (eds) **Práticas Discursivas na Cultura Contemporânea**. São Leopoldo: Compós/ Unisinos, 1999b.

\_\_\_\_\_. Negociação política e comunicação de massa. In: **Anais da Compós**. São Paulo. 2003.

\_\_\_\_\_. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. Audiosfera política e visibilidade pública: *soubites, declarações narradas e mensões dos atores políticos no jornal nacional*. In: **Anais da COMPÓS**, 2008.

GUAZINA, Liziane e VANTI, Nádia. **Comunicação e informação: Ensaio e Críticas**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

GUAZINA, Liziane S. **Alinhados com o poder: um estudo sobre a cobertura política do Jornal Nacional e do Jornal da Record**. Dissertação de Mestrado em Comunicação – Universidade de Brasília. 1998

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Direito e Democracia**. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HALLIN, D.; MANCINI, P. “Falando do president: a estrutura política e a forma representacional nas notícias televisivas dos Estados Unidos e da Itália”. In: TRAQUINA, N. (org). **Jornalismo, questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega. 1993.

HACKETT, R. A. “Declínio de um paradigma? A parcialidade e objetividade nos estudo dos media noticiosos” in Traquina, N (org). **Jornalismo, questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega. 1993.

HALL, S. “Encoding and Decoding” in S. Hall et all. (eds). **Culture, media, language**. London/Birmighan: Hutchinson/CCCS. 1980.

HALLIN, D. "Commercialism and Professionalism in the American news media" in Curran, J. e Gurevitch, M, (eds.) **Mass media an society**. Londres, Edward Arnold. Second edition, 1996.

LIMA, Venício de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2001.

\_\_\_\_\_. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2006.

LOPES, Luís Carlos. **O culto às mídias: interpretação, cultura e contratos**. São Carlos (SP): EDUFscar, 2005.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo ano, v. 10, nº 29, 1995.

MARCHETTI, Dominique. Les révélations du "journalisme d'investigation. In: **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**. n. 131-132, março 2000, p.30-40.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político**. São Paulo: Contexto, 2008.

MCCOMBS, M. "The evolution of agenda-setting research: twenty-five years in the marketplace of ideas". In: **Journal of Communication**, n.43. 1993.

MCLUHAN, Marshal . **Guerra e paz na aldeia global**. São Paulo: Record, 1971.

MENDONÇA, R. F. A mídia e a transformação da realidade. **Comunicação e Política**, v.24, n.2, p.07-37, nov. 2006. Disponível em: <[http://cebela.org.br/imagens/Materia/1ART1Ricardo Fabrino.pdf](http://cebela.org.br/imagens/Materia/1ART1Ricardo%20Fabrino.pdf)>. Acesso em novembro de 2009.

MENDONÇA. R. F. In: **banca de qualificação** de Acácio Salvador Vêras e Silva Júnior. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerias. Programa de Pós Graduação em comunicação Social: Interações midiáticas. Belo Horizonte. 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. **Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia**. COMPÓS, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. (2002), "**Os meios de comunicação e a prática política**". *Lua Nova*, 55-56: 155-184. e "**política em tempos de mídia**". *Rev. Bras. Ci. Soc.* vol.20 n. 58 São Paulo, Jun. 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. **Discurso diversos**: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral. COMPÓS. 2003.

NORRIS, P. "News of the wordl" in **Politics and The Press**: the news media and their influences. Boulder/London, Lynne Rienner Pub. 1997.

NEVES, Flora. **Telejornalismo e Poder nas Eleições Presidenciais (2002 e 2006)**. Londrina, UEL. 2008.

PIOVEZANI FILHO, Carlos. **Metamorfoses do discurso político contemporâneo**: por uma nova perspectiva de análise. São Paulo: Revista da Abralin, v. 6, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2007.

PORCELLO, Flávio. **Mídia e poder: os dois lados de uma mesma moeda** – A influência política da TV no Brasil. In: VIZEU, Alfredo (Org.) et al. *A sociedade do telejornalismo*. 1ª ed. Petrópolis, Vozes, 2008

PORTO, Mauro. Novos apresentadores ou novo jornalismo? o Jornal Nacional antes e depois da saída de Cid Moreira. **Comunicação e Espaço Público**, Brasília, v. 5, n. 5, Outubro, 1997.

PORTO, Mauro. **Framing controversies: television and the 2002 presidential election in Brazil**, *Political Communication*, Vol. 24, n. 1, 2002.

PRIOLLI, Gabriel et al.. **A Deusa Ferida**. por que a Rede Globo não é mais campeã absoluta de audiência. São Paulo: Summus editorial, 2000.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil**: um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Presença Editorial, 1997.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O discurso mediático**. Polígrafo, s/d.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; AZEVEDO, Fernando Antonio. "Mídia e política no Brasil". In: **Lua Nova**. São Paulo, (43): 189-216, 1998.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e política**. São Paulo, Hacker Editores, 2000.

SAPERAS, E. **Os efeitos cognitivos da comunicação de massa**. Lisboa: Edições Asa, 2000.

SARTORI, G. **la demoarcia después del comunismo**. Madrid: Alianza, 1993.

\_\_\_\_\_. **A teoria da democracia revisitada**, v. 1, São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **"Videopower"**. **Governmente and Opposition** – Journal of comparative Politics, v. 24, 1989.

\_\_\_\_\_. Videopolítica. **Rivista Italiana di Scienza Política**. AnnoXIX, n.2, p.185-198, ago. 1998.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERELLE, Márcio. Metatevê: a mediação como realidade apreensível. In: Anais da COMPOS. São Paulo. 2008.

SEIXAS, Lia. **Uma proposta para a noção de Gênero jornalístico**. Belo horizonte. In: Anais da COMPOS / PUC-Minas, 2009.

SILVERSTONE, Roger. Mediação. In: **Porque estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

SCHEUFELE, Dietram A. Agenda-setting, Priming, and Framing Revisited: Another Look at cognitive effects of political communication. **Mass Communication & Society**, Vol. 3 (2&3). 1999.

SCHUDSON, Michael. "A política de forma narrative: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão" in Traquina N. (org). **Jornalismo, questões, teorias e "estórias"**. Lisboa, Veja, 1993.

SCHUDSON, Michael. **The power of the news**. Cambridge. Harvard University Press. 1995.

SCHUDSON, Michael. **The Sociology of News**. New York/ London: W.W Norton & Company, 2003.

SOBRINHO, Carlos Peres de Figueiredo. **A narrativa jornalística e a política: "estória" real de um escândalo político**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2008.

SODRÉ, Muniz. **O ethos midiático**. In: **Antropológica do espelho**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SQUIRRA, S. **O âncora no telejornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. **Aprender telejornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SITE DA GLOBO, Disponível em:< HTTP:// [www.globo.com](http://www.globo.com). > Acesso em: 20 de março 2009, p. 72.

TALESE, G. **O reino e o poder**: uma história do New York Times. São Paulo. Companhia das letras. 2009.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: UINISINOS, 2005.

THOMPSON, John B. **O Escândalo Político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidade. Barcelona: Bosch,1997.

VERÓN, E. **Esquema para el análisis de la mediatización**. Revista Diálogos de la Comunicación, Lima, n. 48, out. 1997.

VIZEU, Alfredo. **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

VIZEU, Alfredo. **Telejornalismo a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006.

VIZEU, Alfredo. **A Produção de Sentidos no Jornalismo: da Teoria da Enunciação à Enunciação Jornalística**. Portugal: Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, 2004

WAISBORD, Silvio. **Watchdog journalism in South America**. News, Accountability, and Democracy. Columbia University Press, New York, 2000.

WEBER, Maria Helena. **Consumo de paixões e poderes nacionais: (hibridação a permanência em espetáculo político-mediáticos)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. **Comunicação e espetáculos da política**. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000.

WEAVER, P. H. As notícias de jornal e as notícias de televisão. In: TRAQUINA, N. (org). **Jornalismo, questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1975.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. 5. ed. Lisboa: Presença, 1999.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público**. uma teoria critica da televisão. São Paulo: Ática, 1995.

IYENGAR, S. **Is anyone responsible? How television frames political issues**. Chicago: University of Chicago Press.1994.

## ANEXOS

## 1 - Manchetes dos dias analisados

TABELA DE MANCHETES	
JORNAL NACIONAL	JORNAL DA GLOBO
Data: 11/05/2009	Data: 11/05/2009
1 - Ajuda aos estados atingidos por enchentes: Donativos mandados de São Paulo começam a chegar aos flagelados	1 – Petrobras nega que usou esquemas para pagar menos impostos
2 – A decisão na hora da compra: Qual a melhor opção na hora de Financiar um carro	2 - Relator do caso Edimar Moreira pode estar com os dias contados
3– Um soldado Americano mata outros cinco em um ataque de fuga no Iraque	3 – Casal de mulheres não consegue registrar bebê com duas mães
4- Irã liberta jornalista acusada de espionar para os EUA	4 – Feira em Minas mostra o melhor da Comida de boteco
5– Em Israel o papa Bento XXVI lembra as vítimas do Holocausto	5 – Nilmar derrota técnico que o revelou
6-Nos EUA o ônibus espacial Atlantis parte para missão de reforma no super telescópio Rabow	6 – ONU denuncia massacre no Sirilanka. Tudo isso agora no Jornal da Globo.

TABELA DE MANCHETES	
JORNAL NACIONAL	JORNAL DA GLOBO
Data: 26/05/2009	Data: 26/05/2009
1 – Tensão mundial: a Coréia do Norte despreza advertências internacionais e lança dois mísseis capazes de atingir países vizinhos. E a embaixadora americana diz que se as ações militares continuarem o país vai pagar	1 – Incêndios destroem parte do pantanal em Mato Grosso do Sul
2 – turbulência no céu e mais e 20 passageiros vindo num vôo de Miami saem feridos.	2 – Partidos Divulgam os indicados para a CPI da Petrobras
3 – a oposição reage à decisão do governo de ocupar dois cargos de comando na CPI da Petrobrás.	3 – Carlos Alberto Sandenberg analisa superávit das contas internas do Brasil
4 – a USIMINAS demite mais de oitocentos funcionários.	4 – Obina começa a treinar no Palmeiras
5 – o vice presidente José de Alencar	5 – Parlamentares questionam sobre

viaja para os EUA para cuidar da saúde.	embaixada do Brasil na Coreia do Norte
6 – na primeira de uma série de reportagens sobre a importância do trabalho social de igrejas evangélicas, agora no Jornal Nacional	6 – Estrangeiros voltam a investir em ações brasileiras. Tudo isso e os gols da noite, agora no Jornal da Globo.

<b>TABELA DE MANCHETES</b>	
<b>JORNAL NACIONAL</b>	<b>JORNAL DA GLOBO</b>
Data: 10/06/2009	Data: 10/06/2009
1 - O mal tempo prejudica a busca de corpos da tragédia do voo 447, e um submarino nuclear reforça o trabalho, nas águas do atlântico	1 – Juros para consumidores brasileiros ainda é muito alto
2- O Ministério Público pede a anulação de contratações secretas feitas pelo Senado	2 – Fiat confirma sua aliança com Crysler
3 – Resultado da lei seca em São Paulo. Aumenta o número de mulheres dirigindo depois de beber	3 – Mulher Joga Colchão milionário no lixo em Israel
4 – Um militar da equipe de segurança de Lula, mata um colega na granja do torto	4 – Taxa de Juros chega ao seu menor valor em 30 anos
5 – Supremo decide não interferir na guarda do menino Sham	5 – Atirador idoso mata quatro em museu no EUA
6 – o Banco Central surpreende e baixa a taxa de juros em 1 %. Veja agora no Jornal Nacional	6 – Ex vereador suspeito de comandar milícia é morto no Rio
	7 – Soldado mata cabo numa das residências oficiais de Lula. Tudo isso agora no Jornal da Globo.

<b>TABELA DE MANCHETES</b>	
<b>JORNAL NACIONAL</b>	<b>JORNAL DA GLOBO</b>
Data: 25/06/2009	Data: 25/06/2009
1 – Brasília: na crise do Senado cresce a pressão para o afastamento do presidente da casa	1 – Senadores pedem o afastamento de José Sarney
2 – A existência de viciados em crack em pleno centro de São Paulo desafia as autoridades e a área médica	2 – TSE julga a cassação do governador de Tocantins

<b>TABELA DE MANCHETES</b>	
<b>JORNAL NACIONAL</b>	<b>JORNAL DA GLOBO</b>
Data: 10/07/2009	Data: 10/07/2009
1 – A gripe suína provoca a segunda morte no Brasil. Os médicos suspeitam	1 – Nara leão, pequena grande cantora brasileira

que a menina já estava com saúde bem debilitada quando contraiu o vírus	
2 – Você vai ver como a epidemia afetou o turismo em Bariloche na Argentina	2 – GM anuncia que saiu da concordata
3 – Uma foto indiscreta dos presidentes Obama e Sarcozi faz sucesso mundial	3 – Emprego na indústria cai pela oitava vez no Brasil
4 – IBGE divulga estudos com as espécies ameaçada de extinção no Brasil	4 – criações brasileiras dominam o anima mundi 2009
5 – E Roberto Carlos comemora meio século de reinado com um show no maracanã. O Jornal Nacional Começa em meio minuto	5 – Revista inglesa chama o Senado do Brasil de “casa dos horrores”
	6 – Carlos Alberto Sandenberg fala sobre a ressurreição da GM
	7 – Saiba qual é a música favorita de Michael Jackson favorita dos internautas

<b>TABELA DE MANCHETES</b>	
<b>JORNAL NACIONAL</b>	<b>JORNAL DA GLOBO</b>
Data: 20/07/2009	Data: 20/07/2009
1 – Cidades gaúchas da fronteira se mobilizam pra conter o avanço da gripe suína. A instruções dos médicos pra diferenciar a nova gripe da gripe comum	1 – Automedicação aumenta no Brasil por conta da nova gripe
2 – O Brasil vai devolver toneladas de lixo importadas ilegalmente da Europa	2 – Aposentado em cadeira de rodas escapa de prédio em chamas em São Paulo
3 – A justiça aceita denuncia e Daniel Dantas vira réu, da investigação iniciada Satiagrara	3 – Bandidos vendem celulares roubados em Belo Horizonte
4 – O dólar cai a menos cotação desde setembro do ano passado	4 – Renato Gaúcho é mais uma vez técnico do Fluminense
5 – Uma pesquisa da Confederação da Indústria aponta aumento da confiança dos empresários na economia brasileira	5 – Dólar cai pelo sexto dia seguido
6 – No futebol os artilheiros emergentes num campeonato cheio de astros	6 – Anão de Jardim vira centro de polêmica na Alemanha
7 – O presidente dos EUA recebe dois personagens de uma façanha histórica. A quarenta anos o homem pisava pela primeira vez na Lua. Agora no Jornal Nacional	7 – 4º de divisão – o lado D do futebol: jogadores enfrentam dificuldades por um sonho

<b>TABELA DE MANCHETES</b>	
<b>JORNAL NACIONAL</b>	<b>JORNAL DA GLOBO</b>
Data: 04/08/2009	Data: 04/08/2009
1 – Um golpe contra a saúde público: os remédios do SUS viram mercadoria em	1 – É Deprimente falar da Amazônia e ter de repetir que o Desmatamento

feira livre do Ceará. E os nossos repórteres mostram o caminhos da fraude.	aumentou é o que consta no último relatório do INPE, o respeitado instituto de pesquisa Espaciais que usa satélites para vigiar nossas florestas. Os números levaram o governo a defensiva no próximo encontro ambiental em Copenhagen. Fica difícil dizer que a gente é campeão de energia renovável quando é campeão também de desmatamento. Volta a crescer o desmatamento na Amazônia
2 – Pesquisadores brasileiros testam remédios mais eficientes para combater a pressão alta	2 – Olho por olho em Brasília: Pedro Simon disse que teve medo de debate com Collor no senado. Os gols da noite pela série 'B' do brasileirão
3 – Japoneses inventam o traje robô, que ajudam as pessoas a caminhar	3 - Quadrilha do motel, nos últimos dois meses foram 10 assaltos no Oeste paulista
4 – Um menino de doze anos morre como um herói no Pará.	4 – A nova gripe: médicos não sabem ainda porque as grávidas sofrem mais com a doença
5 – Cinco brasileiros são barrados no mundial de atletismo por causa de doping	5 – A força do vice, em entrevista exclusiva antes de embarcar para a nova etapa do tratamento contra o câncer, José de Alencar continua a dar lições de vida
6 – O vice presidente José de Alencar deixa o hospital e viaja pra se tratar nos EUA.	6 – tudo isso os gols da noite, e os cem anos do nascimento de Burle Marx, agora no Jornal da Globo.
7 – A crise econômica faz cair a desigualdade social entre os brasileiros	
8 – Venezuela: presa a mulher que liderou o ataque a tevê Globo vision	
9 – Tailândia: um avião com mais de setenta passageiros bate num prédio	
10 – O líder da Coreia do Norte avisa a libertação das jornalistas americanas depois de um encontro com o ex presidente Bill Clinton	
11 – E Felipe Massa finalmente volta pra casa em São Paulo. Agora no Jornal Nacional	

<b>TABELA DE MANCHETES</b>	
<b>JORNAL NACIONAL</b>	<b>JORNAL DA GLOBO</b>
Data: 19/08/2009	Data: 19/08/2009
1 – O conselho de ética do Senado	1 – Acabou em pizza a investigação de

decide arquivar todas as acusações contra o presidente da casa José Sarney	José Sarney no Senado, mas foi uma pizza indigesta, principalmente pro principal partido da base governista o PT. O PT não é o único responsável, mas ajudou decisivamente a transformar o Senado numa dependência do Palácio do Planalto. A curto prazo a pizza tem até um gosto de esperteza política, mas um senado destruído como é o atual Senado é ruim, sobre tudo pro país
2 – Governistas tentam evitar que a ministra Dilma seja convidada a dar explicação no Senado	2 – Golpe da paixão: estelionatários usam golpes em sites de relacionamento para conquistar as vítimas e tirar dinheiro
3 – O segurança de um hipermercado aborda e espanca um homem que esperava a família depois de fazer compras. Um cidadão negro.	3 – Golpe da mala: oito meses de serviços comunitários é a condenação da duas inglesas que tentaram forjar o roubo para receber o seguro bagagem
4 – A justiça nega a liberdade para o médico acusado de mais de cinquenta estupros. Ele é suspenso pelos colegas de profissão. Agora no Jornal Nacional	4 – Compre um apartamento, ganhe uma geladeira. Imobiliárias estão distribuindo brindes para turbinar as vendas
5 -	5 – e a vila que mudou de lugar, casas de madeira que iriam ficar debaixo d'água ganhara um novo lar. Tudo isso e os gols da noite agora no Jornal da Globo.

<b>TABELA DE MANCHETES</b>	
<b>JORNAL NACIONAL</b>	<b>JORNAL DA GLOBO</b>
Data: 03/09/2009	Data: 03/09/2009
1 – Policiais disfarçados de mendigos no centro de São Paulo. É uma operação para prender em flagrante ladrões de todas as idades, que atacam motoristas no engarrafamento. E que usam o dinheiro pra comprar drogas	1 – Os dirigentes das principais economias do mundo, incluindo o Brasil, vão combinar uma estratégia de saída da crise. Querem desembarcar juntos nos programas de emergência
2 – No México traficantes promovem uma chacina dentro de uma clínica para viciados	2 – Como será o mundo pós crise o Jornal da Globo foi conferir no vale do silício na Califórnia. Onde já se tem uma boa idéia do que você vai comprar em bem pouco tempo.
3 – Os EUA decidem suspender a ajuda econômica a Honduras, por causa da deposição do ex-presidente Manuel Zelaya. E o Brasil passa a exigir visto de hondurenhos para entrar no país	3 – As novidades que estão sendo criadas no centro nervoso da mais avançada indústria americana são assunto da coluna conect de hoje. A tecnologia que você pode tocar

4 – MEC ordena o cancelamento dos vestibulares, em curso que tiveram desempenho ruins em quatro estados	4 - Um passo para a vacina, cientistas encontram anticorpos capazes de derrotar o vírus da AIDS
5 – Nosso repórteres trazem informações da Argentina e do Brasil antes do duelo pelas eliminatórias	5 – Bom pro bolso, os novos medicamentos genéricos, que vão chegar as farmácias
6 – O calendário religioso ganha o dia da “marcha para Jesus”	6 – Conheça as três Universidades que tiveram os cursos mais bem avaliados do ENAD
7 – E nós vamos homenagear o Repórter que já fez de tudo no JN, na terra na água e no ar	7 – Negócio bilionário: Este é o Rafaeli o caça que os franceses querem vender ao Brasil. Isso e os preparativos do meia maratona do Rio e o treino da seleção.

<b>TABELA DE MANCHETES</b>	
<b>JORNAL NACIONAL</b>	<b>JORNAL DA GLOBO</b>
Data: 18/09/2009	Data: 18/09/2009
1 – O IBGE mostra um novo retrato do Brasil. A desigualdade de renda caiu em quase todas as regiões. Diminuiu o tamanho das famílias brasileiras. O percentual de crianças na escola subiu, e aumentou o tempo de permanência dos alunos em sala de aula.	1 – Isso de dizer que um povo é de um jeito, a gente costuma falar assim o povo é de um jeito, em geral é só uma forma de expressão. Só que no caso dos brasileiros, parecem confirmar muito do que a gente diz, do que a gente acha de nós mesmos. Na mais recente estatística do IBGE, demonstra que nós brasileiros adoramos novidades, como internet, celular, e a elas a gente se dedica com enorme entusiasmo, deixando de lado como velhos problemas como analfabetismo, os números sobre nós os brasileiros você confere aqui.
2 – Veja também, depois de um ano tem alta o primeiro paciente brasileiro curado da raiva	2 – Ameaça teórica, FBI prende taxista afegão acusado de planejar atentado ao metro de Nova York.
3 – A polícia de São Paulo, prende uma quadrilha que desviava remédio da rede pública	3 – Em flagrante, ex presidente de Câmara de vereadores, usava a combi de transporte escolar, para traficar cocaína.
4 – O presidente do Irã volta a negar o holocausto e revolta o mundo	4 – Estouro das rolhas: espumante gaúcho ganha fama, e dispara na preferência nacional
5 – Uma viagem no tempo: a história dos uniformes que vestiram a seleção nos primeiros mundiais	5 – O Jornal da Globo esta no ar e traz a Stock car e os gols da noite.
6- E o mistério para os pesquisadores: que peixe é esse que apareceu na Bahia? (imagem do peixe) Não tem escamas e mede mais de dois metros. Em meio minuto no Jornal Nacional	

## 2- Matérias dos dias analisados

### **11/05/09 – JORNAL NACIONAL**

- 1 -São 4,8 infectados pelas nova gripe no mundo
- 2 - Lula tranqüiliza população sobre nova gripe
- 3 - Gravações acusam Yeda Crusius de desvio de verba
- 4 - Chuva: nordeste começa a receber donativos
- 5 - Alerta de temporais no sul do Brasil nesta terça-feira
- 6 - MG: ônibus cai de 25 metros e 9 morrem
- 7 - Projeto combate poluição de rio em minas
- 8 - Afiliada no Ceará começa a exibir em sinal digital
- 9 - Irã liberta jornalista acusada de espionagem
- 10- Gordon Brawn se desculpa por gastos de políticos
- 11- Soldado americano mata cinco colegas no Iraque
- 12- ONU condena massacre no Sri Lanka
- 13- Atlantis é lançada para reformar o telescópio Hubble

### **26/05/09 – JORNAL NACIONAL**

- 1 – Reserva de vagas em universidade do rio é suspensa
- 2 – Governo e oposição divergem sobre CPI
- 3 – EM Manaus LULA E Chaves falam sobre refinaria
- 4 – José de Alencar vai aos EUA lutar contra o câncer
- 5 – Enterradas vítimas de acidente em ribanceiras
- 6 – Brasil vive momento histórico na libertadores
- 7 – Morre artista plástico anegelo nalelli
- 8 – JN 40 anos: afiliada TV tabajós em Santarém –PA
- 9 – Chove em grande parte do Brasil nessa quarta feira
- 10 – Ciclone deixa 200 mortos na Índia
- 11- EUA: filha de porto riquenho vai a suprema corte
- 12 – Turbulência em avião da TAM deixa 21 feridos
- 13 – Coréia do norte lança misséris em direção ao Japão
- 14 – Obama diz que coréia do norte vai pagar pelos testes
- 15 – Missionários trazem bíblia para índios no MS
- 16 – STJ concede liberdade provisória a Álvaro Lins, ex-chefe de polícia e deputado cassado

### **10/06/2009 – JORNAL NACIONAL**

- 1 – Mulheres que dirigem estão bebendo mais
- 2 – Motoristas estão usando protetores de ouvido
- 3 – STF arquivou o processo do menino Sean
- 4 – Assassinado ex-vereador causado de chefiar milícia
- 5- Condenado por ter abusado da sobrinha é preso
- 6 – Mau tempo prejudica buscas onde Airbus caiu
- 7 – São Paulo bate novo recorde de congestionamento
- 8 –Previsão de chuva no nordeste e centro-oeste
- 9- JN 40 anos: Rede integração em Ituiutaba em MG
- 10 –Divulgadas imagem no atentado no Paquistão

- 
- 11- Tiroteio no museu do holocausto deixa um morto
  - 12 – Circulação de caminhões será restrita no feriado
  - 13 – Submarino Frances reforça buscas em Noronha
  - 14 – MP vai anular decisões secretas no Senado
  - 15 – Militar é morto por colega na granja do torto
  - 16 – Seleção conta com torcida diante do Paraguai
  - 17 – CPI da Petrobras foi adiada mais uma vez
- 
- 18 – BC contra juros em ponto percentual em 9,25% ao ano
- 

#### 25/06/09 – JORNAL NACIONAL

- 1 -Presidente do Irã exige desculpas de Obama
- 2- Michael Jackson inovou na dança e nos cliques
- 3- Menina austríaca: laudo prova que houve agressão
- 4- Aumenta a pressão contra Sarney no senado
- 5 – Presos PMS acusados de matar enfermeira no Rio
- 6- Cruzeiro sai na frente na libertadores
- 7 – Sexta feira gelada no centro sul do país
- 8- JN 40 anos: TV centro America em sinope – MT
- 9 – Dilma faz a ultima sessão de quimioterapia
- 10 – Premio inovar promove justiça mais rápida
- 11- Brasil tem 53 casos de gripe suína
- 12 – Atriz Farah Fawcett morre nos EUA
- 13 – Michael Jackson morre após parada cardíaca
- 14 – JN entrevista medico iraniano que fugiu do país
- 15 – Autoridades querem internar usuários de crack
- 16- Brasil vence áfrica do sul em jogo difícil.
- 17 – Contas do governo ficam negativas em maio

---

#### 10/07/09 – JORNAL NACIONAL

- 1 – Parceiros e admiradores falam de Roberto Carlos
  - 2 – Foto indiscreta de Obama e Sarkozy faz sucesso
  - 3 – Michael Jackson : policia não descarta suicídio
  - 4 – AL: greve de medico do SUS completa um ano
  - 5 – Nova gripe causa prejuízo no turismo argentino
  - 6 – Policiais indiciados por extorquir traficantes
  - 7 – Espécies aquáticas são ameaçadas de extinção
  - 8 – Chacina de uma família choca paraibanos
  - 9 – Previsão de neve nesse fds na serra catarinense
  - 10 – JN 40 anos: TV moreno em campo grande MS
  - 11 – Depois de 40 dias GM sai de concordata
  - 12- Nelsinho Piquet pode deixar f-1 nesse domingo
  - 13 – LDU bate internacional e conquista recopa
  - 14 – Segunda morte envolvendo gripe A no Brasil
  - 15 – José de Alencar se recupera bem de cirurgia
  - 16 – Roberto Carlos confessa que ainda fica nervoso
  - 17 – África receberá 20 milhões para ajudar a combater a fome
  - 18 – Líder do PSDB quer que MP investigue o diretor da fundação Sarney
-

## **19 – Chávez quer controlar mais concessões de emissoras de rádio e controlar mais TV**

### **20/07/09 – JORNAL NACIONAL**

- 1 – Governo se empenha em evitar mortes pela nova gripe**
- 2 – Duas pessoas morrem em incêndio em SP**
- 3 – Brasil vai devolver lixo para grã-bretania**
- 4 – Justiça acolhe denuncia contra Daniel Dantas**
- 5 – Justiça nega a liberdade à mulher de ex vereador**
- 6 – Deve chover forte no sul do Brasil nesta terça**
- 7 - JN 40 anos: a TV liberal de Itaituba – PA**
- 8 – Menos cotados superam astros no brasileirão**
- 9 - Corinthians negocia André santos e cristian**
- 10 – Roma: elite dos esporte aquáticos disputa mundial**
- 11 – Zelaya disse que vai voltar a Honduras nessa sexta-feira**
- 12 – Obama recebe astronautas da Apollo 11**
- 13 – Os 40 anos da viagem histórica da Apollo 11**
- 14 – RS se mobiliza para enfrentar gripe suína**
- 15 – Saiba diferenciar a nova gripe do resfriado comum**
- 16 – PMs são acusados de atirar contra inocentes no Rio**
- 17 – Comissão recomenda demissão de funcionários irregulares no senado**

### **04/08/09 – JORNAL NACIONAL**

**1- Robôs japoneses ajudam a caminhar e a levantar peso**

**2- Adolescente conta sobre como se feriu na turbulência**

**3- Avião bate em prédio na Tailândia**

**4- Vacina contra nova gripe está sendo desenvolvida**

**5 - Doping exclui brasileiros de mundial**

**6 - Massa tem alta, sem previsão de voltar a correr**

**7 - Contratados por atos secretos ficam nos cargos**

**8 - Região Sul do Brasil volta a sofrer com chuvas fortes**

**9 - Economia brasileira começa a se recuperar**

**10 - Coreia do Norte liberta jornalistas, devido a Clinton**

**11 - Chávez condena ataque contra Globovisión**

**12-- JN 40 anos: TV Anhanguera, de Gurupi (TO)**

**13 -Obama reconhece reeleição de presidente iraniano, que gerou conflitos no país**

**14 - Dólar cai pela quarta vez e fecha a R\$ 1,823**

---

**15 - Desigualdade social no Brasil diminuiu desde 2002, diz Ipea**

**19/08/09 – JORNAL NACIONAL**

- 1– Emissora Record de televisão nega superfaturamento**
- 2 – Nova gripe afeta alguns negócios**
- 3– Medico acusado de estupro perde licença**
- 4– Governistas tentam impedir o depoimento de Dilma**
- 5– STF homenageia o ministro Celso Melo**
- 6 – Atentados matam 95 pessoas no Iraque**
- 7 – Barcos naufragados são encontrados no PR**
- 8 – JN 40 anos: TV Cacoal de Rondônia**
- 9 – Polícia faz operação contra trafico no Rio**
- 10 – Quinta tem chuva em grande parte no pais**
- 11 – Alemão faz festa em casa no mundial de atletismo**
- 11- Itamaraty vai impedir extradição de Hosmany Ramos**
- 12– Conselho de ética arquiva todas as denuncias contra Sarney**
- 13– Após 30 anos marina silva deixa o PT**

**03/09/09 –JORNAL NACIONAL**

- 1– Francisco José reportagens na folia e na guerra**
- 2– JN 40 anos: TV globo nordeste em Pernambuco**
- 3– Governo não banca a criação da CSS**
- 4– Chuva forte avança pelo brasil nessa sexta feiras**
- 5–Argentina recebe benção para enfrentar o Brasil**
- 6– Brasil pode garantir vaga na copa no sábado**
- 7– Cresce numero de mortes na indonésia em terremoto**
- 8 - Jovens ganham profissão em oficina**
- 9– Tribunais iriam enviar processo pela internet**
- 10-Lula institui o dia da marcha para Jesus**
- 11– Michael Jackson finalmente vai ser enterrado**
- 12– EUA, suspendem ajuda financeira a Honduras em apoio a Zelaya**
- 13– Brasil vai exigir visto de entrada a hondurenhos**
- 14– Lula mantém caráter de urgência no pré-sal**
- 15–Nova lei para passagem de ônibus ainda não vale.**

**18/09/09 – JORNAL NACIONAL**

- 1 – Analfabetismo fica quase estável no país**
- 2– Homem morre3 eletrocutado no RS**
- 3– Centro Ruth Cardoso é inaugurado em SP**
- 4– Judeus comemoram ano novo**
- 5– Presidente do irão volta a causar polêmica**
- 6– Tempo volta a abrir no RS**
- 7–Salve geral vai disputar vaga no Oscar 2010**
- 8– Adolescente que se curou de raiva tem alta em Pernambuco**

- 9- Camisas de clube e seleção já foram raridades
- 10- NY tenta resolver problema de estacionamento
- 11- Lula responde a funcionários do correio em greve
- 12- FIA não concorda com versão da Renault
- 13- José de elencar é internado novamente em SP
- 14- Governo libera mais 5,5 bilhões para gasto dos ministério
- 15- Brasil luta contra a desigualdade que cai em parte do país
- 16- Quadrilha roubava remédios em hospitais

#### 11/05/2009 – JORNAL DA GLOBO

- 1-Soldado americano abre fogo contra companheiros
- 2-Nações unidas denuncia massacre no Sri Lanka
- 3-Casal de mulheres não conseguem registrar seus bebês
- 4-Prestadores de serviço do DER são flagrados saqueando caminhão no Rio
- 5-Petrobras nega que usou esquema para pagar menos impostos
- 6-Brown comemora e Ferrari contabiliza erros
- 7-A primeira rodada do campeonato brasileiro
- 8-Feira em Belo Horizonte mostra o melhor da comida de boteco
- 9-Sérgio Morais não será mais o relator do processo contra Edmar Moreira
- 10-Nova gripe impedi que tripulação desça de navio

#### 26/05/2009 – JORNAL DA GLOBO

- 1-Justiça suspende cotas para universidades estaduais no Rio
- 2-Grupo de dança Pilobolus está em turnê pelo Brasil
- 3-Protestos, ofensas e reclamações da torcida do Fluminense
- 4-Obina está pronto para atuar na libertadores
- 5-Incêndios destroem parte do pantanal em Mato Grosso do Sul
- 6-Estrangeiros voltam a investir em ações brasileiras
- 7-Coréia do Norte testa mais um míssil na noite dessa terça-feira
- 8-Parlamentares questionam abrir embaixada do Brasil na Coréia do Norte
- 9-Ministério Público quer reverter decisão de não prender quadrilha que rouba caminhões
- 10-Lula divaga sobre a CPI da Petrobras

#### 10/06/2009- JORNAL DA GLOBO

- 1-Juros continuam altos para os consumidores
- 2-Congestionamento em SP bate recorde histórico
- 3-Acusado de chefiar milícia no Rio é assassinado
- 4-Mal tempo atrapalha trabalho de buscas
- 5-Soldado mata Cabo na Granja do Torto
- 6-Atirador idoso abre fogo no Museu do Holocausto
- 7-Mulher joga no lixão colchão milionário
- 8-Fiat fecha acordo com a Chrysler
- 9-Roda de análise do esporte
- 10-Petrobras muda metodologia para divulgar informações sobre a CPI
- 11-BC corta novamente a taxa de juros

**25/06/2009-JORNAL DA GLOBO**

- 1-Mais um cantor para a galeria dos ídolos
- 2-Senadores pedem o afastamento de José Sarney
- 3-TSE divulga a cassação do governador de Tocantins
- 4-Brasil esta na final da Copa das Confederações
- 5-Os escândalos do Rei do Pop
- 6-A combinação perfeita de talento e treinamento
- 7-A carreira do Rei do Pop
- 8-A recuperação da morte de Michael Jackson
- 9-Reveja as passagens de Michael Jackson no Brasil
- 10-Por toda a vida, Michael Jackson teve um longo histórico de doenças
- 11-A análise da carreira de Michael Jackson
- 12-Morre Michael Jackson, o Rei do Pop
- 13-Um clássico dos videoclipes
- 14-Realidade aumentada cai na rede

**10/07/07 – JORNAL DA GLOBO**

- 1- Criações brasileiras dominam o anima mundi 2009
- 2- Emprego na industria tem a oitava queda consecutiva
- 3- Trabalho escravo e exploração infantil no interior de SP
- 4- Pai de Michael acha que filho foi assassinado
- 5- Adolescente vira a cabeça de líderes mundiais
- 6- Revista inglesa chama senado brasileiro de ‘ cada dos horrores’.
- 7- GM anuncia que se recuperou da concordata
- 8- Recuperação de José de Alencar surpreende médicos
- 9- Menina de 11 anos é a segunda vítima da nova gripe
- 10 - Resultado da enquete de melho musica de Michael jackson

**20/07/09 –JORNAL DA GLOBO**

- 1 – Aumenta o numero de celulares em operação
- 2- Celulares roubados são vendidos a luz do dia
- 3- Homem espera sete horas pra ser retirado de prédio em chamas
- 4- Os riscos da automedicação
- 5- Justiça aceita denuncia contra Daniel Dantas e mais 13 pessoas
- 6-Índia e EUA fecham acordos militares
- 7- Polêmica na Alemanha
- 8- A confiança voltou e as contratações aumentam
- 9- História de quem também ajuda o Brasil a ser o país do futebol
- 10-Bate papo esportivo da segunda-feira

**04/08/09 – JORNAL DA GLOBO**

- 1 – Tiroteio em Academia dos EUA deixa 5 mortos
- 2 – Bill Clinton ajuda na libertação de americanas na coréia do norte
- 3- desmatamento da Amazônia chega a 13mil km2 quadrados em 1 ano

- campeonato brasileiro da serie b
- 4- OS 100 anos do nascimento de Burt Marx
- 5- Conselho de ética analisa nesta quarta denúncias contra José Sarney
- 6 – José de Alencar continua dando lições de vida
- 7 – Médicos não sabem ainda pq grávidas sofrem mais com a nova gripe
- 8 – Governo e oposição não entram em acordo sobre Sarney

#### 19/08/09 – JORNAL DA GLOBO

- 1 – Atentados matam mais 100 pessoas no Iraque
- 2 – Comunidade carioca recebem o ‘telecurso’
- 3- Imobiliárias estão distribuindo brindes para turbinar os negócios
- 4- Inglesas que tentam forjar roubo são condenadas a prestar serviço comunitários
- 5- Conselho de ética arquiva ações contra Srney
- 6 – Dia de pizza no Senado
- 7 – Estelionatários usam sites de relacionamento para conquistar as vítimas e retirar dinheiro
- 8 – Ribeirinhos vão ganhar novo lar com construção de usinas
- 9 – Bate papo esportivo

#### 03/09/09- JORNAL DA GLOBO

- 1 – Estímulos do governo para combater a crise vão acabar
- 2 – Movimento do comercio registrou em agosto maior alta do ano
- 3- Meia maratona do rio acontece nesse final de semana
- 4- FIFA proíbe clube inglês de contratar novos jogadores ate 2011
- 5- Promotoria recomenda que médico Roger continue preso
- 6- MEC divulga universidades que tiveram os cursos mais bem avaliados do ENADE
- 7- Cientistas encontram anticorpos capazes de derrotar o vírus do AIDS
- 8- Patentes de vários remédios começam a cair no Brasil
- 9- Michael Jackson é enterrado nos EUA
- 10- ‘ Rafale’ é o caça que os franceses querem vender para o Brasil
- 11- Nova tecnologia permite toque a distância

#### 18/09/09 – JORNAL DA GLOBO

- 1 – Brasil já tem candidato a disputa do Oscar
- 2 – A exposição de Cartie Bersson um dos maiores fotógrafos de todos os tempos
- 3- Lula enfrenta protesto de funcionários do correios
- 4 – Tudo sobre a Stock car
- 5- Os gols da noite
- 6 – Proposta do governo reduz superávit primário
- 7 –Espumante gaúcho ganha fama e dispara na preferência nacional
- 8 – Preso suspeito de planejar atentado terrorista contra metro de NY
- 9 - Funcionário de prefeitura mineira usava carro público para traficar droga
- 10 – Brasil caminha para modernização, mas ainda enfrenta velhos problemas



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)